

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL-PPGAS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

FAGNER PEREIRA VIEIRA

**Diversidade e produção de estereótipos: Um estudo etnográfico da
formação e atuação do soldado policial militar em Roraima**

MANAUS

2011

FAGNER PEREIRA VIEIRA

**Diversidade e produção de estereótipos: Um estudo etnográfico da
formação e atuação do soldado policial militar em Roraima**

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS para avaliação da Banca Examinadora, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social do Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes.

MANAUS

2011

.....Ficha Catalográfica.....
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Vieira, Fagner Pereira

V658d

Diversidade e produção de estereótipos: um estudo etnográfico da formação e atuação do soldado policial militar em Roraima / Fagner Pereira Vieira. - Manaus: UFAM, 2011.

118 f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes

1. Relações de poder 2. Policial militar – Formação 3. Policial militar – Atuação I. Menezes, Thereza Cristina Cardoso (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 351.745(811.4)(043.3)

FAGNER PEREIRA VIEIRA

Diversidade e produção de estereótipos: Um estudo etnográfico da formação e atuação do soldado policial militar em Roraima

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS para avaliação da Banca Examinadora, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social do Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes (Presidente).
PPGASS – UFAM

Prof^a. Dr^a. Ana Carla Bruno (Membro)
PPGAS – UFAM

Prof^o. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (Membro)
Departamento de Antropologia - UFRR

Manaus

2011

A Deus,

*Aos meus pais e família pelo amor,
apoio, pela determinação e incentivo
aos estudos e na vida.*

*Aos policiais militares, que constroem
a cada dia um novo capítulo na
história de Roraima.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a razão do meu viver e que tornou tudo isso possível em minha vida.

Aos meus pais Francisco Nunes Vieira e Francisca Vieira pelo amor, educação, patrocínio, incentivo, por terem acreditado nos meus sonhos e sempre estiveram ao meu lado nos momentos bons e de adversidades, isso se chama amor.

A minha irmã Annabelle pelo amor e pela grande contribuição em minha vida pessoal e acadêmica e ao meu irmão Marlon pelo amor e incentivo.

A todos Policiais Militares de Roraima, especialmente ao Coronel PM Edison Prola que contribui de forma decisiva para meus estudos, ao Coronel PM Kokay pelo incentivo e a todos os policiais que participaram da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Amazônico/UFAM e em especial a minha Orientadora Professora Dr.^a Thereza Menezes pela dedicação e competência, que nos meus “momentos de crise” soube entender e orientar da melhor forma possível a condução dos estudos e da construção deste trabalho.

A todos os amigos e amigas da turma do mestrado pela amizade e contribuição nas reflexões desta pesquisa.

A Andréa e ao Márcio pela amizade e incentivo, que em pouco tempo de convivência pude aprender muito sobre a dedicação aos estudos, objetivos na vida e por terem também “conversado comigo em momentos intermináveis”.

A minha querida amiga Sandra e família, pela estadia, carinho e amizade na cidade de Manaus.

A Joci e a Cíntia pelo grande incentivo, carinho e amizade e ao grande amigo Charles pelo pela amizade, vida cultural e acadêmica.

Aos professores Dr. Carlos Alberto Cirino e Msc. Marcos Braga pela amizade e constante incentivo para que eu continuasse os estudos.

Aos professores: Joseane do IFE-RR, Carmen, Henrique e Ana Maria da extinta escola de formação de professores de Boa vista – Magistério e a Professora France Rodrigues que durante meu tempo de estudante no ensino médio foram incentivadores e orientadores das minhas concepções políticas e educacionais.

A todos os amigos que contribuíram direta e indiretamente para realização deste sonho.

In memoriam: A professora Auxiliadora da UFRR que contribuiu para o direcionamento dos meus estudos, ao professor Ervin Frank que durante sua estadia na UFRR me auxiliou de forma significativa para que sempre me dedicasse mais aos estudos.

A meu avô Francisco, conhecido por “Seu Calango” ou “Vovô Calango” que às vezes me levava a sua olaria, a margem do rio Branco para fazer tijolos, ensinava-me que primeiro deveríamos escolher o barro que seria usado para fazer o tijolo (delimitar objetivos), depois deveríamos colocar o barro na fôrma de fazer tijolo (executar a ação), finalizando com delineamento preciso entre o barro e a fôrma (fazer o melhor possível), levando ao chão coberto por uma fina camada de serragem, depois de secar ao sol, ele unia na caieira onde os tijolos eram queimados em um calor estonteante, após isso, depois de frios os tijolos eram tirando e separados par a venda (receber os resultados). Meu Avô ficava muito alegre quando tirava o tijolo bem vermelho e seco queimado pelo fogo, pois para ele aquele tijolo além de ser um trabalho era uma “arte”. Ele não vendia o milheiro de tijolo abaixo do preço de mercado como outros faziam, ele esperava até a hora de alguém chegar e pagar o preço justo pelo seu trabalho. Mesmo não tendo muito estudo formal, dinheiro e nem uma representatividade social elevada pelo seu status de oleiro, era orgulhoso e determinado naquilo que fazia

Sendo assim, só quem realmente sabe o valor de nossas vitórias, somos nós mesmos e aquelas pessoas especiais que contribuíram para que chegássemos ao fim. O valor da vitória não esteve apenas na formalidade da “defesa”, ela esteve presente durante todo processo de construção.

RESUMO

Este trabalho visa a realizar uma etnografia sobre a formação e atuação do policial militar em Roraima. A análise se baseará principalmente nos estudos dos primeiros cursos de formação de soldados policiais militares do Estado de Roraima, ocorridos entre os anos de 2000 a 2003, fazendo comparações quando possível com as formações no extinto Território Federal de Roraima. A pesquisa se concentra nos policiais militares, que estiveram ou estão no serviço ostensivo nas Viaturas de Rádio Patrulhadas (VTR's) na Cidade de Boa Vista Capital de Roraima. Ela pretende refletir sobre as bases que sustentam o universo das relações sociais com a população e a categoria homogeneizante que se mostra profundamente complexificada na visão heterogênea que, os policiais demonstram a respeito do mundo social no qual atuam atravessado por estigmas atribuídos aos diversos grupos sociais e as diferentes áreas da cidade de Boa Vista. O estudo também procura desnaturalizar certos pressupostos sobre um "ser policial" que reforça a *doxa* de uma cultura distinta e raramente problematizada. O pressuposto é que esta cultura é produzida historicamente e reiterada como crença durante o processo de formação e corroborada cotidianamente na interação social exigida pela prática policial, onde aparecem a disciplina, hierarquia, relações de poder e produção de estereótipos. O trabalho também está permeado por discussões que envolvem parte da intimidade da formação e trabalho policial

Palavras-chave: Formação e Atuação Policial Militar – Estigmas – Relações de Poder.

ABSTRACT

This work aims to conduct an ethnography on the formation and actions of military police in Roraima. The analysis will be based mainly on studies of the first training courses for military police soldiers of the State of Roraima, which occurred between the years 2000 to 2003, making comparisons where possible with the formations in the former Federal Territory of Roraima. The research focuses on the military police who were or are ostensibly in the service of Radio Patrol Vehicle (VTR's) in the Capital city of Boa Vista Roraima. It intends to reflect on the foundations that support the universe of social relations with the population and shows that homogenizing category complexified deeply heterogeneous than in the vision, the police show about the social world in which they operate crossed by stigma attributed to various social groups and different areas of the city of Boa Vista. The study also seeks to naturalize certain assumptions about a "a police officer" that reinforces the doxa of a distinct culture and rarely problematized. The assumption is that this culture is historically produced as belief and reiterated during the training process and supported in daily social interaction required by the police practice, where they appear discipline, hierarchy, power relations and production of stereotypes. The work is also pervaded by discussions involving intimate part of training and police work.

Keywords: Military Police Training and Practice - Stigmata - Power Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
A POLÍCIA COMO OBJETO DE PESQUISA NO BRASIL.....	17
1.1 A polícia como objeto de pesquisa no Brasil.....	17
1.2 Roraima: uma história recente das relações e diversidade sociocultural.....	27
1.3 Antes e agora: as diferentes gerações e as mudanças no perfil policial.....	36
1.4 Um policial estudando a polícia: identidade e reflexividade.....	51
CAPÍTULO 2	
A FORMAÇÃO POLICIAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES.....	58
2.1 A Polícia Militar em Roraima e a Formação do Soldado.....	58
2.2 Breves Discussões sobre as Estruturas Curriculares dos Cursos de Formação de Policiais Militares.....	68
2.3 Formação do soldado policial militar: relações de poder, disciplina e hierarquia.....	73
2.4 Relações de Gênero e a Formação.....	83
CAPÍTULO 3	
ETNOGRAFIA DA PRÁTICA POLICIAL E UNIVERSO CLASSIFICATÓRIO	89
3.1 O Policial Militar e a Rua.....	89
3.2 As Duas Cidades: Área Azul e Vermelha (1.º e 2.º Batalhão Policial Militar).....	95
3.3 Imprensa, Simbologias e Atuações Policiais.....	99
3.4 Percepções da Prática Policial Frente à Hierarquia.....	101
3.5 Performance e Expectativas Sociais sobre a Conduta Policial.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	116

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa teve como ponto de partida os debates que acompanhei ao longo do meu período de graduação no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima e, posteriormente, após meu ingresso na Academia de Formação Policial Militar. O trabalho nas ruas indicava uma descontinuidade entre o aprendizado da academia e abria outras perspectivas de atuação vinculadas a um aprendizado com policiais mais experientes detentores de uma determinada leitura do mundo social e um conjunto de tecnologias para atuar sobre ele. Compreender as vicissitudes da prática profissional pressupunha um mergulho na compreensão de processos de construção das relações socioculturais, o que me levou a aprofundar o estudo da antropologia através do acompanhamento de um curso de especialização em etnodesenvolvimento realizado em Roraima e do Mestrado em Antropologia Social do Museu Amazônico/UFAM.

Tais análises baseiam-se também na minha experiência pessoal enquanto policial militar reinterpretada a luz do conhecimento antropológico adquirido ao longo da formação como pesquisador. Diferentemente de boa parte dos trabalhos relativo à segurança, este trabalho não tem a pretensão de se constituir em um conhecimento aplicado e propositivo de uma nova tipologia de formação ou modelos de monitoramento das práticas policiais. A concepção que guiou a pesquisa foi buscar tratar a polícia etnograficamente, ou seja, com um olhar antropológico, examinando práticas discursivas inerentes ao universo da formação e atuação do soldado policial militar de Roraima, buscando situá-las em uma configuração social onde estão presentes: hierarquia, relações de gênero e múltiplas leituras da diversidade social regional que por vezes redundam na produção de estereótipos com efeitos práticos sobre a ação policial.

Um trabalho que trata a polícia fatalmente remete ao Estado e como afirma Bourdieu (1996a), “tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, não compreender a verdade mais fundamental do Estado”(BOURDIEU, 1996, p. 91a). Buscando escapar a este risco, optou-se por não tomar como ponto de partida pré-noções e pressupostos associados aos estudos de

segurança pública, que conformariam-se como “problemas sociais” que a ciência social tem ratificado e tornado-os problemas sociológicos, o que Bourdieu (1996a) chamaria de “o pensamento do pensador funcionário” (idem, p.95). E deste modo, sob aparência de pensar o Estado, a maior parte dos estudos consagrados a questões como segurança pública, violência entre outras, acabam sendo pensados por ele.

A mudança do foco tradicional e dos objetos consagrados tem como pressuposto a concepção de que as verdadeiras revoluções simbólicas são aquelas que ofendem o conformismo lógico, mais que o conformismo moral. Portanto a tentativa deste trabalho vai na direção de estabelecer a difícil ruptura com o pensamento de Estado. Revertendo o pressuposto weberiano de que o Estado seria uma comunidade que reivindica o uso legítimo da violência simbólica em território determinado, neste trabalho o “Estado é pensado como uma variável a ser determinada/pesquisada que reivindica com sucesso o monopólio da força física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 1996a, p.97).

Este trabalho trata especialmente da produção e exercício da violência simbólica a partir do que se consagrou como o mais presente instrumento de coerção na vida cotidiana da população. Partir da história social, local, formação e do exercício policial para entender a ação policial, foi uma escolha metodológica justificada pelo pressuposto de que:

a reconstrução da gênese é a mais poderosa ferramenta para a compreensão do mundo social, pois permite visualizar com clareza como se reatualiza a possibilidade de que houvesse sido (e que seja) de outro modo, recolocando em questão o possível que se concretizou entre todos os outros (BOURDIEU, 1996a, p.98).

Na percepção do mesmo autor o Estado se constitui ainda como força de unificação de códigos (jurídico, lingüístico e métrico) e homogeneiza formas de comunicação, molda estruturas mentais e impõe princípios de visão e divisão comuns através da escola, por exemplo, que constituirá uma cultura nacional e distinção. Através do Estado se institui pessoas autorizadas “oficiais” detentoras de

um cargo atribuído pelo Estado que concede direito de exercer legalmente a violência simbólica, inculcando formas e categorias de percepção e pensamento comuns, quadros sociais de percepção, formas estatais de classificação. Neste processo produz-se uma crença, fundamenta-se um consenso sobre um conjunto de evidências compartilhadas e naturalizadas, constitutivas do senso comum.

Romper com esta *doxa* e compreender a dimensão simbólica do efeito de Estado exige compreender o funcionamento do microcosmo burocrático, a gênese e estrutura do universo dos agentes do Estado. Neste trabalho, segue-se esta pista ao buscar apreender através do processo de construção social do policial, uma das facetas da monopolização do universal que se realiza no interior do campo burocrático.

A pesquisa etnográfica foi realizada entre o último semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010. Foram entrevistados sete colaboradores policiais militares de Roraima, sendo cinco homens e duas mulheres. As entrevistas foram realizadas através de conversas densas e abertas direcionadas a formação policial e as ocorrências, aconteceram sempre durante o período da noite, nos momentos de folgas, no trabalho e em praças públicas, parte das entrevistas durou apenas um encontro frente a outra parte que durou de dois a três encontros. É mister salientar que, a proximidade deste pesquisador com os entrevistados deu-se por escolha em detrimento de certa proximidade e confiança entre ambos e não por patentes, grau de escolaridade formal ou local de origem. No entanto, mais da metade dos entrevistados estudam em cursos superiores, são de patentes acima de soldados. Tais colaboradores têm como local de origem estados localizados na região Norte, Nordeste e Centro Oeste. Os nomes, escolaridade e Estado de origem foram subtraídos para preservação dos colaboradores da pesquisa.

A formação do soldado policial militar foi analisada principalmente no período de 2000 a 2003, de onde provêm quase todos os relatos dos policiais militares que “tiraram serviço de rua”, principalmente na cidade de Boa Vista capital de Roraima entre outros fatores relevantes apontados na pesquisa, ou seja, os policiais militares, que estiveram ou estão no serviço ostensivo nas Viaturas de Rádio Patrulhadas (VTR's) na capital, diferentemente dos policiais do serviço administrativo e os de guarda. Esses policiais militares estão mais presentes no

cotidiano da população, forneceram ricas informações para entender as relações sociais que envolvem esse espaço. Porém, alguns pontos de comparações foram realizados entre formações e atuações de policiais formados anteriormente a ano de 2000 (policiais do extinto Território Federal de Roraima) e a partir do ano de 2000 que compreendem os policiais militares do Quadro Estadual de Roraima.

No que tange a abordagem policial militar, foram analisados possíveis tratamentos diferenciados a certos cidadãos em áreas diferenciadas como a polícia separa Área Azul (região central da cidade) e Área Vermelha (região mais afastada do centro) como e em que grau isso acontece. Portanto, Buscamos estudar os mecanismos de configuração do estereótipo, estruturando na pesquisa a partir de uma perspectiva processual, onde estão centradas a formação e atuação dos atores sociais.

Sendo que, para compreender tais situações torna-se necessário entender que o Estado de Roraima é um dos mais jovens Estados do Brasil, com a menor demografia do país, está localizado ao extremo Norte do Brasil, limita-se ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela, ao Sul com os Estados do Amazonas e Pará, a Leste com a República Cooperativista da Guiana e a Oeste com o Estado do Amazonas e República Cooperativista da Guiana.

A partir da década 1970 Roraima seguiu o discurso nacionalista do “desenvolvimento” e do “Progresso” trazidos pela aberturas de estradas entre: Manaus capital do Amazonas e Boa Vista capital de Roraima, de Boa Vista a outros municípios de Roraima, e de Boa Vista aos países da Venezuela e República da Guiana. Houve no decorrer desse momento, um processo de migração indígena contínuo de suas regiões de origem para a capital Boa Vista por causa da invasão de vários não índios, garimpeiros e fazendeiros em áreas indígenas, como também a chegada de muitos migrantes nordestinos. Em estudos no final década de 1980, Ferri (1990) corrobora afirmando o seguinte:

A cidade oferece também novos modelos de vida, de perspectiva e os atrai com a promessa de uma vida melhor. Mas os trabalhos que os jovens encontram na cidade, nas serrarias, na construção civil ou no comércio, são mal-remunerados e, na maioria dos casos, não respeitam as leis trabalhistas. Para as moças a situação é ainda pior. Continua a tradição de empregar índias como domésticas em famílias ricas, muitas vezes através do engano (...) os índios da cidade sofreram diretamente esse processo de inchamento. A falta de emprego e as condições humilhantes de certas atividades manuais levaram muitos indígenas a se deslocarem para o garimpo, induzidos também pelos próprios garimpeiros que costumavam cotar histórias fantásticas e ganhos incríveis e fáceis (...) além desses elementos existem outros fatores que forçavam os índios a migrarem. Trata-se de motivações mais concretas e reais. Uma doença grave, um problema familiar, variações climáticas a própria região, uma situação de extrema necessidade, levaram muitos índios a se deslocarem para Boa Vista (FERRI, 1990, p. 25-26, 61).

Porém, na ação policial militar a categoria de índio, caboclo, maranhense, galeroso entre outros estariam junto num arcabouço que poderíamos designar de “pobres”. Contudo, é mister esclarecer que a noção de caboclo em Roraima é vista pejorativamente, como o um índio que “perde sua cultura”, diferentemente de entendimentos em outros estados brasileiros. Sendo assim, buscaremos entender estereótipos compartilhados socialmente sobre esses grupos. Pois, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Estes estereótipos se estabelecem com a chegada dos “pioneiros não índios” a Boa Vista, surgindo assim as “famílias tradicionais”, que se auto intitularam donos de grandes partes de terras que outrora fora dos índios. Esses pioneiros são “bem vistos socialmente” diferentemente dos índios. Pois, estão dentro de um padrão criado por eles mesmos como sendo “refinado”. Também estão nessas categorias os migrantes gaúchos e cearenses, entre outros. Mesmo esses grupos chegando após os pioneiros, eles também detêm uma superioridade no senso comum que atribui “superioridade” frente aos índios.

Porém, ainda que os índios estivessem previamente presentes nessa área em relação aos supostos desbravadores, mesmo assim são vistos como inferiores e atrasados. Sobre esta questão Elias e Scotson (2000) afirmam que “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Logo, os agentes são classificados a partir dos bens no espaço que detém, tais capitais simbólicos definem as diferentes regiões do espaço social reificado. Que por sua vez são imposições de lutas realizadas dentro desses campos. Sendo que o capital econômico, simbólico e cultural determina o afastamento social daqueles que não compactuam com essas “virtudes”, onde são formados os clubes ou “panelinhas”. Logo, “os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos mais indesejáveis e menos raros.” (BOURDIEU, 1997, p. 164).

É nesse arcabouço de relações sociais que a polícia militar surge como uma janela para compreender as relações sociais. Destaca-se que existem poucos estudos em Roraima ou na Amazônia sobre os policiais militares, portanto este trabalho justifica-se por permitir uma reflexão sobre a postura da ação policial frente a diferença, ou melhor, para pensar a atuação do Estado diante das minorias.

Logo, o primeiro capítulo procura estabelecer o momento de criação da polícia militar no Brasil a partir da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, como procedeu à formação dessa polícia e a entrada dos policiais nesta força de segurança.

Tal processo desencadeou em uma orientação militar igualada ao das forças armadas sobre a entrada de policias na corporação, passando pelo momento do Estado Novo, até chegar aos dias atuais. Após o fim do Estado Novo as grandes mudanças na formação e treinamento policial decorreram de vários erros policiais que tiveram grande repercussão na mídia nacional, principalmente através de imagens televisivas.

Chegando até as ações significativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP que vem despontando para um direcionamento nacional voltado a formação policial. Seguindo o mesmo entendimento, em 2009 a segurança pública esteve em pauta no processo democrático de discussão nas Conferências estaduais de Segurança Pública chegando a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública. Os pontos mais significativos percorridos sobre tal assunto provêm das discussões nas Conferências estaduais ocorridas na cidade de Manaus, capital do Amazonas e na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

Ainda no primeiro capítulo descreve-se brevemente a história social de Roraima, marcada pela diversidade sociocultural e relacionada a uma configuração onde se combinam migrações, o momento do garimpo, conflitos e presença indígena. Tais aspectos são mencionados para inscrever o momento em que a polícia militar de Roraima é criada e formada. Sendo assim, esse capítulo foi finalizado com a reflexão deste policial estudando sua própria instituição, envolvendo situações práticas, reflexões morais e éticas na pesquisa etnográfica.

No segundo capítulo a ênfase foi baseada na formação e produção de subjetividades na atividade policial militar. Elas se fazem presentes na formação do soldado policial militar, principalmente nos rituais diários das formaturas militares. Esse processo foi entendido principalmente nas propostas de Victor Turner relativa ao sujeito liminar, bourdiana do ritos de instituição e Michael Herzfeld ao tratar do discurso e representações do Estado.

Em outro ponto foram discutidas breves reflexões sobre as Estruturas Curriculares dos quatro cursos de formação de soldado policial militar entre os anos de 2000 a 2003. Tais reflexões detêm principalmente na disciplina de sociologia e no cenário político da época. O trabalho também procura discutir relações de poder, disciplina e hierarquia na formação do soldado policial militar, a partir dos relatos dos policiais entrevistados. Também foi aberto um breve espaço a discussão sobre relações de gênero, onde os atores envolvidos criam, reproduzem e questionam os sentidos de masculinidade e feminilidade.

No último capítulo, a etnografia da prática policial e universo classificatório estão em foco. Através da pesquisa foi possível perceber os sentidos sobre “coragem”, “medo” e representações sobre eficácia policial.

A imprensa televisiva em conjunto com as atuações policiais e os símbolos performáticos também são percebidas neste capítulo. Entretanto, os símbolos militares e suas representações também foram postos em evidência. A percepção e o embate do aluno policial, após sua formatura frente as ações policiais militares onde em muitas situações complexas a hierarquia social se faz superior frente a Lei. E para finalizar as performances e expectativas sociais sobre a conduta policial foram apresentadas e refletidas.

CAPÍTULO 1

A POLÍCIA COMO OBJETO DE PESQUISA

1.1 A polícia como objeto de pesquisa no Brasil

Segundo Bretas (1998), A polícia militar no Brasil surgiu no Império com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808. Um ano depois foi criada a polícia militar no Rio de Janeiro. Logo após, foi estabelecida a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, que foi estruturada semelhante ao exército, mais com objetivos voltados ao sossego público diferentemente dos objetivos do exército.

Conforme o mesmo autor foram selecionadas para a composição dos cargos superiores da polícia militar pessoas importantes e militares das forças armadas, já os cargos mais baixos foram compostos por “voluntários” oriundos da população local que deveriam servir por três anos, sendo que muitos desertavam alegando problemas médicos entre outros.

Sendo que ao passar do tempo e da democratização do país, as obrigações de participarem dessas forças policiais passaram de obrigações impostas aos cidadãos a concursos públicos, seguidos de novas prerrogativas para mesmo aqueles que desejam e são aprovados nos concursos das policias militares sigam parâmetros imbuídos em Lei e na própria exigência da profissão, como avaliações objetivas, médicas, físicas, psicológicas e a conclusão do curso de formação policial.

Após o Império, outras corporações policiais militares foram criadas em outros Estados, existindo poucas mudanças estruturais nas forças policiais até a República. É importante salientar que se tentava construir a ideia de que a capital do Império possuía “polícia”, enquadrando-se nos preceitos de civilização dos Estados europeus. De acordo com Elias (1990), o processo civilizatório seria correlato ao processo de formação do Estado, que conformaria-se através de um processo progressivo de pacificação, pautado na monopolização do uso da violência física pelo Estado e seus aparelhos. Este processo resultaria em um crescente

autocontrole aos indivíduos apontando para a correlação entre processos de sociogênese e psicogênese.

Na concepção de Cancelli (1999), a formatação desse modelo de polícia esteve principalmente alicerçada a partir da década de 1930, algo que acelerou o afastamento da polícia com a população e estreitou os limites do poder com o autoritarismo estatal. Vejamos o que diz a autora:

Foi esse mesmo Estado, pensado logo depois do golpe de 30 e só abortado em 1945, que deitou as raízes da institucionalização de um determinado tipo de polícia, ávida por servir e transformar-se no mais importante braço executivo do regime e dos interesses do Estado. Mais grave do que isso, de uma polícia que rompeu todos os seus vínculos de solidariedade com a comunidade e que inaugurou modelos de práticas sociais que se arraigariam na sociedade brasileira como padrão de ação policial e de interesses específicos na prática do exercício de poder. (CANCELLI, 1999, p. 308).

Segundo ainda Cancelli (1999), a questão do controle do estado sobre as forças policiais seguiu padrões internacionais, já que o Brasil se reuniu com vários países como forma de estruturar as forças frente ao comunismo pós a Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, esse regime conseguiu enraizar nas polícias militares a ideia de Unidade Nacional, pois lutavam inicialmente contra os inimigos da nação, sobre aqueles que pretendiam questionar ou mudar o poder imposto.

Nos dias atuais os resquícios ainda podem ser vistos tanto na formação quanto na atuação desse profissional. Seguindo o direito, ordem e tranquilidade pública as polícias estão autorizadas pelo Estado a usar a força em três aspectos: Legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal e exercício do direito; e o estado de necessidade. No quesito que se refere ao cumprimento do dever, está ligado a alguns aspectos, mas me reportarei aqui a questão da proporcionalidade ou de um uso progressivo da força. Porém, o que se estabelece no final de certas ações policiais, mesmo havendo mortes ou não, e a ideia da tranquilidade pública, ordem e a ideia do estado soberano.

Durante o regime militar, a polícia militar agia supostamente em defesa do Estado com direcionamentos voltados àqueles que não aceitavam a proposta imposta pelo Regime, vistos como inimigos do Estado, e a atuação da polícia militar

- PM frente a esses insubordinados estava pautada na agressividade como resposta do Estado. Este modo de atuação da polícia não estava na ordem do dia, ao que parece “defender o Brasil dos inimigos” de certa forma justificava toda e qualquer ação policial, por mais truculenta que fosse.

Com o decorrer das décadas pouco mudou, principalmente pelo fato da Polícia Militar ser estruturada semelhantemente às forças armadas. Uma mudança substancial foi a entrada, na década de 1950, das primeiras mulheres nas fileiras da polícia militar de São Paulo e, logo depois, em todas as polícias militares de todos os estados brasileiros, não que isso tenha transformado a ação policial mais humana ou delicada, pois as mulheres também se enquadraram no sistema policial militar que ainda é visto como propriamente serviço masculino.

Porém, a ideia do “ser policial” ainda está muito condicionada ao exército. “Pode-se dizer que ‘as PMs foram muito mais uma corporação militar do que uma organização’, sendo, ao longo de suas histórias particulares, mais empregadas para os fins de segurança interna e defesa nacional, do que para as funções de segurança pública” (MUNIZ, 2001, p. 179).

Sendo assim, com o fim do Estado Novo e o início da democratização no Brasil, principalmente pós Constituição de 1988, os movimentos sociais, organizações não governamentais, igreja, sindicatos, partidos políticos e outros grupos tiveram mais força na cobrança do respeito aos direitos humanos na atuação policial, de forma que esta manifestasse obediência aos preceitos democráticos do Estado. No entanto, é notório perceber que o processo de democratização chega lentamente no âmbito policial, ainda fortemente permeados dos resquícios violentos enraizados na atuação policial durante períodos de arbítrio. Algo semelhante encontra-se em praticamente toda América Latina em virtude de seus regimes ditatoriais, projetando a imagem internacional de polícias truculentas, violentas e nada confiáveis. Entretanto, isto não é característica apenas da América Latina. Nos países ditos desenvolvidos as camadas mais pobres, negros, homossexuais e migrantes também percebem a polícia com desconfiança e relatam receberem por parte desta um tratamento diferenciado, ou seja, são percebidos como segmentos sociais suspeitos.

Grandes mudanças na formação e treinamento policial ocorreram em decorrência de erros nas ações policiais que alcançaram projeções na mídia nacional e internacional, acontecimentos estes seguidos de um grande clamor social em busca de justiça, onde constam a responsabilização do resultado obtido aos policiais executores da ação e seus comandantes, seguidas de cobranças pelo respeito aos direitos humanos no país e a necessidade de sua ênfase na formação policial militar.

Eu elencaria, a título de exemplo, quatro momentos recentes importantes em termos de reflexão e questionamento sobre a atuação policial no Brasil. Primeiro, a ação da polícia militar de São Paulo que foi conter uma rebelião no Pavilhão 9 da Casa de Detenção Carandiru, em 2 de outubro de 1992, onde morreram oficialmente 111 detentos. O segundo, foi o Massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará, em 17 de abril de 1996, onde a polícia militar foi deslocada para desobstruir a rodovia PA-150 bloqueada por várias famílias pertencentes ao movimento dos sem-terras, que reivindicavam mais rapidez nos processos de assentamentos das famílias. Como resultado da intervenção da polícia foram 19 mortos e muitos feridos, parte da ação foi filmada. O terceiro caso foi o da Favela Naval acontecido no dia 7 de março de 1997, onde policiais militares na região metropolitana de São Paulo espancavam e torturavam pessoas, em dado momento um policial conhecido como “Rambo” efetuou disparos tendo como consequência a morte de um jovem, a ação foi filmada por um morador e divulgada na imprensa. O quarto e último foi o sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro no dia 12 de junho de 2000, onde o criminoso e a refém morreram, e a repercussão foi ainda maior porque quem estava na operação era o Batalhão de Operações Especiais - BOPE a elite da polícia carioca e foi filmado ao vivo por várias emissoras de todo país.

Com a chegada da mídia televisiva o trabalho policial tornou-se de certa forma mais conhecido, tanto as ações policiais “positivas” de resolução de conflitos em defesa do estado é as “negativas”, quanto envolve a violência policial. A transmissão e divulgação de operações cotidianas da polícia tornaram-se um negócio lucrativo no país, independente se essas ações acabassem de forma esperada ou não pelo estado, por exemplo, quando um criminoso se entrega a polícia sem reagir, a opinião pública avalia como estando dentro de um conceito positivo e satisfatório,

quando há feridos ou mortes de criminosos, policiais e inocentes, a conceituação estaria no entendimento de ineficiência e resultados inesperados.

Portanto, quando essas situações acabam “bem” o resultado é positivo para a polícia, aumentando sua boa imagem midiática perante a sociedade, porém, é diferente quando as ocorrências acabam com resultados inesperados, acarretando principalmente mortes de pessoas por vontade do criminoso, erros de estratégias e ações policiais. Esses resultados negativos são projetados por semanas na mídia nacional e local, onde se apresentam os mais diversos “especialistas da segurança pública” que discernem na grande mídia como o policial ou a polícia deveria ter agido naquele momento, apontam onde estava a falha da ação aumentando em muitas vezes mais a imagem midiática “negativa” que a ação positiva. Tais resultados perpassam por equipamentos técnicos falhos ou insuficientes, intervenções políticas e até a preparação psicológica do policial. Ações de crime e atuações policiais ajudaram, através de seus pontos nas audiências televisas, a criar programas “policiaescos” em todos os estados do país, de jornais que vão de notícias regionais a nacionais.

A avaliação positiva ou negativa obedece a conjunturas diversas, relativas aos limites de tolerância do estado, opinião pública, mídia e atores envolvidos. Tomemos vários exemplos: na questão do uso das algemas por policiais, após várias operações da Polícia Federal em que pessoas conhecidas foram algemadas, nasceu o questionamento sobre o uso das algemas e em que situações os policiais deveriam usá-las. Porém, as algemas são usadas pelas diversas corporações policiais de todo país e até estes fatos seu uso nunca fora questionado a nível nacional, ou seja, ao que parece alguns atributos da ação policial só são questionados quando os atores sociais pertencem a classes sociais privilegiadas, já que no dia a dia policial as algemas são usadas constantemente.

Em outro exemplo, podemos visualizar nos grupos de jovens infratores nas chamadas “galeras” da cidade de Boa vista capital de Roraima, quando estes jovens usam violência entre as galeras parece haver uma suspensão dos poderes públicos responsáveis e a ação televisiva limita-se ao espaço de violência desses grupos tornando-os como culpados da ação. Entretanto, no momento que esses grupos saem dos seus espaços de domínio (seus bairros) e passam a cometer infrações em

locais públicos e locais frequentados por turistas ou pessoas com níveis socioeconômicos mais elevados, a mídia parece acordar para o problema da violência, bem como os órgãos estatais.

Logo, a opinião pública parece ser algo abstrato, que aparece frete alguma situação por cobranças de reiteração ou de novos rumos da ordem social, realizadas por um ou muitos grupos sociais envolvidos. Porém, essa opinião parece estar em muitos programas midiáticos, cada um direciona certas opiniões que “seriam de grande parte da população”, no sentido de questionamentos ao Estado, que são automaticamente respondidas ou silenciada. No caso da polícia ela remete-se como imagem positiva nas prisões de criminosos e nos índices de apreensões de armas, quanto mais relatório mais “eficiência” da polícia, tal situação encobre falhas do estado enquanto nas realizações das políticas públicas. Nesse contexto inquirir uma análise menos superficial demandaria em uma pesquisa etnográfica bem mais ampla.

No entanto, as polícias militares estão sempre nos holofotes da grande mídia, seja por trabalhos realizados com competência, seja pelos trabalhos que se transformam em tragédia, novos padrões das ações policiais militares são cobrados pela “opinião pública” em que os erros e a violência possam ser minimizados ou inexistentes. A tal opinião pública está geralmente ligada aos meios de comunicação de massa que direcionam opiniões como sendo gerais, por exemplo: fazem enquetes se o Brasil deveria ou não aderir a pena de morte, grandes complexidades como esta são colocadas como questões objetivas entre o sim ou o não principalmente em momentos que seguem de algum clamor popular. Bourdieu (1973) corrobora com as seguintes afirmações:

Qualquer pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, colocando de outra maneira, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Mesmo sabendo que poderei me chocar com um sentimento ingenuamente democrático, contestarei este primeiro postulado. Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões têm valor. Acho que é possível demonstrar que não é nada disso e que o fato de se acumular opiniões que absolutamente não possuem a mesma força real, faz com que se produza artefatos sem sentido. Terceiro postulado implícito: pelo simples fato de se colocar a mesma questão a todo mundo, está implícita, a hipótese de que há um consenso sobre os problemas, ou seja, que há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas. Estes três postulados implicam, parece-me, toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições do rigor metodológico são preenchidas na coleta e na análise dos dados (BOURDIEU, 1973, p. 1).

Tomando como exemplo o acompanhamento de uma equipe de jornalista a cobertura da ação policial, quase sempre é presidida por uma negociação preliminar entre as partes polícia/imprensa. Primeiro, quando a polícia é acompanhada de repórteres, os próprios policiais tomam mais cuidados nas ocorrências tentam mostrar às performances táticas, legalistas e as verbalizações ideais, próximas a doutrina da formação policial, sendo assim, o repórter mostra o que pode ser mostrado, pois, esse profissional quase sempre estará numa viatura policial ou num local dito seguro pela polícia, caso algum policial diga um palavrão, configura-se uma performance inesperada, essa parte não deve ser gravada e, se for, que o som seja suprimido e a imagem destorcida.

Caso um infrator seja abordado pela polícia, e este seja “cidadão especial” (Autoridades de alto escalão do governo, pessoas com grande status social, profissionais da imprensa, policiais, militares entre outros) a notoriedade deste infrator funciona como um filtro social da imagem midiática sobre si. Que muitas vezes não são exploradas pela mídia. Porém, quando o cidadão não tem representatividade social, o mesmo é entrevistado na delegacia, questionado pelo repórter e sua imagem é colocada no ar, e discursos frente a esta situação vão de simples “conselhos” a palavras como “vagabundo”, “pilantra”, etc. Na mesma perspectiva do exemplo mencionado entre o entrelaçamento polícia e imprensa outras variantes também podem ser acrescentadas, as mesmas situações também se fazem presentes em pontos de complexidades da pesquisa etnográfica em relação ao pesquisador/polícia.

Os questionamentos em relação a atuação policial vem produzindo o conceito de “polícia cidadã”, relacionado a uma boa formação policial, em que estejam presentes “atuações mais humanas” dentro dos padrões de educação, respeito e direitos humanos, ou poderíamos chamar de uma polícia mais tolerante, civilizada, no sentido eliasiano de controle e pacificação das pulsões violentas, orientada para o cumprimento da norma, conceito este usado em muitas academias de formação policiais do Brasil e repensando-se os limites do uso do monopólio da violência e força física concentrados no Estado.

Portanto, passadas essas décadas anteriores a Constituição de 1988, onde timidamente a segurança pública foi discutida de forma mais ampla com a sociedade

em geral. É mister salientar que, de certa forma, o Governo Lula, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP despontou com a abertura de vários cursos envolvendo operadores da segurança pública e a sociedade em geral tanto presenciais quanto via internet, onde muitas pessoas envolvidas em atividades de segurança pública tem tido acesso a estes cursos. Ainda que timidamente a aceitação de cursos novos como “homofobia” serem pouco aceitos por parte dos agentes de segurança, o processo de entender o outro inicia-se a partir desses momentos de integração polícia/outros e polícia/sociedade. Graduações em Segurança pública e especializações também foram criadas.

O Estado de Roraima foi um dos grandes beneficiados com o investimento do Governo Federal, principalmente em relação aos cursos que perpassam pela bolsa formação, treinamento de táticas policiais a melhoria de tratamento a população. Porém, torna-se difícil detectar como estes conhecimentos se expressam no trabalho policial e se manifestam em termos de mudança na relação com a população. De fato, existem mudanças que não podem ser mensuradas no trabalho policial sem uma profunda aplicação de pesquisas subjetivas na corporação policial militar e das pessoas que recebem a ação da polícia, nas mais diversas áreas da cidade de Boa Vista e dos diversos grupos.

A segurança pública esteve entre os focos do processo democrático na primeira Conferência Nacional de Segurança Pública realizada em 2009, que teve na sua dinâmica limitada a aprovar princípios e objetivos sem um debate amplo. Pois, apesar do Estado convidar os diversos movimentos religiosos, sindicatos, associações, organizações não-governamentais entre outros, não foram previstas nas dinâmicas do evento discussões entre esses grupos sobre o sistema policial. Lembro-me que quando participei, em 2009, da etapa estadual da Conferência Nacional de Segurança Pública na cidade de Manaus, capital do Amazonas, ao entrar na sala da minha linha de “discussão”, percebi uma profunda separação entre os militares e os civis que logo foi confirmada com conversas informais com os não policiais. A divisão manifestava-se espacialmente com policiais separados de não-policiais, nessa divisão estava claro que os policiais, de certa forma, se articulavam para garantir objetivos comuns enquanto que os outros articulavam em defesa de uma polícia mais voltada aos interesses do usuário.

Como alguns objetivos e princípios deveriam ser aprovados em votação por todos os participantes da turma, o resultado já era esperado, a maioria, se não todas as propostas visavam à melhoria e mudanças nas estruturas salariais, trabalhistas e legais voltados aos operadores de segurança pública. Lembro-me que uma representante de bairro colocou que a ação da polícia nos bairros deveria ser discutida com a comunidade. A proposta não foi aprovada, pois vigorava o sentimento de “quem compreende a segurança pública é o próprio policial e que os outros não deveriam intervir nessas ações”, ou como disse um policial militar presente “quem sabe da polícia somos nós”.

Outro fato que marcou quando da minha presença no evento foi no momento que alguns policiais militares lançaram a ideia da desmilitarização das polícias militares, algo que causou certo alvoroço entre os participantes, principalmente entre praças (quadro policial militar onde estão o subtenente, sargentos, cabos e soldados) e os oficiais, mas o que ficou marcado no final foi a fala de um oficial que disse: “Isso é ilegal está na Constituição”, ao que parece essa fala foi quase fundamental na votação, nesse momento os representantes de bairros começaram a indagar, que a questão não passava por ser legal ou não, essa questão deveria ser discutida e esclarecida para além deste limite.

Porém, como a dinâmica do evento não dispunha de tempo e nem de proposição para as discussões, o evento não permitiu efetivamente proposições de bases para uma segurança pública mais aberta à população, pois a ordem do dia era aprovar objetivos, princípios e delegados representantes para Conferência Nacional de Segurança Pública. Mesmo esses pontos que servirão para futuras políticas públicas, não ficaram claros que serão efetivadas nesse governo, daqui a 10, 20, 30 ou 40 anos, ou ainda nunca serão colocadas em práticas.

Particpei do mesmo grupo de discussão em Boa vista, capital do Estado de Roraima. Nessa linha um grupo já estava bem organizado sobre a proposta da desmilitarização das PMs, algo que também causou muito alvoroço com os presentes, no final das aprovações dos objetivos e princípios foram parecidos com a conferência de Manaus. Foi notório perceber que em nenhum momento foi discutido ou aprovado algo que estivesse voltado ao tratamento com movimentos sociais,

índios, caboclo, negros, etc. Tudo era debatido a partir de uma concepção essencialista de segurança pública, isenta das relações sociais que a estruturam.

Destaca-se que as polícias militares vem aderindo a greves (mesmo que a lei afirme que militares não podem entrar em greve, lei esta que segue a égide das forças armadas) em quase todo território nacional, além de exigirem melhores salários também cobram melhores estruturas para realização do trabalho de policial militar. Nesses momentos surgem acaloradas discussões internas e externas de uma possível desmilitarização das polícias militares que assim possam criar sindicatos para poderem fazer valer seus direitos e a para que a greve de torne legal.

Por outro lado, alguns oficiais policiais militares e pessoas dos mais diversos seguimentos lutam pela ideia de que se crie leis que proíbam qualquer manifestação referentes a greves não só mais as forças militares e sim a todos os operadores da segurança pública, como por exemplo as polícias civis e guardas municipais. Esta alegação está principalmente pautada na premissa que o regime democrático estaria colocado em dúvida, pois as greves ou movimentos reivindicatórios de policiais estão sempre em conjunto com armas de fogo e isso seria uma forma de pressionar os poderes judiciário, legislativo e executivo, ligando automaticamente a lembrança negativa do período ditatorial no país.

No tocante a discussão, é mister perceber que a polícia em uma sociedade democrática sempre será questionada de suas atribuições e ações, pois o fator de a polícia agir continua do jeito que está ou atuar diferenciadamente, não perpassa pela própria instituição, mas pela cobrança da sociedade por mudanças de fatos que não se enquadrem mais nesse novo sistema.

Porém, é notório entender que a segurança pública começa a ser investigada por muitos pesquisadores das mais diversas ciências, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP vem despontando com o patrocínio em várias universidades cursos de especialização em Segurança Pública, argumentando assim para o aumento de reflexões de atitudes na organização e no trabalho policial militar, algo indiferente nas décadas passadas.

1.2 Roraima: uma história recente das relações e diversidade sociocultural

Segundo Brasil (1997), o processo de ocupação demográfica do Norte do Brasil divide-se em três períodos, a primeira fase estaria na chegada dos colonizadores portugueses e a tomada do território com a expulsão de outros colonizadores europeus. A segunda fase no período imperial onde a Borracha foi uma das bases da economia e a terceira iniciaria a partir de 1960.

Apesar das grandes transformações que estas duas fases trouxeram para a Região como um todo, elas foram relativamente pequenas quando comparadas às do período que se inicia na década de 1960, tanto em termos populacionais, quanto econômicos. Foram implantadas políticas governamentais (a Operação Amazônia e, posteriormente, o Programa de Integração Nacional) que tinham por objetivo desenvolver e povoar a Região Norte de forma a promover, de maneira definitiva, sua integração à economia brasileira (BRASIL, 1997 p. 1-2).

A partir deste ponto tentaremos situar algumas relações sócio-culturais da história de Roraima. Este recorte abrange a chegada de vários migrantes a Roraima, algumas questões indígenas, bem como, momentos suscitados como importantes pelo olhar deste pesquisador. Porém, será dada uma maior importância da década de 1980 aos dias atuais.

Anteriormente a conexão de Roraima ao restante do país era realizada apenas de avião ou de barco. Com a construção da rodovia BR 174, ligando Manaus, capital do Amazonas a Boa Vista, capital de Roraima e, posteriormente, com esta estrada estendida até a Venezuela, a situação mudou, contribuindo para integrar Roraima com o restante do país, permitindo “o início de uma nova era de ocupação na região”, abrindo assim para que vastas áreas fossem colonizadas. “Conseqüentemente, a população que era ligeiramente superior a 28.000 habitantes, em 1960, chegou a 40.885, em 1970. A tendência de crescimento se manteve durante a década seguinte, chegando a 79.159 pessoas em 1980.” (DINIZ; ONOFRE. 2006, p. 2-3).

Nessas imigrações recentes primeiramente pontuamos os entendimentos das relações e diversidade sociocultural a partir do final da década 1970 como uma grande migração para Roraima que despontou com fortes fluxos de migrantes, os que mais se destacaram foram, os maranhenses, gaúchos, amazonenses, paraenses e cearenses, que se relacionaram com os índios e caboclos locais. Grande parte desses migrantes chegou para “ocupar” as terras de Roraima, pois no discurso do governo da época existia “muita terra sem ninguém” e pela divulgação do garimpo.

Os maranhenses, em sua maioria, chegaram na década 1980, com o incentivo do governo do estado, grande parte foi para o interior outros ficaram na cidade de Boa Vista. Como não conseguiram galgar cargos no serviço público e nem no empresarial, esse grupo foi visto por parte da população na perspectiva do senso comum, principalmente divulgado em conversas informais e piadas como analfabetos, “comedores de arroz”, responsáveis pelo aumento da criminalidade, foragidos da seca, resumindo difunde-se num senso comum generalizante que só vieram para Roraima “os coitados”. Segundo alguns informantes policiais, chegavam muitos caminhões “pau-de-arara”¹ quase todos os dias em Roraima, e às vezes os policiais que estavam destacados no posto de divisa com o Estado do Amazonas conhecido com Jundiá, barravam e mandavam os caminhões retornarem as cidades de origem. Portanto, numa escala de estereótipos negativos entre índios, caboclos e maranhenses, os índios estariam em primeiro lugar, depois o caboclo e por fim o maranhense.

Com a chegada nas terras os colonos não tiveram apoio estatal para a produção e, principalmente, no transporte, já que os lotes eram muito distantes dos centros consumidores, acumulando assim prejuízo, muitos colonos deixaram a terra e se deslocaram para cidade de Boa Vista a fim de encontrarem situação melhor, como salienta Barbosa (1993):

¹ É um caminhão que na sua carroceria são colocadas tábuas para instalação de assentos e uma lona cobrindo a carroceria, onde muitas pessoas são transportadas. Vale ressaltar que esse transporte é ilegal.

As longas distâncias percorridas para se levar o produto colhido até o maior e único grande centro consumidor (Boa Vista), a dura realidade de se enfrentar um plantio mesmo em pequena escala na floresta Amazônica, o fraco desempenho das pastagens e o literal abandono dos colonos por parte do governo territorial em meio as vicinais dos assentamentos, provocaram um conseqüente fluxo em direção à capital Boa Vista. com isso, provocou-se um aglomerado populacional na periferia da cidade, iniciando nesta fase um cinturão de pobreza ao seu redor, já que os novos habitantes deste centro vinham a procura de melhores condições de vida não encontradas na zona rural. (BARBOSA, 1993, p. 186).

Nessa mesma época o garimpo também trouxe muitas pessoas a Roraima, com isso o aeroporto Internacional de Boa Vista foi considerado um dos maiores do mundo em número de pousos e decolagens. Chegavam pessoas de toda parte, na sua maioria vinda do nordeste como garimpeiros e candidatos a garimpeiros. Vejamos como era vista a figura do garimpeiro em Roraima segundo Gomes e Maria (2008):

A figura que caracterizava o garimpeiro em Roraima era a do nordestino que, quando chegava na “área”, se não era “dono de pista”, nem de maquinário, era chamado de “blefado”, que só tinha passagem de ida e alguns objetos pessoais. Vinha trabalhar nas terras de alguém para adquirir ouro e experiência, desconhecia as técnicas do trabalho e, por isso, cometia erros, às vezes fatais. Quando dava sorte e trazia sorte para o barraco, em pouco tempo era um “bamburrado”, já podia vir para cidade com seu ouro. Isso se dava de acordo com a sorte de cada um, podia variar de quatro a seis meses de trabalho árduo, ou até anos (MARIA; GOMES, p. 120, 2008).

Com o “boom” da economia do ouro, o preço das mercadorias ficou mais caro, já que as mercadorias tinham um alto preço por virem fretadas por caminhões que demoravam dias para chegar a Boa Vista, e de avião. Logo, criaram no centro de Boa Vista muitas casas pintadas em amarelo para compra de ouro e diamante. Conseqüentemente houve um crescimento desordenado da cidade, que sem estrutura na época para receber muitas pessoas, criou condições para o aumento da criminalidade, prostituição e pistolagem. Segundo um oficial da polícia militar de Roraima:

No tempo do garimpo tinha muito problema de homicídio entre os garimpeiros, e a PM ia prender, eles dificilmente reagiam. Mas garimpeiros mataram alguns policiais que estavam de folga, naquele tempo tinha muita violência e arma de fogo (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Após o fechamento do garimpo em 1990, muitos garimpeiros retornaram as suas cidades, outros ficaram no estado sem qualificação para aturem em outras atividades, tornaram-se desempregados ou subempregados e vivendo nas regiões mais marginalizadas da cidade. Com o tempo o garimpeiro deixou de ser visto como homem trabalhador e passou a ser responsável pela situação negativa que vivia o Estado de Roraima.

Esse momento ficou conhecido por grande parte de policiais civis e militares como o momento áureo, só a polícia militar era composta por mais de 1.000 homens, existiam muitas viaturas, o contingente era suficiente para atender uma população que girava em torno de 80 mil habitantes, diferentemente dos dias atuais que praticamente a população quintuplicou, chegando a mais de 450 mil pessoas, não houve a preocupação do poder público em realizar os concursos públicos a contento para renovar e expandir o número de policiais, sendo que hoje para toda essa população existem aproximadamente apenas 1.500 policiais militares.

Reforçando a estigmatização que recae sobre os maranhenses em Roraima. A exemplo, uma comerciante local foi processada por uma mulher por discriminação. A comerciante em uma entrevista por telefone perguntou se a candidata a vaga de emprego era maranhense, e com a afirmativa da pretendente, a comerciante disse que não empregaria maranhense. Nessa pequena situação, podemos pensar a abrangência da complexidade de estereótipos voltados aos maranhenses, que nas piadas do dia a dia são sempre lembrados com sarcasmos. Outra situação que saiu em um jornal impresso local que apresentava um desenho de retrato falado de um possível criminoso e abaixo do desenho estava a seguinte frase “tipo maranhense”, isso causou certo alvoroço principalmente pelos maranhenses advogados, professores e outras categorias.

O que podemos perceber que esse “erro” do desenhista ou jornalista, mostrou um estigma materializado do maranhense em Roraima. Outro ponto que é visto em alguns locais com naturalidade e com estranheza em outros, denota a grande ocupação de maranhenses no Estado, como por exemplo, em locais onde moram muitos nordestinos (na sua maioria maranhense). Podemos perceber em simples jogo de futebol, onde os nascidos em Roraima chamam quem está esperando o seu time para entrar no jogo, falam assim: “o time fora é meu (ou nosso)”, esta expressão está naturalizada no meio esportivo local, já os maranhenses dizem assim: “a barreira fora é minha (ou nossa)”. Quando a “barreira” é dita em um local que usualmente chama-se de “time fora” esse indivíduo é logo denunciado como maranhense, mesmo que ele seja de outro estado do nordeste.

Mesmo que o discurso em vigor destaque a não discriminação do outro, o peso histórico ainda influencia nas relações sociais, a sombra do discurso oficial e nas relações sociais nas escolas, igrejas, praças esportivas, shows, etc. Os maranhenses contribuíram muito para formação e estruturação do estado de Roraima tanto para a mão-de-obra nas colônias agrícolas como na construção civil, bem como nos aspectos culturais trazidos pelos nordestinos e já incorporados na cultura local como o ritmo de dança do forró e a culinária.

No entanto, os estigmas também são direcionados incisivamente aos índios de Roraima. Disseminadas pelas estruturas do Estado, como escola, políticos, mídia e nas relações sociais. “É pertinente lembrar que a área do atual estado de Roraima tem sido, ao longo da sua história, palco de incidentes, envolvendo índios, latifundiários, garimpeiros, missionários, empresários, militares e políticos” (CIRINO, 2008, p. 29-28). Aqui percebemos a complexidade das relações sociais entre índios e não-índios. Os autores Sérgio e Vieira (2007) afirmam que:

Historicamente, sabemos que em alguns jornais impressos o fator ideológico tem sido determinante nas publicações de matérias jornalísticas e nos vários artigos que tratam da questão indígena em Roraima. Alguns jornais, contando com todo instrumental para a produção da notícia, conseguiram criar uma imagem surreal dos povos indígenas em Roraima (...) a imprensa de Roraima, de um modo geral, tomou o partido das elites. (SÉRGIO; VIEIRA, 2007, p. 68-69).

Em primeiro de novembro de 2002 foi publicado esse anúncio nos classificados de um jornal local: “Vende-se filhotes de lanomâmi com 1 ano e 6 meses. R\$ 1 000,00. Tratar 9971-3287”, isso resultou na condenação do autor desse anúncio em 2004. Esta ação é somada aos discursos de políticos locais, imprensa, empresários e grande parte da população também corroboram com a ideia de que os índios querem ser independentes e pretendem criar outro país dentro do Brasil, ou que os índios estão unidos com as organizações não-governamentais para entregarem o país aos estrangeiros, principalmente a países europeus ou aos Estados Unidos da América.

Mesmo que esse discurso tenha se atenuado após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, atualmente percebemos que a saída dos rizicultores das terras indígenas de Roraima sempre é lembrada relacionando os índios ao prejuízo de um pretenso “progresso” do estado. Porém, dentro do processo de demarcação de áreas indígenas em Roraima, algumas áreas foram demarcadas em “ilhas” e outras contínuas. Os índios das terras em “ilhas” estão reivindicando um maior espaço, já que suas taxas de demografia estão crescendo. Os fazendeiros que estão no entorno dessas áreas ficam preocupados, e todo vez que sai algo referente a isso eles se organizam para protestar contra o aumento das terras indígenas.

Essa problemática está sempre em voga e agora em conjunto com a criação de futuros parques ambientais que também suscitaram a saída de fazendeiros e colonos da região. Mas, o mais grave é indicar que nessas relações o imperativo dominante está na afirmação de um senso comum, por parte daqueles que aqui estão e os que aqui chegaram e conseguiram se firmar em cargos públicos ou como empresários. De que, pelo fato da migração, os maranhenses seriam responsáveis pelos altos índices de violência em Boa Vista, fato este que se assemelha aos nordestinos em São Paulo e aos paraenses em Manaus.

No entanto, na concepção de Vale (2006), os nordestinos são responsáveis pela maior concentração de migrantes mais recentemente em Roraima, que são em particular, os maranhenses, que trazem consigo a construção de uma nova concepção na ocupação de espaços no Estado de Roraima. No transcorrer dessa ocupação vários elementos culturais dos nordestinos foram inseridos como nomes

de bairros, comércios, e mais perceptível que a questão da fala que traz vocábulos e concepções enriquecendo e dinamizando a cultura local.

Outras categorias de migrantes estão em distinto patamar como os gaúchos e os cearenses. Os cearenses são considerados empreendedores, muitos se incorporaram no centro comercial de Boa Vista, aos médios e altos cargos públicos do Estado como, por exemplo, oficiais da polícia, secretários de estado e o atual governador do estado. Também podemos presenciar que o atual “patrão” (administrador) do Clube de Tradições Gaúchas – CTG é um cearense e nordestino, o único no país.

Pelo menos nas conversas informais entre operadores da segurança pública Os gaúchos são vistos pelo senso comum ou através de discursos ditos por partes deles, como imbuídos de certa superioridade em relação aos outros migrantes e moradores locais, por exemplo: quando fazia o curso de agente de polícia civil em Roraima em 2004, houve um problema com os administradores do curso e os alunos policiais, sobre a organização de uma palestra, um policial que comentava comigo disse que aquilo era muito desorganizado, e ela tinha vindo do Rio Grande do Sul e lá era mais organizado por eles serem colonizados pelos europeus.

Partindo dessa concepção, a formação europeia seria um atributo positivo, “mais civilizado” em relação a outras influencias culturais. Mesmo que muitos gaúchos como também paranaenses sejam colonos em Roraima, a carga de estigmas continua voltada aos índios, caboclos e maranhenses. É nessa configuração social, entrelaçada por diversos grupos e acusações mútuas sobre o valor que cada um julga ter para o desenvolvimento de Roraima que a policia militar foi construída. Segundo Monteiro (2006):

Os marcadores regionais constituídos a partir da imigração são apontados de forma recorrente como um importante diferencial humano e cultural do Rio Grande do Sul. Funcionaram, inclusive, como elemento explicativo e justificador da migração: “O gaúcho que sai tem esse sanguezinho italiano ou alemão por trás, (...) dos que vieram para cá (Roraima), poucos são “brasileiros” puros, todos tem esse sanguezinho estrangeiro nas costas” (MONTEIRO, 2006, p.204).

Mesmo que no cotidiano das relações sociais com outros migrantes e a população local, e que esse discurso não seja oficializado, nas conversas informais a “superioridade” do gaúcho está sempre presente no tocante a serem desbravadores e cultos.

Passemos agora para uma perspectiva econômica e desenvolvimentista envolvendo os principais atores estigmatizados do Estado de Roraima, que são os índios. Percebe-se que nessa região há décadas existem conflitos entre índios e fazendeiros na questão das terras. Vários movimentos de luta foram criados pelos índios em defesa de seus direitos, em contraproposta fazendeiros, plantadores de grãos e a elite política de Roraima vêm lutando contra esses movimentos em favor do “desenvolvimento e progresso”. Vejamos que diz Vieira (2003):

A história do atual estado de Roraima, nas últimas décadas, tem sido a história do conflito entre os que defendem e os que são contra a criação de áreas indígenas. Para os diversos grupos de interesse e para o Estado, a demarcação das terras indígenas e a criação de reservas florestais inviabilizam o desenvolvimento econômico da região que, desde o fim do período colonial, esteve baseado em atividades primárias como a pecuária e posteriormente na extração de minérios (VIEIRA, 2003, p. 5).

O discurso vigente em Roraima divulgado por parte da classe política, empresarial e mídia, perpassa a imagem do índio como entrave do progresso e desenvolvimento econômico do estado, pronuncia conflitos, pois outro conceito é usado pelas comunidades indígenas influenciadas por suas convicções nas visões de mundo. O progresso que aparece nos discursos do “homem ocidental” é bem distinto do discurso dos grupos indígenas, pois estas noções transitam pela questão de comunidade e a necessidade do usufruto do meio ambiente como forma de promover a dinâmica cultural de cada grupo.

² DICCIONARIO DO DESENVOLVIMENTO – ESTEVA, Gustavo. - No fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma máquina produtiva formidável e incessante, sem precedentes na história.(...) No entanto, os norte-americanos queriam algo mais. Precisavam deixar totalmente clara sua nova posição do mundo. E queriam consolidar essa hegemonia e torná-la permanente (...) E cuidadosamente, escolheram o momento oportuno para lançar ambos: 20 de janeiro de 1949. naquele mesmo dia, quando tomava posse o presidente Truman, uma nova era se abria para o mundo – a era do desenvolvimento.(...) Ao usar pela primeira vez, em tal contexto a palavra “subdesenvolvido”, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana.(p. 59-60).

Contra o movimento indígena, foram criados vários jargões como: “Terra sem gado é terra vazia”, “pra que tanta terra para pouco índio?”, “Roraima não se desenvolve economicamente por causa por causa das terras indígenas”, etc. Como jargão “terra sem gado é terra vazia”, perdurou até a década de 1980 como sendo um dos principais argumentos contra as terras indígenas, como forma de resistência e melhoria de vida. Houve a implantação do projeto uma vaca para o índio com a ajuda da igreja católica. Como afirma Auxiliadora (2000):

A concretização do projeto “uma vaca para o índio” instrumento político utilizado para conter o processo de invasões das terras foi sendo tudo em vários momentos: primeiro a busca de recursos financeiros fora do país, quando liderança e missionários apresentaram o problema da violência étnica em Roraima a pessoas, entidades civis e religiosas da Europa (AUXILIADORA, 2000, p.91).

Mas do que a questão da resistência o gado tornou-se um investimento econômico que vem dando certo para alguns grupos indígenas. No entanto, a inserção do gado em Roraima afetou o modo de subsistência dos grupos indígenas em quatro fatores; o espaço dos grupos indígenas ficou mais limitado, o aparecimento de uma nova atividade econômica, destruição das roças pelo gado e impediu os de índios caçarem em fazendas, ou seja, esse processo interferiu nos processos tradicionais de sobrevivência dos povos indígenas dessa região. Conforme afirma Lemos (1998):

In Roraima, cattle raising affected the indigenous subsistence pattern in four main ways: First, it encroached upon their traditional habitat, forcing them to adjust to often hostile neighbors. Second, it introduced the indigenous people to a new economic activity as some Macuxi and Wapixana Indians learned how to manage cattle while working on the ranches. Third, it destroyed indigenous gardens by the overgrazing of cattle. Fourth, it prevented the indigenous people from hunting in the cattle ranches, thereby interfering with their traditional means of subsistence by compressing their hunting space into smaller and smaller areas (LEMOS, 1998, p. 45).

Nesse mesmo sentido, os projetos governamentais em municipais em grande parte não contemplam as questões culturais desses povos, ou discussões

prévias sobre os projetos, como por exemplo: os que envolvem a agricultura, até que ponto eles beneficiarão ou prejudicarão os povos indígenas, logo, a política dos projetos é orientar a expansão da “economia” do Estado para o “desenvolvimento”.

1.3 Antes e agora: as diferentes gerações e as mudanças no perfil policial

Para entendermos diferentes gerações e as mudanças do perfil policial em Roraima, partiremos da criação dos Territórios Federais em 1943³, pelo então Presidente do Brasil Getúlio Vargas. Com o intuito de povoar as fronteiras criou-se, através do Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro do mesmo ano, os Territórios Federais do: Amapá, Guaporé, Rio Branco⁴, Ponta Porã e Iguazu. Anterior a esse fato quando a atual cidade de Boa Vista era administrada pelo estado do Amazonas.

Em 1944⁵ foi criada, através do Decreto do Território Federal do Rio Branco n.º 02 de 21 de novembro, a Guarda Territorial (G. T.), primeiro órgão policial oficial da história de Roraima, tendo um caráter civil e fardado. Nesta ocasião, a população do Território era estimada em 10.541 habitantes⁶. Conforme o Art. 3.º desse Decreto Territorial Guarda Territorial tinha por missão:

³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Rio Branco, Ponta Porã e Iguazu. **Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência.** (Org) Dr. Pedro Vicente Bobbio. Ano VII, 1943. (p. 299-301).

⁴ O Território Federal do Rio Branco era o antigo município de Boa Vista do Rio Branco, pertencente ao Estado do Amazonas, hoje Boa Vista, capital de Roraima.

⁵ TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO. Decreto n.º 2 de 21 de novembro 1944. Cria a Guarda Territorial (G. T.). **Órgão Oficial do Território Federal do Rio Branco.** Boa Vista, 28 de nov. 1944. Publicado no Órgão Oficial do Território Federal do Rio Branco em 28 de novembro de 1944.

⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Amazonas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

- a) Vigilância (sic) terrestre e fluvial;
- b) Manutenção da ordem;
- c) Reparação, conservação e construção de edifícios (sic) públicos;
- d) Construção de estradas e caminhos;
- e) Serviços de transportes, povoamentos, colonização e incremento da produção do Território (sic);
- f) transmissões.

Parágrafo único – Além (sic) dos serviços acima numerados poderá a Guarda Territorial ser convocada para a realização de todo e qualquer serviço de utilidade pública.

(TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO. Decreto n.º 2 de 21 de novembro 1944).

Em 1962, através do Art. 1.º da Lei n.º 4.182⁷ de 13 de dezembro, o Território Federal do Rio Branco muda o nome para Território Federal de Roraima, por causa de vários extravios de correspondência entre a capital do Território do Acre (Rio Branco) e o Território Federal de Rio Branco.

Em 1975, o Presidente da República extinguiu as guardas territoriais e criou, através da Lei 6.270⁸ de 26 de novembro do mesmo ano, a Polícia Militar do Território Federal de Roraima com o efetivo de 450 homens e o anexo a ela o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, ambos regulamentados pelo Decreto nº 79.108 de 11 de janeiro de 1977⁹. O Corpo de Bombeiros Militares de Roraima alcançou sua emancipação em 2001¹⁰. Vale ressaltar que as guardas territoriais, eram regidas numa estrutura de caráter civil, mas logo se enquadraram no sistema militar e passaram a fazer parte da nova polícia. A guarda territorial de Roraima cuidava da segurança da população por terra e água, faziam praticamente quase todos os serviços públicos do território, como por exemplo, até pegar os cachorros abandonados na rua, trabalho este posteriormente realizado pelo centro de zoonose através da chamada “carrocinha”. Isso ao que parece levou um apelido à polícia da época de “mata cachorro” que perdurou até pouco tempo atrás pelos moradores e

⁷ BRASIL. Lei n.º 4.182 de 13 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a mudança do nome do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 18 de dez. 1962. (p. 12933).

⁸. _____. Lei 6.270 de 26 de novembro de 1975. Dispõe sobre a extinção das Guardas Territoriais e a criação da Polícia Militar do Território Federal de Roraima e em anexo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 27 de nov. 1975. (p. 15881).

⁹. _____. Decreto nº 79.108 de 11 de janeiro de 1977. Regulamenta a Polícia Militar do Território Federal de Roraima e em anexo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 12 de jan. 1977. (p. 369).

¹⁰ RORAIMA. Emenda Constitucional n.º 011 de 19 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a emancipação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista, 28 de dez. 2001. (p. 5).

policiais mais antigos. O termo não se perpetuou nas novas gerações de policiais e nem pela própria população, visto que o trabalho policial se profissionalizou e outros órgãos estatais ficaram encarregados das outras ações, como por exemplo, os bombeiros militares ficaram responsáveis pela área de salvamento.

Portanto, podemos enumerar quatro momentos importantes na construção da Polícia Militar de Roraima - PMRR: a) Criação da Guarda Territorial, b) Fim da Guarda Territorial e criação da Polícia Militar do Território Federal de Roraima, c) Criação da Polícia Militar de Roraima em 1988, d) Entrada de novos policiais no Quadro Estadual da PMRR em 2000, onde também entraram as primeiras mulheres.

Com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, o Território Federal de Roraima passou a ser Estado. E os antigos policiais passam a fazer parte de um quadro em extinção da União. Em 1989 o efetivo foi acrescido para 1.500 homens, através do Art. 1.º da Lei n.º 7.815 de 08 de setembro, sancionada pelo então Presidente José Sarney¹¹. Em 28 de dezembro de 2001, através da Lei Complementar n.º 051¹², o Governo do estado de Roraima cria as disposições sobre a carreira e o quadro de organização e a distribuição da Polícia Militar Estadual de Roraima. Hoje a Polícia Militar conta com aproximadamente 1500 policiais militares entre homens e mulheres.

Entretanto, essas transformações também estão inseridas num contexto de muitas migrações e conflitos envolvendo os governos, fazendeiros, colonos, igrejas, organizações não-governamentais rizicultores e os índios de Roraima. Durante a década de 1980 pouco mudara de anos anteriores, o regime militar ainda detinha grande influência nas ações policiais militares principalmente entre “militares” e “civis”. Os “militares” eram os policiais militares e os componentes das forças armadas, no caso de Roraima, exército e aeronáutica, os demais seriam os “civis”. Os “militares” por representarem a força do Estado e por estarem em cargos “especiais”, em que a imagem pessoal esteve à frente da ação e a hierarquia e

¹¹ BRASIL. Lei n.º 7.815 de 8 de setembro de 1989. Eleva o efetivo do atual quadro da Polícia Militar de Roraima para mil e quinhentos homens. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, 11 de set. 1989. (p. 15.881).

¹² RORAIMA. Lei Complementar n.º 051 de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Carreira, Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista, 31 de dez. 2001. (p. 1-14).

disciplina bem presentes na vida desses sujeitos. Como poucos se adéquam ao estressante trabalho policial e ao “espírito de corpo”, sempre comparado aos “civis” que não teriam vidas regradas e nem capacidades de estarem na disciplina e hierarquia militar, podendo em contrapartida, viver suas vidas “livremente”.

Com a influência do Regime Militar, a diferença entre militares e civis não era a única situação de tensão nessa época. Entre os militares do Exército e da Polícia Militar também houve muitos problemas. “A maioria das ocorrências na época eram com militares do exército, os soldados do exército não respeitavam a PM e chegaram até a ocasionar algumas mortes, eles eram encorajados pelos seus comandantes” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Em todos os meus anos de polícia, através de conversas informais com companheiros de farda que outrora foram do exército, muitos deles afirmaram que os comandantes do exército nas formaturas militares no quartel, afirmavam que queriam que algum militar do exército trouxesse um capacete da PM para o quartel, e as ordens às vezes eram correspondidas. O que existia era uma disputa de poder entre ambos os militares. A polícia de Roraima atualmente não usa mais esses capacetes azuis ou branco com a sigla PM na parte frontal, eles são utilizados em apenas algumas formaturas especiais, e os discursos dos comandantes tanto da polícia militar quanto das forças armadas também mudaram, permitindo um melhor relacionamento entre as duas forças.

Também outros fatores estiveram presentes nessa época na Polícia Militar de Roraima, além da cobrança de atitudes militares como “sim, senhor” e “não, senhor” (a negação raramente era usada a uma ordem superior) a presença de esportistas e outras profissionais na polícia era bem vista e entravam até mesmo sem aprovação em concurso público. O time de futebol da polícia era visto como um dos melhores times amadores da época. Vejamos o que diz um Oficial da polícia militar de Roraima:

Entrei naquela época porque para mim não tinha oportunidade de trabalho em outros serviços. Eu já entrei mediante o concurso em 1980, mas muitos entraram sem concurso público, os que tinham alguma arte, os parentes de outros policiais, professores, jogadores de bola ou eram militares do exército. Os instrutores no curso de formação eram todos oriundos do exército a polícia naquele tempo preocupava-se muito com o esportista e o militarismo, sim, senhor e não, senhor, era uma época difícil (...) como tava ainda no modelo de Ditadura Militar, os policiais se achavam mais superiores que os civis (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Portanto, delineando na mesma perspectiva, segundo o relato do mesmo oficial, alguns policiais que entravam na corporação eram cooptados para executarem serviços particulares referentes a seus superiores e no tocante não tiravam serviço, servido assim como uma espécie de “troca de favores entra as partes” vejamos o que ele diz: “a maioria dos PM’s (policiais militares) faziam limpeza na casa dos oficiais da PM. E quem não queria trabalhar na rua ficava trabalhando como pedreiro e jardineiro. Como era no tempo da ‘ordem’ o cara ia mesmo” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Na época as repreensões e detenções dos policiais militares em grande parte, estavam relacionadas à faltas de serviço que era de 24 horas de serviço por 48 horas de folga e, as vezes, de 24 horas de serviço por 24 horas de folga, atrasos e apresentação pessoal (farda passada com o vinco, fivela do cinto brilhando, coturno bem engraxado, barba feita e cabelo bem cortado) seguido do cartão de cabelo que é um cartão onde são anotados as datas dos cortes e assinadas por um superior hierárquico que todos (apenas para os policiais masculinos) devem apresentar aos seus superiores quando solicitado, o prazo de um corte de cabelo para o outro é de no máximo de 15 dias. Atualmente essa prática do cabelo só é cobrada nos cursos de formação e aperfeiçoamento policial militar.

Hoje a cobrança da apresentação pessoal continua, as horas de serviço se flexibilizaram muito na polícia militar de Roraima, o serviço administrativo é de 6 horas corridas, alguns locais exercem o serviço de 24 por 48 horas, outros de 24 por 72 horas e de 12 por 24 horas /12 por 48 horas, acompanhando esse processo, as repreensões e detenções foram logo questionadas pelas associações policiais militares através de seus advogados, algo desconhecido anteriormente.

No entanto, o sentido da ordem dos superiores não estava apenas no serviço policial ou no quartel, o sentido dessa ordem em conjunto com o sistema militar exercia o poder de forma externa a vida social do policial, que em boa parte eram exercidas de forma verbal seguindo a linha da lei ou não. Conforme afirma um oficial da polícia militar: “A maioria das punições e prisões eram dadas verbalmente e informais. “Eu já não aceitava muitas coisas, eu estava de férias num bar e mandaram eu dormir, fui punido por não aceitar a ordem” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

A imposição das ordens também se estabelecia na questão da alimentação seguindo os moldes do exército, todos tinham que fazer suas refeições no local chamado de rancho do quartel (semelhante a um restaurante interno). Algo que ainda é lembrado como por saudosismos por alguns policiais militares. Atualmente esse modelo não existe mais, o policial de serviço pode se alimentar fora do quartel mediante autorização da central de operações, conforme a fala do Oficial já citado:

Antes não podia lanchar durante o serviço, só podia com hora determinada pelo comandante, um pão seco no rancho do quartel. Isso foi um avanço, hoje o policial recebe o dinheiro e pode se alimentar onde quiser, conforme avisada a central. Mas ainda tem gente que não aceitou esse sistema. (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

já sobre o serviço de patrulhamento na cidade de Boa Vista “naquele tempo o policiamento era a pé, de bicicleta, tinha umas motocicletas, fuscas e cavalos, os policiais eram transportados inicialmente em um caminhão da 2. Guerra Mundial o chamado “espinha de peixe” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Ao que parece esses materiais de trabalho já eram insuficientes naquela época bem como a manutenção desses serviços, tanto o fusca (pequeno, desconfortável e tornando-se assim perigoso para transportar presos) como sendo um carro não apropriado para o policiamento, quanto a bicicleta que era igualada ao carro na prisão e no transporte de presos. Vejamos o que diz o mesmo policial militar:

O policial militar algemava o preso na bicicleta e levava para base. Isso deu muito problema o PM não sabia se cuidava do preso ou da bicicleta, tinham os cavalos também, mas como não tinham comida para dar aos cavalos eles acabaram (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Hoje o fusca e o chamado “espinha de peixe” já não são mais usados, a cavalaria voltou a ativa e também a criação do canil, o policiamento de bicicleta continua, mas com uma outra perspectiva e estrutura. As viaturas ainda recebem críticas dos policiais por serem pequenas, desconfortáveis e não adaptadas ao serviço policial. Como por exemplo, dependendo da localidade as viaturas deveriam ser de tração 4 por 4.

Passemos agora o direcionamento a outro enfoque que, baseado no relato de um policial militar que, pode ser muito importante para a demonstração de alguns fatos relevantes no universo policial, situações que demonstram um poder autoritário e quase “mágico” dos oficiais aos seus subordinados e a população em geral, chegando até a negar e limitar serviços públicos a todos. Como corrobora um oficial policial militar. Vejamos o que diz o policial:

Muitos comandantes não queriam que a população ligasse do “orelhão” (telefone público) que ficava ao lado da base da polícia, e quando o policial militar autorizava, determina o tempo. Naquele tempo tinha que cumprir ordem, obedecer ao comandante. Eu descumprir essa determinação por achar que o orelhão era público por isso todo mundo tinha direito de ligar sem a interferência de um policial, fui repreendido e quase preso por isso. (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Com o arcabouço do Regime Militar direcionando as ações de segurança, foi notória a entrada de ex-militares do exército brasileiro nas polícias militares, em conversas informais parte dos policiais que serviram o exército afirmaram que o curso de policial militar foi mais pesado que os cursos de formação do exército, no tocante às cobranças militares e a ações propriamente ditas. São constantes as comparações entre antes e hoje, percebe-se um descontentamento entre os policiais do quadro em extinção da União relacionado as crescentes limitações à atuação policial, o esvaziamento de poder e autoridade. Estes afirmam que naquele tempo o policial podia ser “policial”, tinha mais respeito e de certa forma temido pelos

bandidos, o policial podia “chegar mais forte” nas ocorrências que na maioria das vezes dava em nada, hoje com os direitos humanos, o Ministério Público e a imprensa em conjunto com movimentos sociais cobram uma nova visibilidade nas ações policiais e que elas sejam baseadas na doutrina dos direitos humanos. Para que o policial respeite a população e aja conforme a Lei, usando apenas os meios necessários para conter a ação. Porém, os direitos humanos e as leis são entendidos de forma particular pelos policiais.

Em certas ocorrências policiais antes de 2000, quando alguém não queria pagar algo consumido, “(...) o dono ligava para a PM, ela chegava e fazia o devedor pagar, o policial era temido”(Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Atualmente, essas ocorrências são resolvidas de outras formas, quando alguém não quer pagar a conta, e o dono do estabelecimento chama a PM, ela tenta resolver o problema, mas se o devedor não pagar, será levado à delegacia mediante a queixa do dono do estabelecimento, porém, em grande parte das situações acontece que o queixoso não quer ir a delegacia por medo do infrator ou por achar que o tempo que desperdiçará na delegacia não valerá a pena, pois ele poderá ser ameaçado pelo infrator e a polícia não poderá dar-lhe segurança 24 horas por dia, ou o tempo que o dono do estabelecimento perderá na delegacia não cobrirá a despesa do seu estabelecimento fechado. Nessas situações em que não acabam na delegacia, o policial orienta ao vendedor não vender mais para aquela pessoa e ao infrator a ir embora para casa.

Após a Constituição de 1988, com as novas leis e direitos aprovados, a estrutura pública teve que ser modificada para atender a nova legislação que previa novas atitudes tanto da população como da polícia. A população que outrora tinha medo de denunciar a violência policial, pois se sentia coagida, com a Constituição adquiriu poderes e foi encorajada a denunciar e cobrar um melhor tratamento do servidor público. Vejamos o que diz novamente o Oficial da polícia militar de Roraima:

Difícilmente tinha reclamação da sociedade naquele tempo, quando o civil (pessoa que não era militar) chegava para denunciar o policial, era logo recebido assim: QUER O QUE? A pessoa ficava com medo e deixava prá lá. Depois de 1988 as pessoas já tinham coragem de denunciar o policial. (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Podemos então enumerar esse momento da Polícia Militar de Roraima, tendo grande influência do Regime Militar, onde as normas básicas estavam em obedecer a ordens de superiores e o enquadramento no sistema militar. Sendo assim, a eficiência das resoluções de ocorrências seguiam padrões determinados pela experiência e força da autoridade, já que a polícia nesse regime tinha “muita moral”, segundo policiais militares do antigo Território. Pois, resolviam as ocorrências a partir de seus entendimentos constituídos com a experiência do dia a dia, já que não tinham um padrão como é atualmente cobrado pelos direitos humanos sobre a atuação policial militar, ou seja, quando policiais excediam com violência nas ocorrências quase sempre ficava por isso mesmo. Como afirma um policial da época “naquele tempo não tinha prudência a PM chegava ‘sentava o pé no peão’, algemava e levava preso” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Não que esse perfil tenha mudado significativamente, em certos locais e ocorrências essas práticas ainda se difundem com algumas variantes. Isto é, o importante para o policial é resolver a ocorrência com “eficiência” de forma segura e que sua autoridade não seja colocada em dúvida.

Durante esse período, os policiais eram desencorajados a estudar em virtude do trabalho. Vejamos o que diz um policial militar: “Nas formaturas militares os oficiais discursavam sobre aquele que quisesse ser estudante que pedisse a baixa e fosse estudar, por que eles estavam ali para serem policiais e não estudantes” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Portanto, qualquer nova percepção de vida, de mundo ou policiamento, era visto como negativa nesse contexto e um pretenso questionamento a autoridades dos comandantes. Ou seja, para que fossem policiais nessa época era exigida a obediência aos superiores hierárquicos, e para isso não precisavam estudar, já que o policial deveria agir de acordo com a orientação e as ordens de seus superiores, isso seria o suficiente para atuação policial e o bom convívio na corporação. No entanto, neste mesmo delineamento ao que parece, existiram resistências frente às ordens estabelecidas. Conforme afirmação de um policial militar:

Ainda tinha comandante que sabia que alguém estava estudando sem autorização, mandava prender o policial, ninguém pedia autorização, porque eles diziam que não, eu estudei escondido. Eles pensavam que o policial ia estudar para ele e não para uma melhoria institucional (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Esta perspectiva vem se enfraquecendo com a entrada dos policiais militares do quadro estadual. Os policiais militares mais antigos em sua maioria possuem ensino fundamental e ensino médio e poucos alcançaram o ensino superior. Pois, segundo o relato de um oficial que entrou na polícia militar na década de 1980, “na época, para entrar na polícia militar era exigida só a 4.^a série primária, fisicamente era exigido muito, depois que entrava era cobrado mais” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Os novos policiais já vem entrando com ensino médio completo cobrado pelo próprio concurso, existindo uma maioria de estudantes universitários e uma pequena parte já graduado. A situação desigual criou problemas de ordem hierárquica entre os antigos e os novos policiais, os “novinhos” tinham certa resistência em obedecer a ordens de superiores que não tinham estudo, e os policiais antigos usavam a superioridade frente o questionamento dos novatos. Afirmando que os novatos podiam ter o ensino médio e estarem na faculdade, mas de nada valia no militarismo, pois a autoridade é imposta através das patentes e não do grau de instrução formal.

Segundo a fala de um policial militar, “os oficiais tinham uma certa discriminação, pois os novos policiais tinham o segundo grau e estudavam na faculdade. Mas a maioria da discriminação era maior por parte do oficiais do que das praças” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Podemos compreender de forma clara que a perspectiva da violência simbólica de Bourdieu se encaixa como uma forma de exposição de poder dos superiores frente aos subordinados, pois a essa violência não seria imposta através da força física, mas por parte da aceitação de quem a recebe e estaria legitimada nos símbolos e signos culturais.

Entretanto, o reconhecimento dos oficiais ou policiais mais antigos, enquanto autoridade superior pelos policiais novatos está principalmente no que refere as patentes militares que compõem tanto um poder legal, quanto propriamente o da

hierarquia, sendo visto assim como algo natural ao militarismo. Porém, a violência simbólica não é percebida com tal por quem a exerce, pois no sentido do militarismo isso seria uma forma legal de enquadramento do novo policial ao sistema militar, ou seja, é entendido como algo “natural” a profissão.

Quando um oficial afirma que profissionalmente está acima dos demais, principalmente quando questionado sobre seu grau de educação formal, que numa escala seja menor que os subordinados, o símbolo da patente (quem vem recheado de imposições legais, das quais a educação formal não consegue ultrapassar) é um norteador da ordem estabelecida, e os subordinados mesmo descontentes obedecem esta ação de enquadramento. Sendo assim, os espaços que outrora foram questionados, retornam a “tranquilidade” de antes. É mister salientar, que com o tempo os policiais novatos se tornam antigos e também exercem esse mesmo poder perante aos policiais novatos em diversas variantes que não só contemplem o grau de instrução formal.

Como resposta as ações dos policiais militares estaduais, discursos foram proferidos pelos comandantes da época em diversas formaturas policiais militares, como por exemplo: afirmar que os policiais militares do quadro do antigo Território Federal de Roraima teriam “carregado a polícia nas costas” e que deveriam agora ser recompensados com as promoções e “os policiais novatos deveriam respeitar a hierarquia e a história dos antigos” e “deveriam esperar sua vez”.

Sobre essa questão reporto-me a Elias (2000), que compreende tal situação de estigmas entre os primeiros (policiais militares antigos – quadro da União) e os últimos (policiais militares novatos – quadro estadual). Na perspectiva elisiana um grupo só poderia estigmatizar o outro quando ele está bem instalado no poder, seriam os estabelecidos, e os que chegam depois não detém de tal “privilegio” frente aos antigos, seriam os de fora. Logo, isto na perspectiva elisiana remete a uma superioridade social de um grupo sobre o outros, mesmo que no militarismo existam discursos de uniformidades total ou parcialmente (entre os patentes), a superioridade neste caso seria profissional e limitada ao grupo, longe de percepção pelo grande público.

Sendo assim, os “verdadeiros policiais militares” seriam aqueles que trabalharam na época do regime militar ou no quadro do extinto Território Federal de Roraima, pois, conseguiram ficar na profissão mesmo com as cobranças militares da época e sem pouca abertura referentes a seus direitos e promoções. Já os novos policiais não estariam nesse patamar, por terem chegado depois no regime democrático, onde a formação, cobrança profissional e o sentido de respeito aos seus superiores foram aprendidos com menos intensidade, nesse sentido, não poderiam se igualar aos antigos, nem cobrarem espaço nas patentes superiores a de soldado.

Os rótulos internos a profissão de antigos e novatos são dinamizados com o tempo, atualmente são os “federais” e os “estaduais” rótulos diferentes, mas com o mesmo poder de um grupo que comanda sobre o outro, mesmo porque quase todos oficiais da polícia militar atualmente são do quadro federal, sendo assim eles ainda dispõem de grande influência perante o outro grupo. Daqui a uns anos todos os policiais militares do quadro da União estarão na reserva (aposentados), e só ficarão os policiais estaduais. Mesmo assim, a dinâmica entre os estabelecidos e os outsiders se configurará praticamente da mesma forma, só que as proposições estarão no grupo dos policiais do quadro Estadual de Roraima.

Esses discursos enfatizavam que os policiais estaduais seriam os culpados da não promoção dos antigos, pois estariam tomando “a vaga de quem tinha direito”. Algo que repercutiu em um clima de animosidade, que foi imposto desde 2000. Ao que parece nesses discursos era mais fácil colocar a culpa nos novos policiais concursados que admitir a ineficiência dos comandantes e governadores da época que não se preocuparam em realizar as promoções e seleções internas no momento devido. No entanto, não conseguimos visualizar o porquê das não realizações destas promoções principalmente voltado ao orçamento, já que os policiais do antigo território recebem salários do Governo Federal sem onerar a receita do Estado de Roraima.

Porém, através desses aspectos a polícia procurou desempenhar seu papel, mesmo o discurso saindo ao público em geral, as questões de quem estaria certo ou errado, prejudicado ou não, ficou restrita a corporação a sua poética social. Mesmo que declaradamente alguns policiais “antigos” (enquadrados no quadro federal em

extinção da União) e “estaduais” (fazem parte do quadro Estadual) afirmarem que não gostam um dos outros a grande maioria parece ter superado tal questão. Mesmo porque existem pouco policiais do ex-território na ativa, e daqui a alguns anos todos esses policiais estarão na reserva remunerada. Nesse mesmo delineamento, o que poderia estar em desuso foi revitalizado com a greve dos policiais militares do quadro estadual em 2009, os policiais do ex-território não aderiram à greve e a maioria dos estaduais também não aderiu, criando assim descontentamento entre as partes.

A greve dos policiais militares estaduais de Roraima aconteceu influenciada por greves das policiais militares de outros estados brasileiros, como forma de pressionar os governos sobre as melhorias salariais e das condições de trabalho. Após várias explanações públicas do Governador do Estado que daria aumento a classe, algo que não veio a se cumprir. Logo após o Governador dar aumento a os policiais civis, aumentou ainda mais o descontentamento entre os policiais e bombeiros militares, que a partir de várias reuniões da classe decidiram entrar em greve, tomando conta do Quartel Geral da Polícia Militar. Automaticamente muitos dos policiais que não aderiram a greve foram escalados para tirarem viatura. Pela situação do conflito da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, vários militares da Força Nacional (Força tarefa que é composta de policiais e bombeiros militares de todo país) também somaram ao policiamento com os não grevistas. Vários familiares, sindicatos e associações e alguns índios apoiaram publicamente o movimento de greve. No entanto, outros atores também contribuíram de forma mais “discreta” ou “oculta” perante o grande público, que foram alguns políticos tanto da situação quanto da oposição ao governo do estado.

No entanto, muitos componentes da Associação dos policiais e bombeiros de Roraima – APBM/RR que não aderiram diretamente a greve continuaram trabalhando no policiamento, mas contribuíram de certa forma em suas mensalidades e em mais um fundo para sustentar a greve. Ao que parece isso não foi entendido suficientemente por parte dos grevistas que continuaram convidando seus colegas para aderirem a greve usando até em alguns momentos ações coercitivas. Porém, a greve terminou sem êxito, pelo menos na questão salarial, mas obteve sucesso conseguindo eleger o líder da greve e da Associação dos Policiais e

Bombeiros de Roraima - APBM/RR como deputado estadual, outra vitória foi alcançada nesse cenário, como a aprovação da Lei Federal n.º 12.191 de 13 de janeiro de 2010¹³ pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que concedeu anistia aos policiais e bombeiros militares dos grevistas de Roraima e dos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal.

Nessa última fase podemos apontar as mais significativas mudanças da Polícia Militar que acompanharam o momento democrático. Até 1999 todos os policiais militares entraram no quadro de extinção do antigo Território Federal. Em 2000 entraram os primeiros Policiais do quadro estadual, e recebendo um salário bem inferior aos policiais antigos. Tal situação gerou além das mudanças, novos conflitos, por exemplo, nas primeiras turmas de PM's estaduais, surgiu o estereótipo de "genérico", pois faziam o mesmo serviço que os "federais" (termo usado para designar os PM's do quadro do ex-território) só que mais barato, já que recebiam bem menos. Porém, segundo um dos entrevistados, "o único problema que tinha, era que os antigos não botavam fé nos policiais novos, porque só eles colocavam moral, pensavam com a força, mais ou menos eram insubstituíveis" (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço). Essa é mais uma faceta que compõe o arcabouço de entendimentos sobre a questão.

Nessa época divulgava-se em todo país a campanha em favor dos remédios genéricos que seriam mais baratos e faziam o mesmo efeito do que os de marca conhecida. Porém, ao que parece no primeiro momento, os estigmas recebidos pelos policiais militares do quadro estadual referente ao indivíduo genérico, que faziam o mesmo trabalho dos "originais" (policiais militares do quadro da União), só que mais barato. Passa-se a um segundo momento ou fase, de estigmas para um símbolo de força na cobrança dos direitos principalmente na questão salarial, para que equiparassem ou aproximassem os salários dos estaduais aos dos federais,

¹³ BRASIL. Lei Federal n.º 12.191, de 13 de janeiro de 2010. Dispõem sobre a anistia aos policiais e bombeiros militares de movimento reivindicatório dos Estados de Roraima, Rio Grande do Norte, Bahia, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, seção 1, 14 de jan. 2010. (p. 1), e Retificada na da Lei Federal n.º 12.191, de 13 de janeiro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, seção 1, 15 de jan. 2010. (p. 4).

algo que não aconteceu por esse caminho, outras estratégias políticas foram elaboradas em defesa dos direitos.

As mulheres também foram vistas com desconfiança para o trabalho policial, principalmente por serem vistas como pessoas mais frágeis. E ainda hoje autoridades da segurança pública sustentam a ideia de que as mulheres não servem para o serviço policial militar.

Durante esse período do processo democrático parece ter havido uma revificação de práticas que estão em desuso mesmo sendo legais, lembrando assim os velhos resquícios do Regime Militar, a partir de 2002 certas cobranças foram realizadas, o Comandante Geral da polícia militar de Roraima, segundo suas próprias falas nas formaturas matinais, afirmava que tinha perguntado a um policial militar de serviço qual era o seu papel naquele local, o policial não teria sabido responder, então desde esse dia foram impressos vários lembrete do conceito do trabalho policial, para que cada policial militar soubesse responder caso fosse indagado por um superior ou a imprensa. Porém, o tal comandante abordava as viaturas policiais, policiamento a pé e os mais diversos tipos de trabalho policial militar, perguntando aos comandantes das equipes qual era a função do policial, e prontamente decorado todos os policiais respondiam o que o comandante queria ouvir, logo, ele saia satisfeito com um possível “entendimento” do policial sobre seu trabalho, episódios que se tronaram em desuso com o decorrer do tempo.

É mister salientar, que as polícias militares em todo país, estão se especializando em diversas ações, criando novos grupos táticos, aéreos e marítimos (ou de rios), em combate às drogas ilícitas, inteligência e intervenções educacionais nas escolas com o intuito de formar crianças e jovens para não entrarem no mundo das drogas.

Em suma, mesmo que o perfil policial venha mudando no decorrer dos tempos envolto a melhorias e, às vezes, ao uso de artifícios já superados, as mudanças sempre estão limitadas ao sistema do militarismo somado a questões salariais, condições de trabalho, sociais, econômicas e culturais.

1.4 Um policial estudando a polícia: identidade e reflexividade

Examinar a instituição policial, sua história e práticas, remete, especialmente quando feita por alguém de dentro da esfera policial, a fortes questionamentos internos, visto que, cria possibilidades de se tocar em tabus associados a intimidades corporativas, produzindo-se receios de revelação de práticas que estão fora do conhecimento do público em geral. Uma pesquisa da polícia efetuada por um policial exige a revelação do que Michael Herzfeld (2008) chama de "intimidade cultural", essa proteção do espaço coletivo que o etnógrafo tem de invadir e, muitas vezes do qual faz parte, constituída justamente por esses valores que os indivíduos e grupos consideram como "seus", e que eles devem, ao mesmo tempo, seguir e apresentar aos demais.

Pesquisar a polícia impõe opções teórico-metodológicas tais como equacionar a relação entre abordagem etnográfica e o Estado-nação, conciliando o panorama de grandes formações sociais (a instituição policial no Brasil e América Latina) e experiências vividas pelos agentes sociais, sem cair na frase de efeito retórica de que "não se estuda um Estado-nação, mas em um Estado-nação". A partir da proposta de Herzfeld sustento que o Estado-nação conformaria um conjunto de instituições e estratégias que se apóiam nos mecanismos sociais mais cotidianos pode ser visto como um conjunto aberto de agentes e operações, possuindo como denominador comum o fato de estarem voltados para uma "despoetização" da vida social, ou seja, para a essencialização, naturalização e literalização de experiências sociais sempre múltiplas e polifônicas.

Busca-se investigar o caráter social desta poética de Estado essencializadora, (e das próprias teorias antropológicas), bem como a força teórica das representações nativas dos agentes que lhe conformam, ou seja, aqueles que operacionalizam o trabalho policial militar. Atualmente, mesmo com os treinamentos o policial em suas ações sempre se deparará com uma linha tênue entre injustiça/justiça, certo/errado e os padrões aprendidos na escola frente à experiência do cotidiano. Tomo como base o conceito de poética social decorrentes de estudos de Herzfeld e Austin (teorias dos atos de fala), a partir da qual tem-se como foco o uso de estereótipos na interação social. A vida social consistiria em processos de

reificação e essencialismo, assim como em desafios a estes processos. Toda atuação social reificaria pessoas em identidade culturalmente codificadas. O Estado operaria a partir da coexistência de várias percepções da intimidade cultural, permitindo aos atores o uso e a reformulação da linguagem oficial, permitindo a constante recomposição de níveis normativos e subversivos que conformam a realidade do Estado.

O papel do pesquisador procura ser bem definido na pesquisa e negociado com a instituição policial e junto aos policiais, de forma que, as ações “típico-ideais”, “despoetizadas” sejam divulgadas, ao passo que aquelas ações mais próximas dos agenciamentos sociais cotidianos permaneçam preservadas do público em geral, acessíveis no espaço da intimidade cultural policial. Nesse processo de negociação, com limites tão tênues entre norma/prática ou literalização/poetização, o pesquisador é visto com desconfiança pelos policiais, estabelecer ou manter vínculos de confiança torna-se fundamental para que a pesquisa possa fluir além das formalidades de respostas prontas, acabadas ou retóricas essencialistas orientadas pelos comandantes e regulamentos militares.

Sendo assim, dentro do processo formação do Estado Democrático as corporações policiais vêm sendo incessantemente cobradas no que tange a preparação do policial e a resolução de ocorrências. Outro fenômeno importante é que algumas corporações vêm despontando com a abertura a pesquisas, mesmo que limitada, para pesquisadores das mais diversas áreas e até mesmo membros da própria corporação.

É nesse processo de abertura que este pesquisador está inserido. Portanto, este estudo também suscita várias situações sobre o pesquisador/pesquisado, sendo que participei de vários movimentos estudantis antes de entrar na polícia, sou policial militar de Roraima desde 2001 e tendo participado do curso de formação do mesmo ano, tendo como irmã e pai policiais militares e mãe professora. Lembro-me de um episódio que marcou minha percepção sobre um policial militar. Quando tinha aproximadamente 12 anos, meu pai me levou até o serviço de saúde da polícia militar, chegando lá me deixou sentado em um banco próximo a uma porta, alguns minutos depois a porta se abre e dois policiais militares discutem violentamente até que um desfere um soco no rosto do outro.

Eu permanecia ali como testemunha ocular, fiquei sentado sem me mexer, nervoso sem entender direito o que estava acontecendo, o policial que recebeu o soco correu para pegar uma arma, o outro me parece que foi trancado propositalmente na sala, mesmo assim ficou batendo violentamente na porta, após alguns segundos o policial retorna gritando com uma arma de fogo, um policial pula e tenta tomar a arma desse policial. Eu ali continuava sentado e perplexo com tudo aquilo, até que vejo meu pai segurando e tentando acalmar o policial revoltado. Pensei comigo mesmo, se no quartel os policiais eram assim, como deveriam conviver com suas famílias, como atendiam a pessoas. Com essa cena somadas as orientações de minha mãe, que não queria que eu fosse policial, e as experiências com a polícia nas reivindicações estudantis, disse pra mim mesmo que jamais entraria na polícia.

Mas o tempo foi passando completei meus 19 anos, conseguir trabalhar no governo do estado temporariamente na área de iniciação esportiva, nessa época eu tinha tirado o antigo segundo grau na extinta Escola de Formação de Professores de Boa Vista e também cursava o extinto Magistério em Educação Física da ex – Escola Técnica de Roraima (hoje Instituto Federal Tecnológico de Roraima). Como fazia anos que não tinha concurso público em Roraima, o concurso da Polícia Militar em 2000 abria novas perspectivas de estabilidade econômica, fui aprovado no concurso de 2001.

Quando entrei no curso, instintivamente surgiram as resistências às novas ideias, principalmente sobre leis, direitos e aos outros os chamados “civis”. As inquietações não desapareceram até hoje, mas muitas ideias sobre a formação e atuação policial militar foram reformuladas. Por exemplo, quando um policial comete um erro no seu trabalho ele é taxado generalizadamente pela população de ser um profissional mal formado que não tem condições de exercer tal função, mas em que está pautada uma boa formação? Em que está direcionado um bom atendimento? Quando estudante secundarista, lembro-me em que uma passeata estava reivindicando direitos em frente ao palácio do governo, e o sentimento compactuado intimamente entre os estudantes era de que, os policiais militares estavam prontos a usar a força a qualquer instante contra os estudantes que reivindicavam seus direitos.

Mas, em função das escolhas que fiz, anos depois eu estava lá do outro lado usando a farda, barrando um protesto de estudantes que queria passar a faixa de segurança do Palácio do Governo. Agora do outro lado percebia a tensão que os policiais ali sentiam, estavam prontos a reagir até com a força se necessário, alguns companheiros questionavam se eram realmente estudantes, em suas concepções o estudante deveria estar na escola e não na rua fazendo baderna, pois aquilo não “daria em nada”. Mesmo não concordando com muitos companheiros, eu também estava tenso e pronto a realizar a ação, e se necessário usaria a força para restabelecer a lei e a ordem pública. Para outros companheiros os estudantes até podiam reivindicar seus direitos, mas só poderiam deslocar até o limite de segurança estabelecido pelos PMs, e qualquer rompimento dessa ordem seria um afronta a nós policias, pois os mesmos seriam categorizados como baderneiros, sendo assim outras posições teriam que ser tomadas por nossa parte, os “preservadores da ordem pública”.

Portanto, a partir da pesquisa do universo em que estou inserido profissionalmente, foram apresentadas várias implicações, como por exemplo: há maior ou menor facilidade de distanciamento sendo eu um agente dentro deste campo, as entrevistas foram mais abertas direcionadas a discursos informais já que falo e entendo “a linguagem policial”. Mesmo sendo abertas, acordos foram feitos, como por exemplo, nem tudo que for falado pode ser escrito e muito menos publicado ou gravado.

Na questão sobre gravação, participei de uma experiência que parece nortear não somente a polícia militar mais as diferentes corporações policiais. Nos primeiros anos que exerci o trabalho policial, estive no policiamento de trânsito, e em das muitas ocorrências cotidianos paramos um carro estacionado num local proibido, notificamos o condutor que retirou seu veículo do local. No mesmo instante outro condutor estacionou seu veículo no mesmo local, mesmo com a presença da polícia o cidadão estacionou o veículo, e questionado por nós ele afirmou que era parente de uma deputada estadual e ninguém levaria seu carro, e sem dar atenção a nós entrou na agência bancária, então fizemos o procedimento para notificação e remoção do veículo.

Essa história poderia ter terminado naquele momento, no entanto, o cidadão que estava muito alterado reafirmou que não levaríamos seu carro. Prontamente meu companheiro de dupla acionou reforços, pois ao que parecia tínhamos que usar a força, momentos depois chegou a deputada gritando dizendo que ela era autoridade e ninguém levaria o veículo do seu parente, perguntou quem estava na ocorrência e disse para o meu companheiro (que era mais antigo do que eu, ou seja, mesmo sendo soldado ele era o comandante da dupla) liberar o veículo. Ele disse que não liberaria pois era um procedimento legal, a deputada afirmou em voz alta que tinha autoridade para nos prender porque ela era uma deputada. Não satisfeita com a atitude do policial, ligou para os superiores, o reforço chegou junto com um oficial que foi cumprir a ordem de outro oficial para fossemos presos por desobediência (algo que não chegou a ser concretizado, mais ainda sim fomos repreendidos pelo oficial) e o veículo fosse levado ao comando geral polícia militar.

A ocorrência conduziu a outras situações. Porém, desde a chegada da deputada meu amigo que estava à frente da ocorrência estava com um gravador no bolso e gravou toda situação. Esse policial não satisfeito com o desenrolar da situação entrou na justiça contra a deputada por danos morais. E algum tempo depois ganhou na justiça e recebeu uma quantia em dinheiro da parlamentar. Ao que parece ser um final feliz, em parte essa foi a boa repercussão, apesar de muito policiais apoiarem a iniciativa do colega de trabalho de ter realizado tal ação. Daquele dia da ocorrência em diante por ter usado o gravador mesmo em sua defesa no processo judicial, esse policial foi desacreditado por parte de seus pares, pois se ele gravou aquela situação ele poderia gravar qualquer policial falando mal dos seus superiores, do comandante geral da polícia, governo ou alguma ocorrência que geralmente se resolve com as relações sem doutrinas estabelecidas ou até a prática ilegais nas ações policiais.

Essa é apenas uma das simples situações que o uso do gravador ou aparelho de filmagem pode ocasionar na pesquisa direcionada aos policiais militares. Caso aconteça é perceptível, que na maioria das vezes os policiais que autorizam são os comandantes ou alguém autorizado a fazê-lo, é sempre direcionando ao discurso formal pré-estabelecido da profissão em conjunto com a lei.

Por ter na família, policiais militares, logo, a orientação em conjunto com a falta de oportunidade de emprego direcionou-me para essa profissão. Mesmo sendo educado num “sistema militar” o curso de formação foi uma novidade no meu processo de aprendizagem, onde constitui novas amizades e conseqüentemente perdendo outras. Nesse momento algo fica como uma espécie de “pele” do policial que o corporativismo que é fortalecido nas relações de amor a família, no momento em que alguma família de policial militar é ameaçada o corporativismo é acionado em defesa da família do policial.

Com minha formação familiar no “sistema militar” mais a formação política construída nos movimentos sociais e depois a formação policial militar, devo salientar, que o “espírito militar” compõe parte do meu ser social, porém, o pensamento crítico também forma minha personalidade. Portanto, estudar a polícia enquanto policial é no mínimo um exercício de flexibilidade profunda sobre o eu pesquisador e profissional.

Mesmo sendo policial e pesquisador ao mesmo tempo, alguns anos atrás saí do serviço operacional para o serviço de guarda buscando um distanciamento dessas atividades, já prevendo futuramente esse estudo. Mesmo sendo da mesma corporação existe uma distância entre o serviço operacional e o serviço de guarda. Os policiais militares do serviço de guarda são empregados em seguranças de prédios públicos, como os estabelecimentos prisionais, quartéis, palácio do governo, assembleia legislativa, fórum e tribunal de justiça seriam apenas considerados pelos seus pares “operacionais” como “vigias”. Os considerados “operacionais” são aqueles policiais que “tiram serviço nas ruas” e estão principalmente nas viaturas policiais diretamente ligados a população. Ou seja, os “operacionais” seriam os “verdadeiros policiais” por estarem envolvidos com ocorrências na rua e colocando suas vidas mais em risco do que os outros.

Logo, este pesquisador mesmo sabendo dos “códigos policiais” ainda encontra estranhamentos na atuação policial militar. Porém, esse estranhamento pode ser limitado e condicionado a uma ética policial militar formal e informal, direcionando a uma reflexão e negociação do que pode e como pode ser escrito este trabalho. Algumas barreiras foram delimitadas tanto para um entendimento público como relações profissionais futuras com os companheiros de profissão.

Entretanto, tais limites apenas direcionam algumas questões mais delicadas entre os policiais, sendo assim, não atrapalhando a compreensão geral que a pesquisa propõe. Outrora não podemos ainda saber qual será a repercussão do entendimento na corporação da polícia militar, pois existem diversas correntes de entendimentos.

As possíveis barreiras que um policial possa ou não encontrar no estudo etnográfico da sua corporação, perpassa por expectativas da pesquisa tanto por parte dos que comandam a polícia quanto os que executam. Os administradores do poder público esperam que a pesquisa saia de forma que venha mostrar as dificuldades no sistema policial que atualmente está em todo país, mas também esperam que sejam direcionados apontamentos aos comandantes e o poder executivo que ambos estejam preocupados com o bom funcionamento e relacionamento da polícia com a sociedade e entre os próprios policiais, e que conseguindo melhorias com o decorrer dos anos, fazendo o que está dentro da proposta política e econômica e judicial do estado. Portanto, esperam que a imagem do governo e da corporação seja “positiva”.

Já os outros policiais, principalmente das associações policiais militares tem a perspectiva de um trabalho relacionado diretamente com a labuta diária do policial, seus descontentamentos com a profissão, e que sejam publicadas denúncias contra os administradores da polícia, as más condições de trabalho, os baixos salários frente aos perigos da profissão e as perseguições sofridas pelos superiores. Porém, em momento algum tanto os representantes do governo e os policiais não abrem mão do corporativismo.

Mas como pesquisador, estas questões ao que parecem na sua essência não foram discutidas com propriedade neste trabalho, mesmo tendo que negociar em algumas situações e filtrar outras preservando futuros estudos e querer preservar um bom trânsito na corporação, as finalidades partiram de reflexões do ser pesquisador, corroborada com a prática e o trabalho etnográfico. Portanto, o olhar da pesquisa está na prática policial militar e não direcionando naquilo que os policiais e nem o Estado esperam como argumentos de defesa e promoção pública da profissão.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO POLICIAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

2.1 A Polícia Militar em Roraima e a Formação do Soldado

A formação do policial militar no Brasil tem como ênfase o policiamento ostensivo com o uso da farda, pois incorpora uma formação estruturada na Lei, voltada à unidade nacional e servindo como força auxiliar do Exército, sendo que o controle dessa força policial é conservado em nível estadual. Conforme, a Constituição Federativa do Brasil (1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – policiais civis;

V – policiais militares e o corpo de bombeiros militares.

§ 5.º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...). § 6.º As polícias militares e o corpo de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, e do Distrito Federal e dos Territórios(...).

(CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p. 90, 91).

Já em Roraima a formação do soldado policial militar não difere muito da formação do policial militar de outros Estados brasileiros, pois, a mesma é estruturada com base na hierarquia e disciplina militar. A estrutura curricular do curso tem como base a corrente positivista embasada na concepção teórico-metodológica da Constituição Federal e Estadual, do Código Penal, Código de Processo Penal, Código de Processo Militar, Regulamento Escolar, entre outros.

É importante salientar que parte das informações aqui citadas e analisadas fazem parte da experiência pessoal deste pesquisador como aluno policial militar que permitiu a prática de observação participante no curso de formação policial militar na cidade de Boa Vista em 2001, e no trabalho em serviço de guarda, nas viaturas, motocicletas e a pé e também por feito o curso de formação de agente de polícia civil em 2004.

A atual situação na formação do soldado policial militar está vinculada aos quatro primeiros cursos de formação de soldados policiais militares. A primeira turma de formação de soldado policial militar formou-se no ano de 2000, a segunda no ano 2001, a terceira no ano 2002 e a quarta no ano de 2003. Essas turmas formaram os primeiros policiais militares do quadro estadual de Roraima. A descrição das rotinas militares e o acesso a algumas informações foram facilitadas pelo fato do pesquisador fazer parte do universo pesquisado, visto que certas situações e informações deste universo de pesquisa são compartilhadas e experimentadas apenas por aqueles que fazem parte da corporação.

Nesse sentido, o dia a dia da formação policial militar é organizado pontualmente em horários pré-estabelecidos, e passa por uma apresentação matinal onde os ritos militares são cumpridos, como apresentação dos chamados “xerifes de pelotões” (algo semelhante a um líder de turma) aos seus coordenadores, que em sequencia apresentam a outro coordenador de maior patente e depois chegando ao comandante da escola. Após apresentado ao comandante da escola de formação, o mesmo faz seu discurso enfatizando a ordem, hierarquia e a boa convivência entre os pares, entre outras ações. Posteriormente, um aluno policial era convidado a proferir ao microfone a oração do soldado, em caso de erro na leitura da oração ou o mesmo se negasse a fazê-la, ele era punido ficando o final de semana na escola. A apresentação, às vezes, era direcionada por um oficial de patente maior que a do comandante da escola que, por sua vez, apresentava ao outro oficial que geralmente era o Comandante Geral da Polícia Militar de Roraima. Depois as demais tarefas eram realizadas.

Passando às tarefas de serviço de guarda que eram realizadas já na primeira semana pelos alunos policiais nos mais diversos locais, que iam do serviço na guarda da Escola de Formação, Comando Geral da Polícia Militar, Cadeia

Pública de Boa Vista até a Penitenciária Agrícola do Monte Cristo. Os serviços eram “tirados” na divisão de quartos de hora, até que se cumprisse o horário de serviço.

No Curso de Formação Soldado Policial Militar/CFSD-PM há outras ações mais características no que tange às formaturas e marchas, nas quais os alunos marcham ao toque do bumbo, devendo iniciá-la com o pé esquerdo, seguido obviamente pelo direito, simultaneamente os braços devem ser estendidos com energia, movimentando-os de certa altura até abaixo da linha da cintura.

Seguindo a mesma perspectiva outras ordens, proferidas em tom reforçando o sentido imperativo são executadas com gestos marciais e de forma enérgica como: sentido, descansar, meia volta volver, direita volver, esquerda volver, frente para esquerda, frente para direita, frente para retaguarda como muitas outras ordens que são faladas por superiores. Além das falas imperativas, os instrumentos musicais também compõem a linguagem adquirida no treinamento como, por exemplo: o bumbo, na composição de suas batidas e a corneta que através de sons estabelecidos aos alunos policiais identificam que ordens representam os toques de corneta. Tanto o bumbo quanto à corneta são recursos oriundos das forças armadas que foram incorporados às polícias militares, por isso, em todas as formaturas militares, todos devem ser capazes de compreender toda a linguagem das ordens, complementadas com outros instrumentos musicais com a banda de música.

Pode-se inferir que a dinâmica do curso de formação do policial militar além de permitir a incorporação da obediência através dos sentidos pela via do aprendizado de uma nova linguagem que combina verbal e não verbal, que conforme entendimento de Barth (2000) permite ainda reforçar diferenças fundadas na incorporação da linguagem que marca a contrastividade, produzindo sinais diacríticos que permitirão o autoconhecimento do grupo.

A ênfase nos elementos que marcam as fronteiras entre os de dentro (policiais) e os de fora (civis) é realizada por meio de mecanismos de punições ou recompensas. Ou seja, preparar o aluno policial para estar de acordo com os demarcadores de excelência profissional. Destaca-se, neste sentido, o cumprimento da lei, o respeito aos superiores, o orgulho policial militar composto materializado na farda e no sistema militar.

Os discursos proferidos na formação são direcionados a uma “conduta irrepreensível do profissional”, perpassando pela apresentação pessoal impecável do mesmo, como: coturno limpo farda bem passada, barba e bigode raspados (no caso dos homens) e cabelos amarrados (no caso das mulheres) conforme exige o regulamento. Preservar também a conduta “moral” e pessoal, isto é, não frequentar locais que prejudiquem a imagem do policial, como por exemplo: bares, casas de *strips* etc. A formação difunde um modelo ideal, semelhante ao sacerdotal, baseado no comportamento exemplar, regulado por regras e cobranças, que permitirão a construção da identidade policial militar diferenciada e superior aquela das pessoas comuns.

Diariamente através dos rituais das formaturas militares, em vários momentos, discursos legalistas foram pronunciados e enfatizados por superiores hierárquicos. Nessas explicações, as ênfases centrais estão voltadas às futuras atuações policiais, respeito aos símbolos nacionais e aos princípios basilares do militarismo que são a disciplina e a hierarquia. Que os diferenciaria de profissionais de outras classes e categorias, que são conhecidos e chamados de “civis”. Esses discursos também servem para internalizar nos alunos policiais militares uma profunda autodisciplina ou disciplina consciente. Ou seja, quem está errado deve ser consciente do seu erro e procurar ao mesmo tempo concertá-lo. Segundo Herzfeld (2008), esses discursos servem para dar vida e perpetuar a iconicidade, sendo assim, deixando o símbolo da autodisciplina como algo natural para se criar o evidente, visando assim torná-lo um conceito pessoal e profissional.

Durante esses rituais os discursos continham direcionamentos cristãos, mesmo que, às vezes, lembrados pelos superiores responsáveis pelo ritual que não eram obrigados a aceitar o Deus cristão, e que poderiam orar para seu deus, já que tinham alunos policiais de outras religiões. No entanto, é obrigado que todos os alunos saibam da oração policial militar, pois, qualquer aluno policial poderia ser chamado a recitá-la na frente de todos. Vejamos a oração da polícia militar de Roraima:

Senhor, vós sabeis quão árdua é a minha missão, e quase sempre incompreendida pelos homens.

É triste Senhor, arriscar a minha vida e não ser reconhecido, e algumas vezes criticado e injustiçado.

É triste Senhor, desperdir-me do lar e não ter a certeza de a ele retornar. Mas é consolador Senhor, o sentimento do dever cumprido, e a certeza que a minha figura anônima evitou um crime ou salvou uma vida.

Dá-me Senhor a vossa graça, para que eu possa honrar a minha farda e renovar diariamente, perante Vós, o juramento de defender a sociedade, mesmo com o sacrifício da minha própria vida.

E se eu estiver que perecer Senhor sei que será por uma causa nobre.

Amém!

No entanto, a oração vem sobreposta pelo Hino do Nacional e Estadual. Embora no discurso oficial a liberdade religiosa esteja posta, no final do curso de formação, os cultos são direcionados pela maioria dos alunos a cultos cristãos ecumênicos, que agregam indistintamente cristãos católicos e evangélicos. Como estes dois credos são professados pela maioria da população local, reunir os dois cultos a partir da unidade cristã, atribuindo a ele o sentido de culto religioso oficial, permite o que era diversidade, possibilidade de rivalidade e questionamento, tornar-se unidade e estabilidade semântica. Em vários momentos alunos policiais foram escalados a frequentarem templos católicos independentemente de serem ou não católicos. Neste ponto o poder estatal se coloca acima de qualquer religião, não pergunta quem quer ou quem pode estar ou não nesses templos, pois tal ação é vista como missão, e no militarismo há um lema que “missão dada é missão cumprida”.

Nesse sentido, os discursos padronizados servem para que os alunos não tenham outras percepções que possam deturpar as falas e os símbolos ritualísticos. “É por isso que as ideologias oficiais costumam recusar a instabilidade semântica: reconhecendo que a instabilidade levaria ao apercebimento de que os próprios sentidos oficiais são instáveis” (HERZFELD, 2008, p. 41). Por exemplo, numa das aulas do curso de formação de soldado em 2001, um oficial policial militar ministrava aula sobre a ação legal do policial frente a um delito ou crime, dando sempre ênfase a autoridade legal do policial que o mesmo deveria fazer a prisão do meliante, nesse

momento um aluno fez o seguinte questionamento: “- E se fosse o filho do governador o senhor prenderia?”. Prontamente o oficial respondeu que prenderia até o filho do governador. Portanto, a estabilidade semântica foi mantida, mesmo que nas relações sociais entre polícia e outras autoridades estatais que estão acima da polícia sejam bem mais complexas e passíveis de múltiplas ações e interpretações regidas pelas distinções do mundo social.

No curso de formação policial militar, os alunos PM's são testados de diversas formas através de ritos que os coloquem em situações embaraçosas, para que não saiam da normalidade estabelecida e no final incorporem a obediência às regras, para que, assim, possam tornem-se policiais militares. Ao que parecem, esses momentos reforçam não só um possível enquadramento no sistema militar e condicionam um modelo de atuação do policial junto a população, mas incutem a impossibilidade de questionamento contra a ordem instituída, representada pelos superiores hierárquicos, as demais autoridades e ao Estado.

Nessas situações de interação, padrões são impostos como sendo naturais à profissão, sendo que, valores morais e sociais serão cobrados com mais veemência, principalmente por essa especificidade. Portanto, suas relações sociais devem ser mudadas, a começar pelos horários de estudos e serviços que diferem de outros funcionários públicos e privados, e a estada em locais que não estariam condizentes com a postura policial militar. Produz-se cotidianamente uma *doxa* para basear a "atitude natural da vida diária" na coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como autoevidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração.

O regime de trabalho dos policiais militares é regulado por escalas, que não obedecem aos tempos de trabalho-lazer da sociedade em geral, ou seja, os policiais poderão ter escalas em finais de semanas e feriados. Esta vida com uma distribuição de tempo diferenciada das demais pessoas, que produz efeitos nas relações com a família e amigos e proporcionam o surgimento de um novo ciclo de relações sociais que serão construídas cada vez junto aos seus pares, num estilo de vida pautada por relações sociais progressivamente mais endogâmicos.

Nesses meses de formação que variaram de três meses e meio a oito meses e quinze dias, os alunos receberam profusões de conhecimentos pragmáticos, que fortalecem os vínculos identitários da profissão. Destacam-se, ainda, à obediência às leis, aos seus superiores hierárquicos, somando aos símbolos policiais militares, ostensividade e principalmente o valor da farda, como pontos fortes na formação da identidade do policial militar.

A partir de uma leitura inspirada no ritual de passagem, podemos compreender a passagem da pessoa civil à pessoa militar, isto é, um tempo liminar, Turner afirma (2005) que:

O sujeito submetido ao ritual de passagem fica, no decorrer do período liminar, estruturalmente, ou mesmo fisicamente, 'invisível'. Como membros da sociedade, quase todos nós só vemos o que esperamos ver, e o que somos condicionados a ver quando aprendemos as definições e classificações da nossa cultura (TURNER, 2005, p. 139).

Ainda Turner (2005), sobre o processo de liminaridade, nessa etapa o aluno policial militar torna-se "invisível" as suas formas de relações sociais anteriores, pois agora ele está em outro patamar, não é o que era mais, porém, também ainda não está pronto para ser o que será, vive num processo de metamorfose, quando seus conhecimentos serão direcionados as novas verdades e ações voltadas às futuras práticas profissionais. Além de um ritual de passagem, o período de formação poder ser compreendido também através de Bourdieu (1996b) como um *ritual de instituição onde* "opera uma linha divisória e consagra uma diferença". A partir da conclusão da formação, o policial passa a existir enquanto diferença social, reconhecido como um agente investido pelos demais.

A eficácia simbólica do rito de instituição reside na transformação da pessoa consagrada, modificando a representação e o comportamento da sociedade em relação a esta pessoa, bem como modificando a representação que a própria pessoa tem de si mesma. Ou seja, aquele que passou pelo rito de instituição acredita que está obrigado a se ajustar a representação que se tem dele. A intuição de uma identidade impõe uma essência social, um direito de ser que e também um dever de ser. "É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver

que tem que se comportar em função de tal identidade” (BOURDIEU, 1996b, p. 100). O futuro policial militar – PM entenderá com o passar do tempo, que além do condicionamento recebido na formação, deverá atender as expectativas que a sociedade e a corporação esperam, são entendidas como campo de tensão entre segmentos diversamente situados e com múltiplos interesses, tem sobre seu dever ser.

Mesmo que o Estado proporcione a formação desse operador da segurança pública buscando a hegemonização das políticas públicas, é mister salientar, que em nosso país ainda se propaga a ideia de unidade nacional, onde as diferenças são subversivas, ignoradas ou tem pouco valor. Algo que é reforçado pela “intimidade cultural” que segundo Herzfeld (2008) seria:

(...) acima de tudo, familiaridade com imperfeições sociais conhecidas, que oferecem explicações culturalmente convincentes para os aparentes desvios em relação ao interesse público. Essas imperfeições podem ser usadas até para fortalecer as suas instituições (HERZFELD, 2008, p. 24-25).

Compartilhar desta intimidade cultural terá grande influência nas futuras ações policiais. Mesmo com a aprendizagem formal do policial exercida no processo de formação padronizado ou despadrãozido, as relações se formarão conforme as relações sociais em suas ações de trabalho e no trabalho.

Segundo Turner (2005), “(...) o ser transicional ou ‘*persona liminar*’ é definida por um nome e por um conjunto de símbolos” (TURNER, 2005, p. 140). Analisando a formação policial militar, o aluno seria essa “*persona liminar*” que na sua entrada para academia, ele ou ela obtém um número e um nome de guerra, primeiro nome, sobrenome ou ainda nome e sobrenome que por ventura podem ter abreviaturas, juntos com a titulação aluno soldado policial militar e o número de seu pelotão, por exemplo, AL. SD. PM. 95 SILVA 7º Pel. Esses aspectos formarão a identidade do aluno durante todo o curso. Durante o curso ele ou ela é categorizado no plano de cargos como policial militar de segunda classe. Após a formação, ele ou ela entrará em outra fase da vida, será soldado policial militar – SD PM de primeira classe em conjunto com seu nome de guerra praticamente será uma tatuagem social durante

toda carreira profissional, até que ele passe para outra fase como cabo, sargento, subtenente, oficial ou outra profissão.

Sendo que o aluno SD PM tem dentro da liminaridade, intimidades culturais em dois níveis; o primeiro produzido na formação do espírito corporativista e o segundo se expressará após a formação com valores culturalmente compartilhados com a sociedade.

De forma geral os alunos soldados policiais militares não detêm perante seus superiores hierárquicos não há status internamente, são alunos soldados, e alunos soldados seriam pessoas em uma situação “especial”. Todos são uniformemente fardados e “iguais como alunos”, mesmo com a diferença sexual. Segundo Turner (2005):

(...) características estruturalmente negativa dos seres transicionais é a de não *terem* nada. Não têm *status*, propriedade, insígnia, vestimenta secular, graduação, posição de parentesco, nada que possa distingui-los, estruturalmente, de seus companheiros (TURNER, 2005, p. 143).

O processo de interação entre alunos policiais militares, seus professores, instrutores e monitores é permeado de sinalizadores de poder, seja na relação docente/discente, que inicialmente pela própria estrutura militar, enfatiza certas atitudes, como sinais de respeito. Por exemplo, é obrigação na sala que todos da turma de alunos soldados policiais levantem das suas carteiras toda vez que o professor ou um superior entre na sala de aula para o início das aulas, o xerife deve apresentar a turma ao professor, conforme os ritos militares. Essa é forma, inicial, de modelagem dos alunos, no enquadramento militar, ou seja, reconhecer a superioridade de quem é superior. Tais ritos, também se aplicam a outros cursos de formação de cabos, sargentos e oficiais, ou em qualquer curso que militares se façam presentes como alunos, reuniões militares internas e em outras ocasiões.

Essas práticas tornam-se naturais para os alunos com passar do tempo e reproduzidas nos futuros relacionamentos com a tropa. A partir de uma reflexão comparativa da leitura de Turner (2005) sobre o processo ritual, podemos sugerir que a passividade do aluno policial frente a seus superiores hierárquicos somadas a

submissão destes perante a Lei e a condição de uniformidade, formam signos que serão reduzidos a fragmentos, para serem novamente reconstituídos e adicionados frente à nova fase da vida.

Entretanto, essa possível liminaridade estaria por parte descrita como um estágio de reflexão e moldagem. Logo, entendendo a liminaridade nesta profundidade de reflexão em relação à formação policial militar, podendo ser compreendida como autodisciplina ou disciplina consciente, em que o aluno reflete sobre suas ações e atuações, contanto que estejam enquadradas na doutrina policial militar.

A formação dos policiais militares em Roraima como em todo Brasil, segue princípios legais baseados nos direitos humanos e principalmente no entendimento do conceito de nação, que seria; “(...) uma comunidade política imaginada – como implicitamente limitada e soberana.” (ANDERSON, 1989, p. 15). Dentro desse arcabouço ideológico não podemos esquecer o reforço dos mitos e ritos que tem a função de lembrar, dar continuidade e fortalecer o ideário de ser brasileiro. Mesmo assim em parte os policiais desenvolvem leituras particulares sobre as leis e sua aplicação, realizando uma bricolagem onde se combinam padrões adquiridos na formação previa (militar, familiar e escolar), origem social, visões de mundo, expectativa social e corporativa.

Ligando a conduta das leis, símbolos e heróis nacionais como forma de orientar a formação do aluno policial militar, reforçadas nos discursos diários como forma de moldar um futuro policial e cidadão exemplar. Seguindo essa perspectiva de pensamento, outras variantes estão e são acionadas como forma de complemento e reforço dos ritos. Uma dessas variantes é o cântico nas corridas de educação física ou de treinamento propriamente policial militar.

Tais cânticos são cantados por todos que correm no pelotão, são sempre liderados por um instrutor militar. Que de certa forma serve para compactar o pelotão em uma voz coletiva e ministrar a preparação física por igual. Porém, alguns desses cânticos em boa parte levam a produção de um senso de comunidade, valor pessoal, hierarquia e uma orientação cristã como, por exemplo, na fala de um cântico “acima de tudo, abaixo de Deus”. A expressão “acima de tudo” expressa um

estado de confiança pessoal que está ligado à superação do aluno policial frente a todos os obstáculos, que não sejam seus superiores e nem a Lei, completando com a expressão “abaixo de Deus” que não seria só abaixo de Deus, mas também abaixo das autoridades, que no pensamento cristão, as autoridades seriam “postas por Deus”, ou seja, além de reforçar a autoridade do Estado situa o pensamento cristão peça chave desta cosmologia.

2.2 Breves Discussões sobre as Estruturas Curriculares dos Cursos de Formação de Policiais Militares

Passando por breves análises sobre as estruturas curriculares dos planos de formação policial militar dos cursos de 2000, 2001, 2002 e 2003, onde estão contempladas todas as disciplinas oferecidas nos cursos de formação policial militar. Percebemos que as composições das estruturas seguem um padrão recorrente em todos os cursos, generalizo aqui em grandes duas áreas: a policial militar e a não militar. No decorrer das quatro estruturas são perceptíveis algumas diferenças entre ambas, principalmente no sentido de inclusão ou exclusão de disciplinas, sendo provável que tais alterações tenham seguido interesses pedagógicos ou/e políticos.

No entanto, as inclusões de novas disciplinas aconteceram timidamente a partir do terceiro curso de formação. No tocante às ementas das disciplinas, algumas estavam incompletas e outras não contemplavam as referências bibliográficas.

Seguindo a análise percebemos que no primeiro e no segundo Curso de Formação de Soldados Policiais Militares – CFSD PM verificamos na estrutura curricular um total de 1.440 horas/aulas, fazendo uma analogia com o terceiro curso onde foi disponibilizado um número menor de horas aulas num total de 750 horas/aulas. Logo, essa redução da carga horária representou cinco meses a menos na formação da terceira turma frente à primeira. Na quarta turma também houve uma redução da carga horária, mas não significativa quanto à terceira turma.

Quando contextualizamos o período temporal, percebemos que esses cursos foram realizados frente às influências das eleições para o governo do Estado de Roraima. No início da campanha eleitoral para o governo do Estado de 2003, o prazo de validade do concurso da segunda turma foi prorrogado com o argumento de que a Polícia Militar estava com pouco efetivo de policiais. Depois de certo tempo, os concursados das últimas turmas foram chamados para estarem no curso de formação policial militar.

É necessário compreender que o discurso oficial da época estava embasado em discurso eleitoral que serviu como propaganda política, quando foi preciso acelerar os processos de formações dos futuros policiais para mostrar à sociedade que o governo além de empregar também estava cuidando da segurança pública. A campanha usou esse artifício, principalmente em relação à última turma que teve um peso significativo de votos em favor do governo da época.

A contratação dos últimos novos policiais e a promessa diante da população de amenizar a violência no Estado geraram uma promessa de reciprocidade, de troca e compromisso. Palmeira (1996) corrobora com essa ideia quando afirma que:

A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas votam na ('acompanham a', como se diz) facção em que estão ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso com quem estão comprometidos e/ou com quem se sentem comprometidas (PALMEIRA, 1996, p. 47). .

Faz-se necessário perceber que a formação e qualificação das últimas turmas ficaram penalizadas em relação às primeiras turmas. Tal situação gerou desrespeito para com esses novos policiais, tanto pelos policiais militares do quadro da União quanto pelos policiais militares estaduais das duas primeiras turmas ao rotularem como menos competentes e desqualificados para atuarem como policiais foram chamados de alunos formados no "PETEM" (Programa de Telecomunicação para o Ensino Médio – programa que veio substituir os antigos cursos supletivos de ensino de 1º e 2º grau com curta duração para aqueles que estavam fora da faixa da idade escolar). Ou seja, em virtudes de contingências políticas, estigmas se

produziram devido a incompletude ritual, com efeitos sobre a legitimidade e reconhecimento corporativo pleno da identidade dos novos policiais.

Porém, os estigmas foram criados apenas nas relações sociais entre os próprios policiais tal situação está relacionada a um “tempo ritual padrão” que seria o modelo das primeiras turmas, sendo assim com a diminuição do tempo a percepção por seus pares é de que não estariam suficientemente prontos para serem iguais como profissionais, principalmente nas relações de disciplina, hierarquia, ordem unida e do próprio espírito policial militar que levaria tempo para se adequar. Diante de qualquer erro desse novo policial, era logo justificado entre seus pares como policiais do “PETEM”, isto é, se formaram rápido e não aprenderam o suficiente para atuarem com seus pares.

Quanto às estruturas curriculares analisaremos a disciplina de Sociologia, que como consta nas ementas, tinha como perspectiva central levar o aluno policial militar a avaliar a realidade social e discernir conceitos sociológicos e até antropológicos como cultura, moral, ética, organização social entre outros. No entanto, em 2001, a disciplina foi ministrada por um militar que encaminhou a proposta metodológica da disciplina sobre a história e alguns conceitos da sociologia levando os alunos, principalmente, a memorização de conceitos.

Cabe salientar que não apenas nessa disciplina, mas também em outras que foram avaliadas como nota, os alunos policiais disputavam ponto a ponto nas provas, pois isso muda antiguidade para maior ou menor frente a seus colegas de curso, portanto, decorar conceitos se enquadra como forma de sucesso nas avaliações escritas.

As disciplinas técnicas policiais ao que parecem foram ministradas em sua maioria com grande aprendizagem pelos alunos, diferentemente das outras. Segundo os policiais entrevistados sobre o processo de formação, alguns questionaram a capacidade técnica de parte dos professores, instrutores e monitores. Vejamos as falas desses policiais:

Durante o período de formação tivemos professores capacitados para passar conhecimento e pouco bons instrutores. O instrutor de tiro foi muito bom outros não tinham condições (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Para nós, praticamente os professores foram militares, porque no começo eu acreditava que a formação era boa e perfeita. Mas depois que você passa a se qualificar melhor e frequentar a universidade, você percebe que muitos instrutores não tinham condições de ministrarem aulas (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço).

A partir dos relatos é possível indicar que para os alunos, os chamados “professores” seriam os civis e os instrutores seriam os policiais ou bombeiros militares. Os professores tinham formação em sua área de atuação, enquanto que alguns instrutores ministraram aulas sem terem uma formação específica na área, apenas por serem militares experientes, oficiais e por situações desconhecidas, pois ao questionar um instrutor colocando sua competência profissional em “xeque” a ordem era posta e estabelecida através das ordens.

No tocante a essa situação podemos fazer uma comparação sobre a formação policial militar da década de 1980, que segundo um Oficial da polícia militar, com 30 anos de serviço, “tinha duração de três meses e não tinha psicólogo, direitos humanos e os instrutores eram todos oficiais do exército”, diferentemente das formações atuais, que incluem tais disciplinas e outras mais e professores civis, mesmo que eventualmente as disciplinas sejam adaptadas as supostas necessidades e capacidades do policial, o que pode significar um conteúdo e aprendizado limitados.

Na percepção de um Cabo Policial Militar com 11 anos de serviço, depois de terminado o curso e frequentado uma universidade, esse policial conseguiu ter uma noção de qualidade da qualificação dos professores ou instrutores sobre determinados assuntos, já que no momento de formação a orientação está em seguir ordens, aprender e tirar boas notas, sendo que o espaço para questionamentos são mínimos ou inexistentes, permeados pelo cuidado em não colocar em questão o poder imposto.

Seguindo agora para os entendimentos de breves concepções da aprendizagem de algumas disciplinas, segundo uma policial militar, como grande parte dos alunos da época em conversas informais também fazem esses questionamentos, vejamos o que ela diz: “no meu curso não tive prova de tiro demos 12 (doze) tiros de revólver calibre 38. Não tivemos nem tempo de nos familiarizar com a arma” (Cabo Policial Militar feminino, 9 anos de serviço). Essa policial fez parte do terceiro curso de Formação da Policial Militar Estadual de Roraima, o curso que teve seu tempo diminuído para responder algumas situações já descritas acima. Nesse quesito o questionamento foi contra o pouco tempo de aprendizagem e um número reduzido de tiros, porém nas conversas informais com os policiais é sempre lembrada de forma positiva a competência dos instrutores de tiro policial.

Logo, as situações práticas de aprendizagem são alvo de maiores expectativas de qualidade pelos alunos do que outras disciplinas como afirma a mesma policial militar: “acho que a abordagem, defesa pessoal e tiro policial foram menos importantes que outras matérias”. As disciplinas práticas estão direcionadas as ações de trabalho do dia a dia, enquanto que as outras recaíam em disciplinas apenas de cunho militar, administrativo, teórico ou até vistas como desnecessárias a profissão como por exemplo, a aprendizagem das ordens como: sim, senhor e não, senhor, sentido, marche, auto, apresentar armas, continência ao pavilhão nacional entre outras, os tipos de funcionamentos das diversas ações de policiamento, a língua portuguesa, redação, relatórios policiais e etiqueta social.

Porém, mesmo seguindo um padrão de formação ou disciplina em algum momento ele é variável segundo a análise da entrevista concedida por uma policial militar, exemplo: “Nas técnicas de abordagem, cada pelotão tinha um instrutor diferente, ensinando técnicas diferentes, na rua a abordagem fica uma salada (Cabo Policial Militar feminino, 9 anos de serviço). Destaco que essa variável perpassa pela formação de como cada instrutor foi formado ou se ele faz parte de algum grupo especial da polícia militar. Sendo que através dessa fala da “salada” é logo convertida em aprendizagem como os mais antigos e experientes no trabalho de rua, tal situação será aprofundado no terceiro capítulo desse trabalho.

2.3 Formação do soldado policial militar: relações de poder, disciplina e hierarquia

Percebendo a formação policial pelo viés disciplinar, entendemos que a disciplina nasce a partir da necessidade do aumento das habilidades, do controle sobre o corpo, através de gestos pré-estabelecidos com a finalidade de não só controlar, mas também de determinar a eficácia da realização dos movimentos e objetivos esperados, através das técnicas e das dinâmicas voltadas à necessidade de se desarticular e recompor. Como demonstrou Foucault (2003):

(...) o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (...) ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina(...) (FOUCAULT, 2003, p.119).

Ainda segundo Foucault (2004) a disciplina estaria voltada, primeiramente, ao lugar do indivíduo no espaço de convivência. Logo, a organização espacial das turmas dos Cursos de Formação de Policiais Militares de Roraima foi distribuída por pelotões. Na formação os mesmos estabelecem um papel de hierarquia e poder, pois os primeiros colocados no concurso público ficaram instalados nas melhores salas de aulas e carteira.

A questão do voluntariado na formação militar está maquiada de obrigação, pois se o aluno se negar a fazer o serviço é sancionado através do regulamento ou informalmente, este conceito e entendimento são gerais e está claro a todos os alunos que fazem o curso. Porém, quando existia um serviço pesado ou braçal o último pelotão era aclamado como “voluntário”. Vejamos que diz um soldado policial militar:

A gente chamava o voluntário de “voluntário” (volun - voluntário +ório - obrigatório), porque o voluntário era uma obrigação. Muitas vezes pediam um voluntário, mas o comandante era quem escalava para fazerem faxina em algum lugar, carregar e descarregar caminhão, participarem de solenidades, fazer limpeza na fazenda da PM (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

A chamada do voluntário é uma espécie de formalidade na formação, pois dependendo do que será executado, existirá ou não voluntários, caso não houvesse ninguém disposto a executar a função, alguns pelotões ou alguns alunos eram escalados a serem voluntários. Sendo que, geralmente os policiais dos últimos pelotões eram escalados para serem voluntários. Percebemos que a posição do superior hierárquico por meio do seu discurso “convidando os voluntários” está imposta informalmente como ordem, pois caso houvesse a negação ou o silêncio frente a esse discurso, o superior aciona outro mecanismo revelando formalmente a intenção de poder, os “voluntários” eram escalados como ato de serviço, transformando algo espontâneo em obrigatório, ordem esta que foi acatada automaticamente pelos alunos escalados.

A questão do “voluntário” enseja mais uma forma de enquadramento do aluno policial no sistema militar, e a negativa e o silêncio poderiam ser vistos como uma negação ao trabalho voluntário ou até uma atitude de revolta contra os superiores, que é logo direcionado ao chamamento da ordem, que através de um novo discurso preparado, revela-se para repelir tal situação e colocar novamente o sentido de ordem por quem comanda.

Portanto, este serviço voluntário passava por limpeza de banheiros e do pátio da escola onde todos participavam, no entanto quando existia um serviço fora desta normalidade os mais modernos (os que precedem melhor colocação no concurso ou no final do curso de formação, detém uma antiguidade sobre os que tiraram menor nota que são chamados de modernos) eram designados para limpar outras áreas que não diziam respeito à formação militar, se houvesse algum questionamento durante as explanações dos superiores, logo era resolvido como sendo ato de serviço, quando todos os envolvidos teriam que participar obrigados.

Esse sistema de relações automaticamente desempenha uma divisão hierárquica do primeiro pelotão sobre o segundo e sobre os demais,

sucessivamente, ou seja, o primeiro pelotão tem mais “regalias” que os outros, pois é mais antigo. A esse respeito, vejamos o que diz Maia (1995) ao afirmar que:

A disciplina se exerce em uma série de espaços do corpo social, tendo como princípios básicos os seguintes aspectos: ela é uma arte de distribuição espacial dos indivíduos; a disciplina exerceu seu controle não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento; ela é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos e ela é também um controle do tempo (...) (MAIA, 1995, p. 97).

Nesse sentido, a disciplina se expressa no espaço de formação através das filas na sala de aula, no que tange ao espaço de separação entre os indivíduos, formando assim uma rede de relações de poder. Essas relações estão longe da ideia polarizante de Marx, mas na mesma dimensão do que os autores têm chamado de uma analítica do poder em Michel Foucault.

Os pelotões estão organizados em um sistema de separação hierárquica e de controle disciplinar ainda hoje fortemente usado no militarismo. Durante o curso, diariamente eram realizadas formaturas matinais na antiga EsFA (Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Policiais Militares), atualmente, as formações são realizadas na Academia de Polícia Integrada de Roraima – APIRR). Lá, os pelotões eram organizados por antiguidade, primeiro, segundo, terceiro e assim por diante, já em cada pelotão a divisão se dava por altura: os mais altos na frente e os mais baixos atrás. Possivelmente, tal estratégia utilizada servia para dar a ideia de que todos são da mesma altura, pois os menores são encobertos pelos maiores. Porém, cada ator tem uma importância significativa na engrenagem total do pelotão na hora da marcha.

Nesse momento da configuração da formatura, o “xerife” detinha temporariamente um poder maior perante aos demais e apresentava a turma ao seu coordenador, depois esse ator entrea em forma com os outros, o sentimento de poder um sobre o outro parece ficar suspenso durante a formatura na escola, algo que será diferenciado depois de formado, os policiais de patentes maiores, como cabo, sargento e outros ficam na linha frente de do pelotão independentemente da altura,

pois já nesse processo primeiro procura-se mostrar a hierarquia das patentes e depois a altura. A partir do cabo policial militar a diferença já acontece, entre os soldados independe de serem mais antigos ou não que outros soldados a organização se faz pela altura.

Na sala de aula, os pelotões estavam organizados em filas, sendo que os mais antigos de cada pelotão sentavam nas primeiras fileiras, por ordem decrescente de classificação do concurso, sobrepondo assim um primeiro estranhamento da vida civil. Que segundo muitas explanações de professores militares, os alunos policiais militares deveriam respeitar as patentes superiores. Aqui, pauto-me, novamente, nas conclusões de Foucault (2004):

(...) na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto, nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 2004, p. 125).

Por semana, cada aluno policial militar tinha um poder discricionário imposto pelo regulamento da escola de formação, o chamado “xerife”, iniciando pelo primeiro de cada pelotão, usualmente com a duração de uma semana e, às vezes, prorrogado por mais uma semana. Esse xerife dispunha de um auxiliar chamado de sub-xerife que seria o próximo xerife. Em nosso entendimento, o xerife seria um líder de sala semanal com um poder discricionário, enquanto representante do regulamento interno, podendo anotar os outros alunos do seu pelotão por indisciplina ou desobediência. Caso anotado, os contraventores seriam punidos através dos exercícios físicos ou detenção de final de semana¹⁴. O xerife tinha o poder de controlar a turma por meio das simples anotações das indisciplinas dos alunos policiais militares, a performance desse líder é uma forma de aprendizagem pela qual, ele procurará usar o poder de forma mais adequada frente a seus amigos

¹⁴ Ficavam detidos na escola, e em caso mais grave sendo punidos em ficha individual no Boletim Interno da Escola.

de curso, algo que norteará ações da profissão nos serviços de rua. Nesses momentos, o xerife representava não só o coordenador da turma, que era militar, ou o comandante da Escola de Formação, o qual representava a soma desses atores vinculados ao sistema militar. Aqui se estabelecem relações de poder, controle disciplinar, vigilância, entre outros. A razão dessa obediência é a fidelidade corporativa.

Na formação do policial militar, o superior hierárquico exerce o poder imposto pela Lei e pelos princípios basilares do militarismo: a disciplina e a hierarquia militar. Essa vigilância hierárquica é, em parte, aplicada pelo jogo do olhar, quando as técnicas do poder são executadas também, sutilmente. A ação da vigilância pode-se perceber através das formaturas militares, que foram realizadas na extinta Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Policiais Militares - EsFA. Os alunos tinham que se comportar como regia o regulamento militar, pois eram observados pelos monitores de cada pelotão.

Os alunos entendiam que estavam sendo observados. O poder do olhar agia como forma de disciplinar e limitar o aluno policial. A negativa ou o não entendimento frente ao olhar de seu superior era logo respaldado através de limitantes mais claras, tendo como principal a ordem verbal. A partir deste enfoque, Foucault (2004) afirma que:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam(...) (FOUCAULT, 2004, p. 143).

Esse poder é exercido e usado para controlar o aluno, adestrando-o ao máximo, sua capacidade de ação física e mental, deixando dessa forma o aluno policial quase que totalmente sem a capacidade de se contrapor às injustiças. Ele torna-se um indivíduo acomodado e dócil na perspectiva foucaultiana, pois os métodos e as técnicas permitem o controle minucioso das ações do tempo e do corpo.

Tais fundamentos estão explícitos na formação do soldado policial militar, quando o mesmo é ensinado a respeitar as leis e as autoridades, não devendo questionar as ações, pois o trabalho do soldado é executar a ação. Para os oficiais fica a tarefa de pensar na arquitetura da ação policial. Os sujeitos participantes dessa situação de disciplina se enquadram na perspectiva dos “sujeitos dóceis” de Foucault (2004), ou seja, corpos que podem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados através da disciplina corporal.

Logo, observamos que o poder disciplinar na dimensão foucaultiana é adestrar, tornar os indivíduos dóceis para que seja tirado o máximo de eficiência do indivíduo. Porém, esse poder ainda atua com eficácia, por usar mecanismos estruturais claramente definidos, instrumentos estes que separam, limitam, avaliam e normatizam através dos momentos ritualizados e ao mesmo tempo reforçam e estabelecem uma verdade.

Seguindo essa perspectiva a partir de um relato de uma policial militar, percebemos a corroboração desse pensamento que o aluno policial não pensaria e estaria apenas para receber informações ou aprendizagem de acordo com a graduação. Portanto, o processo ritual de formação limitaria o “grau” de inteligência do aluno ou policial, vejamos o que ela afirma: “O aluno não tá aqui para pensar, eles têm que ter certeza que a gente não pensa, mas quando a gente sai graduado, eles pensam que a gente vai ficando mais inteligente a partir da graduação” (Cabo Policial Militar feminino, 9 anos de serviço).

A área da disciplina militar é voltada à hierarquização das punições, que vão de uma simples advertência verbal, detenção, chegando até uma prisão, dependendo do tipo de infração. Foucault (2004) contribui para analisar essa situação quando afirma que:

(...) na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento (...)
(FOUCAULT, 2004, p.149).

As infrações internas que seguem advertências verbais e que, às vezes, chegam a serem anotadas em boletim interno, geralmente estão ligadas a atrasos nas faxinas e formaturas matinais, quando o aluno se mexe no momento da apresentação do pelotão, apresentação pessoal em desacordo com o exigido pelo padrão da escola, a não ação da continência perante o superior, entre outros. Já os mais graves estariam no patamar do desrespeito aos superiores ou professores da escola, bem como propriamente os delitos que estão nos regulamentos militares.

Seguindo essa perspectiva e possível sugerir que o sistema disciplinar aplicado ao aluno policial militar funciona como um modelo de tribunal reduzido, dirigido internamente através dos regulamentos e relações sociais entre alunos e superiores.

Outra forma de enquadrar o aluno policial são os ritos que servem para manter uma rotina hierárquica e servem também como teste na formação do aluno. Portanto, no sistema policial militar, os termos pejorativos, são principalmente divulgados pelos monitores e instrutores policiais militares dos cursos de formação, quando se escuta cotidianamente as falas: “O aluno é moco-rongo”, “O aluno é a imagem do cão”, “O aluno tem dois direitos: o 1.º, ele não tem direito a nada; o 2.º, ele não pode reclamar do direito que tem”, entre outros.

Logo, estes termos estão ligados a desatenção do aluno frente à ordem que ele deveria seguir, na demora de aprender a marchar, no erro de qualquer situação cobrada na escola como a apresentação. No segundo ponto do direito, seria uma forma de encorajar o aluno a não questionar seus superiores, a falta de estrutura para realizar alguma disciplina, o protesto frente a uma ordem, denúncias sobre possíveis desrespeitos a pessoa humana e questionamentos frente a decisão de superiores que desagrade os alunos soldados.

Em várias situações em que alunos questionaram algo, eram automaticamente lembrados através de vários jargões, tendo como um dos mais enfáticos: “se você não aguenta pede para sair”. Ou seja, se aluno não se enquadra no sistema militar ele deve sair desse ambiente e procurar algo melhor do que ficar questionado as estruturas do sistema militar. Durante esse processo alguns alunos

desistiram do curso, outros desistem depois de formados frente a uma não adequação ao serviço policial militar ou a aprovação em outro concurso público.

Para muitos alunos policiais militares, essas ações são resquícios do Regime Militar aplicado em nosso país, não trazendo nenhum benefício na formação e atuação do policial militar. Podemos aventar a hipótese que os termos pejorativos, de certa forma, contribuem para conter uma ação criativa do policial e acentua o desrespeito, a estigmatizarão entre os alunos do curso, principalmente quando uns cumprimentam os outros usando essas designações. A severidade ritual cria um estigma social generalizado, que por sua vez, acaba naturalizando práticas de humilhação e desrespeitos que serão expressas nas ações policiais militares durante a interação com a população.

Na escola de formação policial militar, as penalidades e infrações são documentadas no Boletim Interno, que é lido nas formaturas militares, na chamada “4.ª parte: justiça e disciplina”. Neste mesmo boletim são lidos e citados nomes e infrações cometidas que vão de repreensões em formaturas, passando por faxinas intermináveis no quartel, pela sustação do final semana, detenção até chegar ao mais grave, a prisão.

Os castigos físicos e o uso de termos pejorativos proferidos ao aluno policial visam sua humilhação, correção e educação. Pois, esses quesitos estariam futuramente ligados à atuação policial deste aluno. Segundo as diversas explicações dos professores militares e civis, se o aluno policial não conseguisse um autocontrole nessas situações, ele não estaria apto ao serviço policial. Em uma situação hipotética de ocorrência policial, se um infrator xingasse o policial ele já estaria preparado para agir sem um possível uso desnecessário da força. Esses mecanismos servem para nortear o aluno ao sistema policial militar. Foucault (2004) faz referências a esses mecanismos quando diz que:

(...) O castigo disciplinar tem função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas do modelo judiciário (multas, açoite, masmorra), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício (...) A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. É esse sistema que torna operante o processo de treinamento e de correção(...) (FOUCAULT, 2004, p. 150).

Portanto, os alunos policiais que se enquadram no processo de formação são gratificados com elogios; os que não se enquadram, são penalizados e humilhados de forma pública ou como argumenta no militarismo são “repreendidos”. Logo, essas ações servem de exemplo para todos os outros policiais. Quando os pelotões estavam na formatura para serem dispensados e liberados da escola, muitas vezes alguns pelotões permaneciam e já se sabia que cometeram ações consideradas “indisciplinas”. Eles permaneciam na formatura para passarem pelo “rala”¹⁵. Mais uma vez, vale citar a perspectiva foucaultiana para entender esse mecanismo: “a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição”. (FOUCAULT, 2004, p. 151).

Entretanto, mesmo com um sistema claro de disciplina e hierarquia, muitas vezes estes modelos e regras são ultrapassadas por relações de proximidade pessoal, dos alunos com policiais militares superiores ou pessoas influentes no governo, que de certa detém de um poder político ou funcional, e que conseguem flexibilizar momentaneamente essas estruturas, como por exemplo; sair de uma escala de serviço para realizar um outro serviço sendo ou não da corporação. Entretanto, quando existe um problema de saúde do policial ou de seus familiares “esse poder” também procura funcionar para tentar sanar a situação.

A maioria das falas realizadas pelos superiores (praticamente quase todos que compunham o quadro de profissionais da escola: professores, instrutores, auxiliares, militares entre outros) principalmente por instrutores ou professores militares, baseia-se em várias situações no qual o título de professor ou patente do superior, ou seja, a superioridade, que é posta como “verdade” durante a formação

¹⁵ “Rala” - essa expressão no militarismo significa exercícios físicos, marchas, flexão de braços, entre outros, com finalidade de treinamento ou de punição.

policial, e em caso de qualquer questionamento direcionado a fala desse superior que venha colocar em questão sua autoridade e competência enquanto professor da disciplina é logo posta com uma ordem de “silêncio aluno” ou “cala a boca aluno”. Neste dispositivo de coerção além de uma fala advinda da estrutura do poder militar, a resposta a ordem é automaticamente estabelecida com o silêncio.

Nessa linha de entendimento podemos aventar na proposta de Austin (1990) que essas falas sustentam afirmações argumentando que a força da palavra adquira uma força comunicativa contratual entre as partes envolvidas, ou seja, ela só acontece porque existe um entendimento entre quem faz e quem recebe a ação. Mas, a reflexão do conceito de eficácia do ato de fala de Austin (1990), se encaixa de forma especial, porém, também limitante na concepção das receptividades das ordens e outros discursos emanados pelos superiores na formação policial militar, pois, a força que traz eficácia aos atos de fala estaria envolvida com a “felicidade” dos atos, que seria a interação do falante e do que recebe a mensagem, de forma que esses rituais de interação sigam condições necessárias de entendimento. Ou seja, deve existir um procedimento convencional aceito por ambas as partes envolvidas que inclua a fala de certas palavras (ordens), por certas pessoas (superiores), e em certas circunstâncias (na sala de aula, formaturas, entre outros).

No entanto, a mensagem estabelecida em conjunto com a resposta esperada, não se baseia apenas nessa estrutura lógica de entendimento, na perspectiva bourdiana existem estruturas de poder que estão inclusas no discurso de quem manda e quem obedece, por que manda e por que obedece, ou seja, “o cala boca”, é uma fala baseada em um capital simbólico, histórico e estrutural do militarismo, que se resume em ordens e obediências. Elas são percebidas nas relações de campo que Bourdieu (1996b) aprofunda, questionando colocações de Austin e afirmando que não é o ato da fala que define o resultado da ação, esse resultado é definido através do campo, pois os atos de fala estão envolvidos em contextos sociais que definem e explicam tais ações. Portanto, o fato do ato de fala do superior não define totalmente a ação, o que define é autoridade acumulada por ele concentrada em ordens frente ao aluno soldado.

2.4 Relações de Gênero e a Formação

A ênfase na masculinidade ainda é muito presente na formação policial militar principalmente no que concerne a coragem e força física. Na Escola de Formação, os pelotões compostos por homens e mulheres eram estigmatizados pelos outros pelotões (que eram compostos só por homens). Esses pelotões se declaravam como sendo “mais homens”, pois, as atividades físicas eram mais intensas para eles, sendo que para eles não tinha “tempo ruim” e nem “frescuras de mulheres”, os outros eram considerados pelotões de “FEM” (termo designado na polícia como sendo o mesmo que policial militar feminino). Já que não estariam ao “nível” do padrão masculino.

Porém, com a entrada das mulheres nos cursos de formação policial militar de Roraima, surgiram novas distinções, pois, segundo a visão de muitos alunos policiais masculinos, as mulheres eram poupadas (ou discriminadas) nas práticas de treinamento, estando isentas ou sendo menos cobradas em alguns exercícios praticados obrigatoriamente pelos homens, como por exemplo, a flexão de braço e a barra fixa paralela. Vejamos as falas de alguns policiais:

Na instrução as mulheres eram diferenciadas no esforço físico eram “acochambradas¹⁶”, a cobrança era em cima das mulheres que não entravam no padrão do pelotão, eu via isso como forma negativa, apesar de não precisar disso como nota (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Enquanto os instrutores cobravam do homem o exercício de forma correta, os das mulheres eram feitos incompletos e aceitos, por isso, fomos prejudicados no quesito das notas que serviam no final para dar uma melhor colocação para o aluno (Soldado Policial Militar, 9 anos de serviço).

Sobre esse assunto, ao que parece por meio do relato de uma policial militar que “tirou serviço de rua” após a formação e considerada por seus pares como “operacional”, segundo ela “no físico a gente era mesmo discriminada, por isso eu acho que algumas mulheres tiravam proveito por ser mulher” (Cabo Policial Militar feminino, 9 anos de serviço). Partindo desse entendimento, percebemos que os estigmas suscitados a partir dos alunos policiais masculinos eram compreendidos

¹⁶ Termo usado no militarismo para aqueles que estariam relaxados ou enrolando na ação

pelas policiais femininas, e de certo modo as mulheres em algum momento usaram tais estigmas como forma de defesa frente aos padrões estabelecidos.

Nos pelotões formados só por homens, a cobrança interna do próprio grupo era muito maior, aqueles alunos que não conseguiam se enquadrar no nível de preparação física esperado, eram estereotipados com “FEM”, ou seja, isso sugeria que ele era igual a uma mulher que é considerada mais sensível, fraca ou frágil. Sendo assim, o conceito de masculinidade imposta pelo grupo deixava este aluno policial em “xeque” em relação a percepção de sua masculinidade. Conforme assinala um soldado policial militar da segunda turma de formação: “Quando o PM não tinha desenvolvido o esperado era apelidado de ‘FEM’, porque os exercícios das mulheres eram diferentes e em menor quantidade” (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Nos outros pelotões aonde as mulheres chegavam ao nível da preparação física dos homens e até superavam esses limites, eram consideradas quase como masculinizadas ou “jeito de homem”, “pessoas duras”, “operacionais”, semelhante a perspectiva anterior, sua feminidade também era colocada em dúvida pelo grupo. No entanto, membros de alguns pelotões apoiavam o esforço das mulheres na busca do patamar esperado. No entanto, deve-se salientar que poucas eram as mulheres que conseguiam igualar ou superar o padrão masculino, segundo percepção geral dos policiais. Um policial militar formado na terceira turma afirma que, “nós só tivemos uma mulher que chamávamos de ‘mulher-homem’, a única que fazia e até superava os homens” (Soldado Policial Militar, 9 anos de serviço).

Para compreendermos essas questões partiremos fazendo relações com Strathern (2007) que explica e crítica como o pensamento ocidental classifica as relações de gênero entre público/privado, natureza/cultura, onde estariam relacionadas hierarquia e submissão. Sendo assim, as mulheres na formação e atuação policial sofreriam fortes estigmas, já que essa profissão seria propriamente de homens, aos quais a “força física” e “coragem” seriam inerentes a eles. Neste ponto, Strathern (2007) afirma que gênero são:

(...) aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, seqüências etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais (STRATHERN, 2007, p. 20).

Vejamos a fala de uma policial militar feminino após a formação sendo apresentada ao Batalhão:

A “FEM” (termo usado na corporação usado para designar um policial militar feminino) era mostrada como empecilho, na apresentação não tinha vagas nos serviços operacionais (serviços de rua), e quando consegui entrar na viatura os colegas não confiavam nas mulheres contavam com uma a menos (Sargento Policial Militar feminino, 10 anos de serviço).

Podemos aventar que, com a abertura de cada vez mais espaços para atuação profissional das mulheres, o discurso formal do estado em aceitar mulheres na corporação segue a linha da democracia, em que todos teriam direitos iguais. Porém, mesmo que esse discurso público seja dominante, ainda vemos em palestras públicas autoridades fazendo a seguinte afirmação: “se fosse por mim, mulheres não entrariam na polícia militar”. Isso é apenas uma indicação que esse discurso está muito presente nas relações sociais restritas ao grupo policial militar. Portanto, veremos as influências que esse pensamento impõe sobre o papel de mulher e da mulher enquanto policial militar. Segundo uma Sargento policial militar:

No período de formação policial militar esse discurso era divulgado por alguns instrutores que subjugavam as mulheres em alguns momentos de suas aulas, segundo uma policial militar o instrutor “afirmava que a gente não aguentaria a pressão, tinha-nos como algo inferior e empecilho” (Sargento Policial Militar feminino, 10 anos de serviço).

Percebemos que esse discurso presente durante o processo de formação, é apenas uma forma introdutória de disseminação do problema que será perpetuado após o período de formação com a policial propriamente formada e aceita perante seus pares. Vejamos o que diz as policiais militares:

Quando nos apresentamos depois de formadas no quartel- não tinha vaga nos serviços operacionais (serviço nas viaturas policiais). Após muitas insistências consegui entrar na antiga 2.^a Companhia de policiamento de Capital (dando origem mais tarde ao 2.^o Batalhão). Na patrulha (viatura policial) composta por quatro policiais, os colegas não confiavam nas mulheres consideravam apenas três patrulheiros, não contavam com a mulher. “Nos estabelecimentos prisionais o comandante tinha o maior cuidado com a guarita da policial feminino, pois seria o ponto mais sensível da segurança. Mas com o tempo foram aceitando (Sargento Policial Militar feminino, 10 anos de serviço).

Quando fui para Rocam (Rondas ostensivas com o apoio de moto), tinham duas mulheres que tiravam na parte do dia. Eu quis tirar serviço na parte da noite, mas foi através de muito luta que me aceitaram, depois fui tirar serviço de viatura também no 2.^o Batalhão. Um policial militar estadual e muitos comandantes de viatura me disseram que tirar serviço com mulher, era um policial a menos. Depois de muito tempo, muitos colegas reconheceram meu trabalho (Cabo Policial Militar feminino, 9 anos de serviço).

Como até então, só no ano de 2000 entraram as primeiras mulheres nas fileiras da polícia militar de Roraima, logo problemas como estes não existiam na polícia militar, o que prevaleceu no primeiro momento foram às representações sociais que grande parte dos policiais tinha da profissão, como sendo exclusivamente de homens.

Segundo a fala de um oficial policial militar que denotaria um pensamento pessoal e coletivo de muitos policiais militares, afirma o seguinte: “as mulheres não só em minha opinião, mas na opinião de muitos, só poderiam entrar na PM aquelas que fossem solteiras. As mulheres não tinham condições de tirar serviço de rua e nem força física” (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

A aceitação das mulheres no chamado grupo de elite da Força Tática –FT (onde os homens são “policiais especiais” frente aos demais) não seria diferente. Nesta esfera ainda mais masculinizada que as demais, a participação feminina deve ser conquistada, muitas vezes mediante processo de negociação e enfrentamento da autoridade. Como afirma a mesma policial militar:

Na Força Tática (considerada um dos grupos de elite da polícia militar) uma colega foi mandada ficar no quartel, por que segundo o comandante da viatura disse que na viatura dele não tinha lugar para “FEM” (Policia Militar Feminino). Tivemos que nos impor, após reuniões com o comandante do Batalhão até chegar ao Comandante Geral da Polícia Militar. Mas os argumentos sempre pesavam contra nós, principalmente no que diz respeito as questões físicas, que nós não poderíamos igualar a dos homens. Chegamos até um ponto que fomos aceitas a trabalhar na viatura. Os soldados nos aceitaram mais os comandantes não. (Sargento Policial Militar feminino, 10 anos de serviço).

Se o policial militar masculino é posto a prova por seus pares através de outros rituais e formas de aceitação para ter a confiança de seus colegas de serviço, no caso da policial-mulher, paira tamanha desconfiança que a ela nem era dada a oportunidade de provar seu valor. Eram consideradas naturalmente desprovidas de “coragem”, “força” e “agressividade” necessárias a atividade do policial que “tira serviço de viatura”.

No entanto, parece haver uma passagem ritualística para que um policial seja aceito na viatura, que envolve principalmente o quesito “confiança”. O qual a somados aos quesitos anteriores são fundamentais para que um policial seja aceito de forma “positiva” entre os colegas de trabalho. Vejamos que em muitas situações do trabalho de rua esses pontos são colocados à prova, no qual o policial deva se enquadrar nos modelos aceitos pelos demais. Através do relato de uma policial militar feminino é notório perceber a passagem ritualística como forma de aceitar a confiança. Vejamos a situação que ela narra:

Numa certa ocasião na área da 2.^a Companhia, houve um assalto na casa de um comerciante. Quando chegamos fomos recebidos a tiros por um dos assaltantes, eram três viaturas com três patrulheiros em cada uma. Quando começaram os tiros, o comandante da viatura olhou para trás só tinham as policiais femininas, enquanto que os homens ficaram escondidos nas viaturas. Na saída de serviço as policia femininas foram elogiadas pelo oficial que coordenava o policiamento (Sargento Policial Militar, 10 anos de serviço).

Ao que parece, segundo o relato de outra policial militar, que afirmou que “os cânticos das corridas na educação física militar colocavam que as mulheres foram feitas para o serviço de cozinha, mas eu não via isso como discriminação” (Cabo

Policia! Militar, 9 anos de serviço). Percebemos que existe uma naturalizaço do serviço de mulher e serviço de homem, através dos cânticos dessas corridas, mesmo que para muitas policiais isso não configure estigma, possivelmente por elas terem condiçoes de igualar o padrã exigido pelo grupo. Porém durante o período de formaço os espaços sã mínimos para que haja qualquer questionamento e também em uma escala geral, esses aspectos seriam pequenos problemas frente ao padrã de preparaço física exigida pelo grupo. Logo, essas mesmas perspectivas foram direcionadas ao serviço de rua.

CAPÍTULO 3

ETNOGRAFIA DA PRÁTICA POLICIAL E UNIVERSO CLASSIFICATÓRIO

3.1 O Policial Militar e a Rua

Nesses últimos anos a chamada cultura policial tem se manifestado no cotidiano, sem que fosse problematizado o limite da atuação legal do policial sem o uso da violência. Há um aparato de controle interno, no qual estão inseridos os regulamentos policiais militares e a corregedoria da própria instituição, o aparato de controle externo está na cobrança do Ministério Público e demais instituições públicas ou organizações não governamentais. Atualmente, existe uma preocupação acentuada em oferecer ao novo policial uma visão mais apropriada em torno de suas ações com a população, especialmente durante o processo de formação. No entanto, este aprendizado é resemantizado quando o policial passa da escola para a atuação na rua, quando suas ações são presididas de maior autonomia e quando surgem situações imprevistas mesmo durante o processo de formação. Sobre essa questão, Bretas (1997) afirma que:

(...) a partir das experiências cotidianas, sem que fosse acompanhada pela elaboração de formas de controle ou limitação de sua capacidade de ação, gerando um espaço onde os desejos policiais de autoridade podem ser satisfeitos sem peias. Existe apenas um aparato legal que supostamente ditaria os limites da ação policial, mas que não funciona na prática, a não ser para oferecer aos policiais razões aparentemente legítimas para não agir de forma que eles não desejam (...) (BRETAS, 1997, p. 83,84).

A partir do que foi descrito anteriormente sobre a formação do soldado policial militar nos anos de 2000 a 2003, o aluno policial militar, depois de formado, encontrou dificuldade em aplicar os conhecimentos obtidos na escola de formação, porque não obteve uma estrutura física e nem material de serviço suficiente para

desenvolver seu trabalho de forma plena. Portanto, ao atuar sem essas estruturas, os policiais procuram resolver da melhor forma possível às ocorrências, como por exemplo: em muitas situações quando acontece uma briga generalizada e a Central de Operações desloca uma viatura para o local, dependendo da percepção do comandante da viatura, ele poderá parar a viatura em um local distante e pedir apoio de outras viaturas ou entrar no meio da briga e tentar resolver de forma mais “persuasiva”. Logo, o primeiro que parou o carro e pediu apoio, seguindo o procedimento tido como regular nas atuações policiais, é tido na intimidade das relações policiais como “mole”, “medroso”, “omisso”, alguém que não tem “peito” (coragem) para resolver a situação de acordo com um outro padrão, baseados na masculinidade, honra e coragem policial. Vejamos o que diz um cabo policial militar:

Na época que trabalhei nas ruas, as ocorrências eram com mais adolescentes galerosos (nome dado pela sociedade roraimense aos grupos de jovem que promovem vários tipos de infrações criminais) e homossexuais. Eu acho que a gente já atendia essas pessoas de forma mais agressiva. Embora eu não concordasse com aquelas abordagens, mas era recém formado e subordinado ao comandante da patrulha. Na verdade a gente ficava com receio de chamar a atenção do superior, caso chamasse a atenção ou fugisse do padrão estabelecido, ninguém queria tirar serviço com esse policial e ele era tachado de “medroso”. (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço).

Já aquele que entrou na briga, sem o apoio de outras viaturas, e a resolveu é considerado como “o bom”, “corajoso” e “operacional” (termo usando comumente para os policiais do trabalho de rua), sendo que o importante seria a prisão do acusado, mesmo que a resolução do problema, algumas vezes, seja amparada por práticas fora do padrão ou ilegais, mas em grande parte socialmente aceitas, pois consideradas justas e eficazes. Cito o caso corriqueiro do cotidiano policial como o de mulheres agredidas fisicamente por homens. Nestes casos, quando a polícia chega e usa força física frente ao infrator, parte da população aprova e não denuncia essa ação policial, pois vigora no senso comum como valor de justiça e punição que “quem bate em mulher tem que apanhar para aprender”.

Logo, o padrão dito legal da atuação policial é substituído por outros modelos de ação considerados “mais justos e eficazes” criados a partir da rotina

local dos policiais mais antigos e da experiência do dia a dia, ou seja, o padrão é construído pelo conjunto de regras e expectativas da população em relação à função da ação policial.

Em trabalho sobre a atuação e avaliação da conduta da Companhia Independente de Polícia Ambiental (CIPOMA) na Zona da Mata de Pernambuco, Menezes (2004) notou que embora os policiais desta companhia fossem tidos como ineficazes e com abordagens tidas como pouco convencionais pelos segmentos ambientalizados, estes eram frequentemente chamados e positivamente avaliados pela população. Menezes demonstra em sua etnografia calcada no acompanhamento de rondas policiais a diversidade de expectativas em relação a atuação policial, assinalando que é preciso situar socialmente para quem e em que circunstâncias, a polícia é considerada ineficaz.

Menezes (2004) aponta que nos níveis intermediários em que a justiça opera (polícia, delegacia e promotoria), os códigos legais passam por questionamentos à sua legitimidade e pertinência em relação à realidade na qual é aplicado. Estes questionamentos ocasionam ajustes que tornam possível a aplicabilidade mais justa dos códigos; desta prática resultam novos julgamentos e reflexões a respeito da eficácia e consequências de sua aplicabilidade pelas pessoas responsáveis pelo exercício da lei, especialmente pelos policiais que trabalham mais próximos a população “na rua”.

A mesma autora indica no caso analisado que a presença policial em um determinado espaço-tempo é muitas vezes um indicativo valioso de eficácia para a população. A presença, no entanto, deve ser presidida de uma dada performance, em que a violência pode vir à ser um elemento central exigido pela clientela. Analisando o atendimento de denúncias encaminhadas a polícia ambiental, MENEZES (2004), descreve chegada do Cipoma “costumava ser um evento que atraía muitas pessoas” (MENEZES, 2004, p. 51).

Portanto, Menezes (2004) afirma que os policiais se esforçavam por fazer uma performance teatral, chegavam com um grande carro camuflado, cercando a casa do denunciado, mostrando armamento pesado e vestindo seus uniformes também de padronagem camuflada. O Cipoma nunca prendera ninguém e por isso

era visto como ineficaz no combate aos crimes ambientais, mas sua modalidade de abordagem performática, a violência simbólica expressa na sua presença tornaram o denunciado vítima de vergonha e desonra pública e este era exatamente o resultado que a população queria ver e que fazia o Cipoma ser tido como uma polícia muito eficiente.

Na etnografia realizada com policiais em Boa Vista, o conceito de eficácia variou de policial para policial e até de grupos policiais para grupos policiais dependendo de áreas estabelecidas. Neste plano o universo jurídico é colocado em teste, formulando-se um código paralelo concernente à “ação eficaz” extraída da combinação de valores compartilhados entre polícia e população. Porém, através das matérias televisivas as apreensões de armas, veículos ilegais, prisões de infratores demonstram-se como é construído o conceito de “eficiência” da polícia frente à criminalidade e a divulgação pública dos resultados.

Vejamos a fala de um policial que retrata umas das formas de enquadramento desse proposto sistema informal, tendo como regra principal a confiança entre os pares que são delineados pelos policiais mais antigos:

Depois que fui para o serviço de rua, muitos me olhavam com desconfiança, não pediam opinião, agiam por conta própria. Até orientavam como fazer ocorrências “erradas” e diziam pára com isso “novinho”. (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

A partir desse enquadramento, são perceptíveis os muitos sentidos subjetivos no serviço policial militar, que funcionam de acordo com cada policial, patrulha, comandantes das Companhias, Batalhões, Comando Geral da Polícia e da imprensa. No entanto, o sentido oficial do conceito “eficiência” é o que prevalece no final. Ele está baseado na recuperação de bens, prisão e apreensão de pessoas.

Enquanto policial militar no serviço de rua pude perceber a construção da “eficiência policial”. No ano de 2002 na cidade Boa Vista, existiam muitas “galeras” (grupos de jovens que se reúnem para cometerem atos infratores ou crimes), esses grupos além de usarem armas de fogo caseiras, utilizavam em sua totalidade armas

brancas (terçados, facas, foices entre outros), como principais objetos na prática da violência contra outras galeras e a sociedade local.

Muitas ações policiais foram realizadas para amenizar a violência na cidade de Boa Vista, principalmente, voltadas a tirar de circulação as armas brancas. O nome da ação da época foi batizado de “operação saturação”. Foi deslocada uma equipe de policiais militares a uma rua movimentada que era passagem de muitos agricultores, pois praticamente naquele local começava área rural da cidade.

As pessoas que passavam com foices, terçados, facas eram abordadas pelos policiais militares que apreendiam essas armas, a maioria levava as “armas” nas bicicletas, outros em motos e carros e uma minoria a pé, mesmo com argumentos de muitas pessoas falarem que eram colonos e que aquelas “armas” seriam seu material de trabalho. O trabalho da equipe de policiais que desenvolvia o serviço continuava direcionado de acordo com as ordens estabelecidas por seus superiores.

Destaca-se que existia um certo descontentamento de grande parte dos policiais frente a estas ações, mesmo assim, o trabalho policial era realizado. Esse descontentamento estava no direcionamento da operação, pois, os policiais em suas intimidades falavam uns aos outros que a operação de saturação não era frente às armas nem a criminalidade, mas estavam “saturando” a paciência do policial, da população e a folga do policial. E para muitos policiais, tal ação não fora proveitosa naquele local, já que a maioria das “armas” apreendidas seriam ferramentas de trabalho dos colonos. Segundo os policiais quem deveria ser desarmado eram os integrantes das galeras e não os trabalhadores. Esses questionamentos foram problematizados na intimidade do grupo, mas nunca repassado em discurso formal ou oficial, pois, o policial que se encontrava naquele local deveria obedecer a hierarquia e realizar a ação proposta, sem fazer questionamentos aos seus superiores.

Alguns dias depois da operação a polícia militar apresentava à imprensa muitas armas apreendidas. Logo, o conceito de “eficiência” do resultado final foi divulgado ao público em geral na forma de “quantidade de armas tiradas de circulação”. Sendo assim, a polícia militar demonstrava que estava trabalhando para

coibir a criminalidade e com esses resultados de apreensões a instituição poderia ser vista publicamente como muito eficiente.

Com objetivo de reduzir as infrações e acidentes de trânsito na cidade de Boa Vista, uma nova operação foi desenvolvida por uma equipe de policiais militares escalada por trinta dias para realizar apreensões de habilitações e veículos irregulares. Esse grupo de policiais tinha como meta apreender dez itens por dia entre habilitações e veículos, pois só assim seriam liberados do serviço. Como esse trabalho se dava de forma extraordinária, dependia-se das ferramentas de trabalho (viaturas policiais) para que a ação policial fosse realizada no menor tempo possível.

Segundo o discurso do comandante geral da época, as ações por ele criadas diminuíram os acidentes de trânsito na capital. Mesmo a polícia trabalhando com ações coercitivas diante das infrações de trânsito, transformando equipes de policiais orientadas a agir de forma rápida e com metas impostas diariamente para diminuição dos acidentes de trânsito, tais ações não se perduraram por muito tempo.

Várias situações contribuíram para o término dessas operações, principalmente pela aproximação das eleições para o poder executivo do Estado e Município, tais momentos contribuíram para que as ações de blitz ficassem “inoperantes” nesses períodos, algumas “blitz educativas” foram criadas paralelamente a isso. Esse momento de “sensibilidade política”, próximo às eleições, norteou as práticas policiais há não executarem as blitz e a serem mais “flexíveis” com a população.

Como percebemos, as ações policiais tomam forma nas atribuições cotidianas, as quais estão estabelecidas em metas e objetivas variáveis, de acordo com a especificidade discricionária, política, local e de espaço-temporal. Dentre estes aspectos, o momento político (tempo da política) tem um peso relevante. Conforme Tal momento adquire a forma de um tempo liminar, momento extraordinário de suspensão de papéis na perspectiva turneana. Palmeira (2001) salienta que:

o tempo da política não envolve apenas candidatos eleitores, mas toda a população, cujo cotidiano é subvertido. Neste período de conflito autorizado, as facções políticas em que se dividem as municipalidades se explicitam plenamente. A sociedade exhibe suas divisões dando início a um período marcado por rituais e interdições (PALMEIRA, 2001, p. 17).

Durante o tempo da política, a polícia deixa de ser regida por motivações de ordem técnica, pois nesse tempo aumenta-se a sensibilidade da população, agora focada como “eleitores”. Neste momento, o aparato policial deve constituir-se como um dom a ser ofertado por grupos ou pessoas que compõem o poder político local. Este momento liminar pode ser expresso na transferência de uma equipe ou operação policial de um local escolhido de forma técnica para aumentar a ação e presença policial para um local onde moram autoridades estatais e comércios que detenham laços de proximidade com o governo. Pode-se ainda concentrar o policiamento em determinadas áreas onde há maior demanda ou evitar operações impopulares.

3.2 As Duas Cidades: Área Azul e Vermelha (1.º e 2.º Batalhão Policial Militar)

Outro fator relacionado à formulação dos padrões de trabalho, segundo os policiais, são as performances e expectativas sociais sobre a conduta policial pela população. Tais condutas, são estabelecidas através de uma linha imaginária que separa a cidade em duas grandes áreas que são estabelecidas conforme questões técnicas policiais em grupos e regiões, na Área Azul (composta por bairros mais centrais da cidade) está o 1.º Batalhão e na Área Vermelha (composta por bairros mais afastados do centro) está o 2.º Batalhão. Vejamos a fala de um policial militar:

Existe essa divisão geográfica baseada em diferença de classes sociais, área vermelha – classe mais baixa, área azul – classe mais alta. Há uma diferenciação entre o 1.º e o 2.º Batalhão, no 2º BPM (Batalhão da Polícia Militar) os policiais são como se fossem o “Rambo” e o do 1.º BPM o “Robin”, aqui no 2.º BPM o pessoal é mais acostumado com um grau maior de dificuldade de uma ação diferenciada (...) o pessoal do 2.º em mais solidário com o outro da VTR (Viatura Policial), porque a CECOP (Central de Comunicação da Polícia Militar) às vezes aciona apoio, independente da CECOP mandar ou não outra VTR vai em apoio. No 1.º BPM a VTR só vai apoiar outra VTR se a CECOP mandar. (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Dentre as duas grandes separações espaciais formam-se duas grandes identidades que compõe uma identidade geral policial militar. Mesmo que a identidade policial militar seja colocada ao público geral como de fácil identificação por meio do trabalho ostensivo, farda, hierarquia e disciplina. Ela compõe-se de muitas variantes inacessíveis ao conhecimento público, compartilhadas apenas pelos policiais. Vigora uma força segmentar interna fundada em “orgulhos policiais militares” distintos, que se manifestam no momento que os policiais competem tanto nos campeonatos esportivos internos quanto nos serviços policiais. Externamente, dissolve-se esta força segmentar ao acionar de forma geral a corporação como a totalidade do “orgulho policial militar” quando apresentada perante a sociedade.

A ação policial não é uniforme constrói-se a partir das diferenças de atuação junto às diferentes camadas da população e conforme cada área de atuação. Sendo assim, o desempenho policial é avaliado de forma diferenciada nestes espaços que compõem diversos grupos sociais. Como assinala um policial militar:

No 1.º BPM - Um cidadão supostamente chamado, chegou a dizer que o oficial “era de merda” e ficou por isso mesmo, isso já não aconteceria na área da 2.º Companhia (anteriormente o policiamento da cidade de Boa vista era dividido em 1.ª e 2.ª Companhia, que depois se transformou em 1.º e 2.º Batalhão policial militar). Na Área Azul é o espaço mais nobre, os policiais ficavam com receio por as pessoas serem de classe média alta, por isso, por esse motivo faziam “vista grossa” (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

O chamado “cidadão” que foi abordado na área do 1.º BPM ou Área Azul, possivelmente poderia ser bem situado socialmente, amigo ou familiar do oficial e

não ser do conhecimento dos policiais subalternos, ou também o xingamento naquele momento não deva ter representado uma ameaça ou infração contra o servidor público que pudesse diminuir ou colocar em xeque sua autoridade, entre outras interpretações não suscitadas aqui.

No entanto, a performance do oficial nessa ocorrência serviu como um “desincentivo” para os outros policiais que esperavam uma posição mais incisiva do oficial, por meio dessas situações os policiais subalternos percebem que “não podem exercer sua profissão de forma plena”, conforme o padrão aprendido como correto.

Em contraste com o policial que tira serviço na Área Azul, os policiais da Área Vermelha, afirmam ter uma autonomia maior sobre a ação policial e um conceito mais próximo da plenitude do orgulho e do ser policial militar. Vejamos o que afirma um policial militar:

Eu acho que a própria sociedade do local (área do 2.º Batalhão da polícia militar) é diferente, bem como os policiais. Na antiga segunda 2.ª Companhia (Hoje o segundo Batalhão), os policiais tinham uma maior técnica de como abordar, não aprendido na escola, mas na rua e resolviam a situação. Mas, finalmente, nosso trabalho não é reconhecido pela sociedade nem pelos comandantes da polícia, só quem vai reconhecer são seus amigos de operações. Não vale a pena no final da contas (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

De certa forma, percebemos que os policiais compreendem que na “área vermelha” estão os menos favorecidos social e economicamente, e parece haver um enfretamento entre população abordada versus polícia. Esses aspectos contribuem para direcionar o aprendizado dos policiais de rua frente às ocorrências, desenvolvendo “uma maior técnica” ou “técnica diferenciada” nas ações e resoluções de muitas ocorrências policiais, considerada pelo entrevistado como “eficientes”, pois resolvem a situação de forma que a segurança do policial seja mantida, bem como “o melhor direcionamento possível da resolução do problema”.

Faz-se necessário observar que, os policiais dessa área detêm compressões de como é e como deveria agir um “verdadeiro policial”, ou seja, o policial que

resolve a situação apresentada e mantém sua integridade física fora de perigo. Neste contexto, as relações entre esses policiais tornam-se mais próximas pelo tipo de ocorrências atendidas no dia a dia, chegando ao ponto desses profissionais criarem mutuamente “percepções próprias de eficiência e reconhecimento profissional”. Especificando-se através do relato do entrevistado também é perceptível que o esforço do policial militar em resolver as ocorrências de forma “eficiente” não está referenciado sempre em um reconhecimento dos seus comandantes nem da sociedade local. Com o tempo muitos policiais afirmam que perceberam que “não valia à pena se dedicar tanto a profissão, pois o reconhecimento esperado não apareceu, sendo que diariamente o policial é cobrado a executar seu trabalho seguindo parâmetros rígidos, e ao menor desvio ou erro, responde a processos e é denunciado por parte da população da área e seus superiores”.

Independentemente de o policial fazer parte ou não do policiamento ostensivo da área azul, vermelha ou das forças especiais, parece haver uma multiplicidade e sentidos a respeito do que é ser “eficiente” ou “policial de verdade” que obedece a expectativas de grupos, tempos e contextos diversos. A impossibilidade e sentimento de impotência de manter-se dentro dos critérios de eficácia de todos estes níveis provoca um sentimento de desilusão associado ao não reconhecimento profissional, ainda que somadas as experiências das muitas ocorrências atendidas e dos processos respondidos. Um oficial da polícia militar afirma o seguinte:

O policial não pode ser “nem muito duro nem muito mole”, tem que procurar um meio termo. Eu “engoli muito sapo” de superiores, e da população atendida, muitas injustiças a gente tem que deixar passar, pois existem situações que fogem ao nosso alcance, isso a gente aprende com o tempo. (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

A afirmação do oficial baseia-se nos seus trinta anos de serviço policial, como percebemos a expressão “nem ser muito duro nem ser muito mole” serve em parte para o entendimento de como o policial deve enquadrar-se nas diversas situações policiais, ou seja, como o policial deve “aprender a viver”. A mesma

perspectiva também norteia parte do sentido do que é ou não considerado crime, a situação de ocorrência policial pode ser vista de forma mais branda mesmo sendo crime ou nem é visto como tal dependendo da “sensibilidade” do policial. No entanto, tal expressão não se limita a atuações policiais que procedam somente o uso da força.

Essa expressão engloba também situações como: xingamentos ou questionamentos de bêbados, trabalhadores, autoridades e pessoas que estão sob efeito de drogas ilícitas. Já sobre as injustiças, elas se fazem presentes na ação policial ao liberar veículos ou pessoas, encobrir situações vexatórias envolvendo autoridades do Estado entre outras situações que não poderão ser citadas de forma detalhada no presente trabalho.

Nesse sentido, dentro no que tange a ação do policial militar existem diversas subcategorias identitárias, como por exemplo: “os policiais de verdade”, “os operacionais”, “porteiros”, “vigias”, “mulheres”, “medrosos” entre outros. Sendo assim, por meio das entrevistas percebe-se que as primeiras mulheres a atuarem na polícia de Roraima, no início sofreram em Boa Vista uma carga de estigmas muito forte, e só foram aceitas depois de serem “avaliadas” informalmente e por critérios de valor particulares a corporação realizados por seus companheiros de serviço voltado a padrões masculinos.

3.3 Imprensa, Simbologias e Atuações Policiais

A imprensa constitui um dos principais difusores do tipo ideal de policial ao divulgar ações policiais com resultado positivo. As imagens da imprensa são acompanhadas de um discurso que julga rigidamente o infrator e costumam destacar apreensões de menores de idade, vários ditos “galerosos”, marido que brigou com a mulher, briga no bar e etc. Em geral o policial está pronto a dar entrevistas e quando possível destacando o emblema do seu grupo (Exemplo:

ROCAM – Rondas Ostensiva com o apoio de Motocicletas, Força Tática, 1º Batalhão, 2º Batalhão, ROTE, CANIL, BOPE etc.). É importante salientar que essas ocorrências partem, geralmente, de pessoas oriundas das camadas economicamente mais baixas da sociedade, quando uma autoridade ou pessoa bem estabelecida social e economicamente faz um tipo de infração ou crime, o policial dificilmente é autorizado a dar entrevistas e parte da imprensa evita da evidência ao fato ou o faz empregando um discurso de “imparcialidade” sobre o acontecido.

Os símbolos de valor militar estão explícitos na farda do policial militar e costuma impressionar a população, associando a imagens de filmes de “Hollywood”, onde aparecem muitos militares cheios de medalhas nas fardas, símbolos que ninguém conhece e muito menos sabe qual a serventia, mas o que fica relacionado a isso é que o militar detentor de tais medalhas e símbolos são heróis de guerra, bravos guerreiros prontos a revolver quaisquer situações de risco, ou seja, são os mais preparados.

Esses símbolos variam de desenhos com asas a caveiras e relacionados a cursos concluídos. No meio policial militar há valores diferenciais para os emblemas. Muitos símbolos não significam muita coisa, pois são vistos como de pouca expressão pelos policiais. Porém, se o indivíduo não estiver treinando ou trabalhando naquilo que foi formado pouco servirá para ele, por exemplo: se o motorista fez um curso de motorista operacional e ao terminar foi designado a trabalhar na administração, pouco ou nada será aproveitado naquele momento. Entretanto, os emblemas dos cursos especiais causam sempre uma distinção, ainda que este policial não esteja mais fazendo parte de algum grupo especial. Pois, todos policiais militares sabem que tal curso procedeu à coragem, determinação, condições psicológicas, investimento financeiro, preparação física além dos demais policiais.

Os símbolos de prestígio são as patentes militares, ocorre também outra diferença interna entre os policiais militares entre os que pertencem ao grupo dos “normais” e os da “elite”, dentro dessa elite há os “grupos caveiras”, que são o topo das operações especiais devido seus cursos serem considerados de alto grau de dificuldade, sendo que, poucos chegam ao final do curso. Portanto, os policiais que não estão inclusos nesse grupo são os considerados como “normais”.

Dependendo do setor de atuação do policial, existe um grau de periculosidade maior e menor e no interior destes grupos constroem-se intimidades culturais setorizadas dentro da intimidade cultural mais geral corporativa. De acordo com os profissionais entrevistados, os policiais que trabalham no Primeiro Batalhão (região mais central da cidade de Boa Vista) procuram resolver as ocorrências de forma “mais humana” ou mais próxima da doutrina policial militar, são considerados pelos policiais do Segundo Batalhão (atuam na área mais periférica da cidade) como uma subcategoria de policiais, pois além de atenderem na sua maioria ocorrências de trânsito demoram muito para resolvê-las, e ainda procuram chamar apoio de outras viaturas para resolução de problemas que poderiam ser resolvidos apenas por uma viatura. Logo, criam-se conceitos valorizando os policiais do 2.º Batalhão como “policiais de verdade”.

3.4 Percepções da Prática Policial Frente à Hierarquia

Através desses aspectos, portanto, os alunos agora formados policiais tornam-se diferentes, com mais autonomia e um ar de “superioridade”. Entretanto, a chegada de um policial novato independentemente da área de atuação é vista com cuidado. Seja como for, se o policial novato não se enquadrar nos padrões internos de policiamento, logo será taxado com termos pejorativos ou transferido para outros tipos de serviço policial militar. Bretas (1997) contribui com essa argumentação quando ressalta que:

(...) parece claro, neste ponto, que existe uma cultura policial que não obedece a limites nacionais (...) entre as características dessa cultura têm sido enumerados o conservadorismo, o cinismo ou pessimismo, o preconceito racial, a suspeita e o isolamento da comunidade contrabalançado por um sentimento de solidariedade de grupo e outros. Este conjunto de elementos produz uma visão preferencialmente negativa do mundo que lhe é exterior – reflexo do tipo de evento que lhes é apresentado diariamente – incluindo aí o sistema legal como um todo, que deixa escapar delinquentes que a polícia poderia pegar com facilidade se não tivesse de respeitar os limites legais (...) (BRETAS, 1997, p. 81-82).

A barreira entre a escola e a rua é um problema a ser investigado, mas não há uma conduta padronizada prevista para muitas ocorrências policiais encontradas

no dia a dia. Na formação do aluno policial militar há, por meio da hierarquia e disciplina, uma relação de poder vigente e muito acentuada, que se divide em categorias: alunos e policiais, estratificando dessa forma um sentimento classista das diversas categorias na corporação policial militar, deixando de forma acentuada a divisão de quem pensa (os oficiais)¹⁷ e de quem executa (os praças)¹⁸ o serviço policial.

Os aspectos dessa realidade vigente na formação do soldado policial militar, são incorporados no desempenho do seu papel. Quando o policial militar está pronto a desempenhar sua ação no policiamento ostensivo, depara-se com os “imponderáveis da vida real”, que contribuem de forma significativa na sua atuação profissional. Um exemplo eficiente é o embate do agente da Lei com a elite, tanto em nível local quanto nacional. Ao respeito, vale citar novamente Bretas (1997):

(...) a definição de como a polícia aprende a se relacionar com elemento da “Elite”, tarefa que deve ser das mais complicadas, por colocar em evidência a precariedade da suposta autoridade policial, especialmente no quadro de clientelismo que caracteriza o Estado brasileiro (...) (BRETAS, 1997, p. 83-84).

Nessa questão pretendo refletir sobre o poder da autoridade, convencionalmente formulado na frase “você sabe com quem está falando?” Na formação do policial militar o aluno policial é insistentemente doutrinado a enquadrar-se nas Leis Constitucionais, principalmente no que diz respeito a ser submisso aos superiores hierárquicos e as demais autoridades estatais, que ele deve respeitar. O desrespeito pode resultar em repreensão ou punição do aluno. Quando o aluno policial internaliza as discussões e as práticas da sua formação, ele já está supostamente com o “espírito policial militar”. Isto é, receber e executar ações “conforme a Lei”.

Esse grupo da “elite” compreende que deve ser protegido e não policiado, pois, são “pessoas de bem”. Quando um cidadão da “elite local” comete uma infração criminal, a ocorrência é aplicada por outro viés, pois a situação foge ao

¹⁷ Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel.

¹⁸ Soldado, Cabo, Sargento e Sub-Tenente.

cotidiano do policial (que está na maioria das vezes no embate com a população de menor renda), ou seja, é melhor, geralmente, ignorar o caso, pois quando há necessidade de levar a frente, a ação policial logo é parada por vários obstáculos. De acordo com a observação do mesmo autor:

(...) O alvo preferido da vigilância policial era o cidadão comum. Não era tão simples quando esse 'cidadão comum' não era tão comum (...) desde a criação das modernas corporações policiais, presume-se que as classes superiores devem ser protegidas e não policiadas. Isto não quer dizer que os 'respeitáveis' não pratiquem delitos, mas que a maioria de suas transgressões foge ao procedimento tradicional da polícia. Os mais típicos desses delitos, chamados nos anos de 1930 por Edwin Sutherland de 'crimes do colarinho branco', não têm nada a ver com o policiamento ostensivo (...) e são controlados por outros órgãos que não a polícia (...) (BRETAS, 1997, p. 84).

Quando os policiais formados executam seu trabalho de forma socialmente indiferenciada, conforme os padrões aprendidos no período de formação aparecem as situações conflitantes. Como por exemplo: numa situação de trânsito, na qual o policial precisa agir na abordagem de um veículo que passou no sinal vermelho. O policial, ao se identificar, pode ser percebido pelo cidadão infrator com a seguinte mensagem: “Você sabe com quem está falando?” Eu sou o “capitão Jordão” (poderia ser qualquer autoridade ou superior hierárquico).

Essa postura já demonstra um grau de superioridade, ou seja, a apresentação já diz tudo, ou seria assim, “eu sou seu superior”, “você não sabe quem eu sou?” ou “você não está vendo que eu sou um deputado?” Portanto, “eu estou acima de você”. O Policial imbuído do seu “espírito militar” entenderá prontamente que aquela pessoa está acima da lei. Da Matta (1990) trata essa questão quando afirma que “refere-se ao rito do ‘você sabe com quem está falando’, que implica sempre uma separação radical e autoritária de duas posições sociais real ou teoricamente diferenciadas” (DA MATTA, 1990, p. 146). Vejamos as falas dos policiais sobre tal questão:

O policial depois da formação não está preparado para atender, ser o condutor, justamente pela prática. Ele não sabe resolver a ocorrência. Porque a gente se depara com variadas ocorrências de trânsitos que são conflituosas ou ocorrências envolvendo grupos de pessoas como ele deve proceder (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Antes era assim se alguém era amigo do Governador, Prefeito ou do Comandante geral, não poderiam ser abordados pela polícia militar. Quando o policial tentava ou desobedecia tal situação mandavam ele para o Jundiá (Jundiá é a última vila da BR 174 que faz divisa entre o Estado de Roraima e Amazonas, onde se localiza também um posto fiscal fazendário do Estado de Roraima, localiza-se antes de entrar na Terra indígena Waimiri-atroari) (Oficial Policial Militar, 30 anos de serviço).

Na primeira fala, a colocação baseia-se na resolução técnica das ocorrências policiais. Portanto, o sentido conflituoso de como o policial deve proceder nas ocorrências envolvendo diversos grupos sociais. Tal questionamento não é ensinado na escola de formação policial militar, porque a ideia da formação segue o ideário legal “que todos são iguais perante a Lei”, e ensinar no momento da formação policial militar de como o aluno policial deve impor ou não sua autoridade legal, levaria a reflexões deixando a doutrina da formação policial militar e a Lei em conflitos. Tais ensinamentos, só podem ser aprendidos na execução do trabalho propriamente dito, quando a experiência pessoal vivida com seus colegas mais antigos fornece os delineamentos da ação policial.

Nesse sentido, a formação desse delineamento nas ocorrências policiais segue ações cotidianas somando-se a padrões diferenciados de acordo com os grupos sociais, autoridades e “pessoas bem estabelecidas” na sociedade local.

Na fala do segundo policial, podemos observar que as situações práticas eram bem mais visíveis e claras, tanto nas ações policiais quanto nas repreensões a ordens desobedecidas por policiais subalternos. Além da vila do Jundiá, outro local é sempre lembrado pelos policiais militares como espaço de punição e ostracismo, como a vila de Santa Maria do Boi Açu, que em conjunto com Jundiá e outros locais, segundo os policiais, são os lugares mais longínquos a capital Boa Vista, onde a polícia militar atua. A vila de Santa Maria do Boi Açu também está na divisa com o

Estado do Amazonas, o local só pode ser acessado de transporte aéreo ou de barco.

Logo, surge um dilema, quem o policial deve respeitar? As Leis ou os seus superiores? Bem, se o policial notificar a tal autoridade dependendo de qual for, ele poderá ser punido, transferido de local de trabalho (porque não teve “bom senso” devido com a autoridade) e em último caso, até ser expulso do serviço público.

Continuando neste exemplo, contudo, o policial, às vezes, também não notifica seu superior, autoridade estatal ou outro policial por causa do corporativismo institucional, que é o moldador de um “espírito de corpo”. Na cultura policial militar eles se autodenominam “militares”, os outros são “civis”. Criando assim normas subjetivas no relacionamento entre si e com os outros cidadãos. Fazendo a reflexão sobre essa questão, OLIVEIRA (1996) afirma o seguinte: “Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente” (OLIVEIRA, 1996, p. 5-6).

Em outro viés: se ele não notificar estará descumprindo a Lei, essas ações servem para dar continuidade e manter as relações de poder entre essas pessoas. Logo, não haverá conflito, e o policial não será visto “negativamente” por seus superiores e nem pelos seus companheiros de profissão, ou seja, ele aprendeu muito bem na sua formação policial a ficar no seu lugar de “policial militar” e não de um agente a serviço da Lei. Da Matta (1990) reflete sobre a questão:

(...)“Você sabe com quem está falando?” denuncia em níveis quotidianos essa ojeriza à discórdia e à crise, traço que vejo como básico num sistema social extremamente preocupado com “cada qual no seu lugar”, Isto é, com hierarquia e com a autoridade (...) realmente, num mundo que tem que se mover obedecendo às engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural, os conflitos tendem a ser tomados com irregularidade (DA MATTA, 1990, p. 149).

Portanto, “Você sabe com quem está falando? Já estudados, parecem indicar que o uso do rito de autoridade expresso numa tentativa de transformação drástica,

do universo da universalidade legal para o mundo das relações concretas, pessoais e biográficas” (DA MATTA, 1990, p. 179).

Esse mesmo agente da Lei, que se orgulha de usar uma farda e ser um operador da segurança pública, passa por essas relações sociais, supracitadas, cotidianamente. No entanto, ele responderá de acordo com expectativas os atores sociais do universo em que atua. Sua ideia de moralidade e legalidade e suas ações serão relacionais, e este mesmo policial, agirá como uma autoridade que representa a Lei em uma abordagem no trânsito onde, em vez de ser um superior, autoridade ou ramificações dela, for uma pessoa que não esteja ligada a essas relações. Pois se houver qualquer questionamento do “cidadão infrator” sobre a notificação de trânsito, o policial logo mostrará sua autoridade de policial, dirá que está fazendo seu trabalho, que ele não está brincando, exigirá respeito, poderá até ameaçar o “cidadão infrator” de prisão se for o caso.

Sobre essas situações onde a hierarquia aparece, Bourdieu (1997) argumenta assinalando a naturalização das construções históricas e sociais:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, aparecer surgidas na natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa) (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Percebendo essas relações sociais e questionamentos devem ser direcionados sobre como formar um policial numa sociedade de desigualdades sociais e diferenças culturais, onde as relações sociais são hierárquicas, dinâmicas e complexas? No entanto, o policial é formado e moldado ao sistema que coloca as desigualdades com se fossem naturais, e a questão da unidade nacional, segundo todos são brasileiros iguais perante a Lei. Herzfeld (2008) assinala que:

As ideologias dos Estados nações tendem a dividir o mundo em pares maniqueístas e coagir os seus cidadãos a adotar a mesma retórica para a organização moral das suas próprias relações sociais quotidianas. Mas a utilização efetiva dessa retórica pelas pessoas pode ser de propósito irreverente ou mesmo subversiva (HERZFELD, 2008, p. 33)

Entendendo que esse enquadramento no curso de formação policial militar é a situação fim, pois situações formadoras iniciais ocorreram na família e na escola, isto é, essas duas instituições desde cedo servem para hierarquizar e reforçar as relações sociais de desigualdade.

É evidente que os exemplos dualistas apresentados aqui são possibilidades de entendimentos que não estão apenas nesses campos, pois em outras situações as redes sociais se entrelaçam de variadas formas. Porém, facetas de entendimento podem ser categorizadas com a influência: da lei, hierarquia, ordem, redes de relações, corporativismo e necessidades da população, sendo que o policial em muitas situações pode colocar em suspensão todos esses aspectos e decidir através de seu capital intelectual, o que seria para ele mais justo ou apropriado realizar.

Finalmente, o trabalho da polícia pode ser descrito em termos de ações executadas pela polícia durante situações, tais como prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar primeiros socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar e assim por diante. Neste caso o trabalho policial é o que fazem nas situações que encontram (DAVID, 2001, p. 20).

Muitas ocorrências são resolvidas total ou parcialmente por meio dos “conselhos policiais” que para alguns surtem efeitos momentaneamente, tais “conselhos” estão em duas categorias: ações somente verbais ou performativas corporais somadas às ações verbais.

3.5 Performance e Expectativas Sociais sobre a Conduta Policial

A performance do policial militar como vimos anteriormente, precede de sua formação para depois acionar na prática do trabalho os mecanismos aprendidos durante o processo de educação profissional. Vale mencionar que boa parte dos policiais é nascida fora do Estado de Roraima e oriundos da região Nordeste, principalmente, do Estado do Maranhão. Lembro do forte preconceito relacionado a esta origem em Roraima. A atração a profissão está vinculada a estabilidade do serviço público e até as possibilidades de ascensão profissional. Vejamos o que colocam alguns policiais militares:

Sou maranhense, mas já morava no município de Caracaraí (Município do Estado de Roraima). Eu fiz o concurso por opção, foi o quarto concurso em que me preparei na época, é uma profissão que dá estabilidade para pessoa e renda fixa (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Sou Maranhense, entrei em 2000, o salário era de 360,00 reais, mas aceitei essa profissão por causa da estabilidade, mas não é uma profissão que eu gosto (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço).

Sendo assim, passemos agora para a atuação desses policiais diante do enfrentamento das ocorrências policiais cotidianas principalmente no sentido do embate, escola de formação frente à ação dos policiais formados. Vejamos as falas de alguns desses operadores da segurança pública: “Apesar de na época conhecer nada de militarismo em princípio eu achava que a formação era boa. Mas a prática foi muito diferente da teoria” (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço). “Primeiro na escola ensinam-se aquelas ‘técnicas cidadãos’. Mas a atuação era bem diferente em bares, festas e envolvendo bebidas” (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

O que é mostrado na escola é muito longe da realidade que a gente vai ver na rua. O que de importante foi colocado na escola é realmente a prática, são os procedimentos, na escola fala muito de usar a legalidade. Alguns ensinamentos da escola o bom policial aplica (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

É notório perceber que os entrevistados detêm a percepção da diferença e distância dos ensinamentos durante o processo de formação frente a experiência na atuação do serviço de rua. As “técnicas cidadãs” na fala do segundo policial remete-se as técnicas formais ou mecânicas das abordagens policiais aprendidas na escola, pois os alunos policiais são orientados na abordagem a chamar a pessoa abordada de “cidadão”, como por exemplo: “cidadão aqui é o policial fulano de tal”. Algo que em muitas situações não podem ser aplicadas, principalmente porque a performance policial está de acordo com a receptividade, lugar e o tipo de público. Segundo um Cabo policial feminino tais técnicas não podem ser padronizadas, já que no cotidiano o policial depara-se com diversos tipos de ocorrências, conforme informa a policial:

Eu acho aquela coisa mecânica da abordagem, (Ordens par ao sujeito deite no chão, não funciona ele vem para cima da gente) não serve na prática, tem situações que o cara não respeita a polícia, pois nenhuma abordagem é igual (Cabo Policial Militar feminina, 7 anos de serviço).

O reforço de tal afirmação está na fala do terceiro policial que afirma o seguinte processo: “Alguns ensinamentos da escola o bom policial aplica” ou seja, ele não indica que todos os conhecimentos aprendidos na escola são aplicados. Tal situação indica que a aprendizagem policial vem com a prática do embate no serviço do dia a dia. Vejamos a fala de outro policial militar:

A gente aprende na prática com os mais antigos, na área do Segundo Batalhão, se a gente chegar “cidadão” aqui é a polícia militar, vamos fazer uma revista pessoal em todos, por isso todo mundo na parede. Tanto os colegas policiais quanto os abordados riem de você, isso só acontece à primeira vez na segunda você já chega diferente (...) ”bem mais forte” (Soldado policial Militar, 7 anos de serviço).

No entanto, a partir da experiência do trabalho em seu local de atuação o policial espera que seus pedidos ou “ordens educadas” sejam prontamente obedecidas. Com a negativa das ordens, e com o passar do tempo ele desenvolve outras “ordens” que são entendidas prontamente pelos abordados, principalmente em bares ou com os grupos considerados infratores. Goffman (1985) afirma o

seguinte: “Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles” (GOFFMAN, p. 25, 1985). Segundo relato de um Cabo policial militar:

Na área mais violenta da cidade, se o policial fosse com educação, eles não atendiam a ordem dada, era necessário ser mais agressivo para que a ordem fosse atendida. A população quer um policial educado, mas não está preparada a ter ou vice-versa (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço).

Sendo assim, o policial novato recebe cargas de aprendizagem na prática a partir dos policiais mais antigos, que são mais experientes e já sabem como se dá as relações do trabalho cotidiano, pois aprendem com o tempo a se relacionarem com a população, os menos favorecidos e à imprensa. As “verdadeiras técnicas de abordagem”, tanto verbais quanto performáticas através do corpo com as armas de fogo ou armas não letais. Os mais antigos afirmam também que “aprendem com o tempo a se relacionarem de forma defensiva frente ao sistema judiciário”.

Portanto, segundo um soldado policial militar “as aprendizagens vieram com os antigos e com as ocorrências. O policial é influenciado pelo comandante da viatura” (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço). Com essa fala é mister salientar a importância do comandante imediato da viatura policial que geralmente é um sargento, ele praticamente direciona com sua influência o papel que os demais policiais sob seu comando desempenharão. Um cabo policial militar faz tal afirmação: “Na teoria ensinaram como é a doutrina policial militar. E na prática a gente aprendia com os policiais mais antigos, ou seja, na brutalidade, dependendo muito da área de atuação” (Cabo Policial Militar, 11 anos de serviço).

Nesse sentido, o papel do comandante da viatura é muito importante na ação policial, mas dependendo da área de atuação e o tipo de pessoas que serão abordadas, as ações policiais originam-se de estigmas e padrões previamente punitivos (“na brutalidade”) para lidar com alguns grupos sociais, por exemplo: as “galeras” devem ser abordadas de forma mais performáticas para que os atores que recebem a abordagem compreendam as ordens estabelecidas pelos servidores da Lei. Essas ações direcionadas a esses grupos denotam na ação policial militar um sentido de segurança para os próprios policiais envolvidos na ação, não deixando

nenhuma abertura para que o “galeroso” possa reagir e colocar a segurança dos policiais e de outros em perigo. Sucede às vezes, dos muitos ditos “galerosos”, que, com a chegada da polícia já levantam as mãos e ficam em pé de frente para a parede.

Com o passar do tempo essas abordagens são entendidas como “eficientes”, porque estão voltadas principalmente à segurança do policial. Além de proporcionar tais sentimentos de segurança, formam-se códigos de entendimentos mútuos entre policiais e infratores que norteiam as performances dos policiais esperada pelos infratores e vice-versa.

Nestes casos, as abordagens detêm um “discurso mais enfático” e uma “performance mais forte” tanto para compreensão rápida da ordem, segurança do próprio policial, quanto à diminuição de qualquer ação de fuga ou reação. Conforme afirma um soldado policial militar: “Depende muito da ocorrência – uma abordagem num grupo de 10 pessoas muitas vão se evadir - quando a gente for verbalizar eles correm, então, tem de agir logo com um discurso mais enfático” (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Esses grupos são supostamente facilmente identificados pela polícia, os mesmos detêm características que são identificadas de relance tanto pela polícia quanto por parte da população local. Conforme afirmação do mesmo policial militar quando coloca que: “Existe diferença de abordagem, que está nas características das pessoas e pela aparência como estão vestidas”.

A este respeito podemos aprofundar e compreender de forma mais clara o que seria esse infrator segundo o padrão da polícia. Vejamos a fala de uma Sargento policial militar: “Padrão galeroso – geralmente jovem, de boné, brinco, magro, moreno, tatuado, andando em grupo ou não, anda de forma não usual, e se comunica por gírias” (Sargento Policial Militar, 10 anos de serviço).

O padrão do qual as performances dos “galerosos” são estigmatizados, fogem a um padrão social esperado pela sociedade local dos jovens, e são vistos como incorretos se comparados à imagem e padrões performáticos de uma “pessoa de bem”.

Os abordados são vistos pela polícia quase sempre com esses padrões generalizados e estigmatizados, vistos como “fora da normalidade”. Não se identifica se ele é índio, caboclo, trabalhador, pilantra, entre outros, todos estão enquadrados principalmente por sinais de aparência agregados ao tipo de vestimenta, tatuagem, cabelo, modo de falar, etc. Conforme afirma outro policial militar:

Os abordados diferenciam pelo cabelo, bermudão, tatuagem. O que determina é o estilo de roupa, não se ele é “caboco” (como usualmente chamado o caboclo). Pela experiência de tantas ocorrências 98% eram envolvendo pessoas com essas vestimentas (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

Ao que parecem, essas pessoas abordadas, em grande parte são econômica e socialmente desfavorecidas frente a uma minoria melhor estabelecida. No entanto, outras situações corriqueiras fazem parte das ações policiais, que na maioria das vezes não querem ou não gostam de atender ocorrências conhecidas no universo policial como “Maria da Penha” (Lei Maria da Penha) a lei que qualifica os crimes contra a mulher, comumente chamado na intimidade policial como “Maria da Peia”, como afirma o mesmo policial: “A gente não gostava de atender ocorrências envolvendo principalmente brigas de casais, quando agente prendia o homem a mulher pedia para soltá-lo” (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

Dentre a maioria das ocorrências policiais envolvendo brigas entre casais, o homem destaca-se na violência frente à mulher. Entretanto, esse espaço machista, às vezes, destoa ao contrário, quando nem mesmo a autoridade policial consegue entender ou resolver tal situação. Vejamos fala do mesmo policial sobre o assunto:

Eu atendi uma ocorrência que a central informou que o marido estava espancando a esposa, mas quando chegamos ao local, a mulher era que estava batendo no marido, ela era grande deu duas mãozadas no marido e mandou ele dormir. Sendo que o homem era que apanhava, se ele estivesse batendo na mulher seria diferente, mas como foi a mulher ficou por isso mesmo, ficamos pasmos, mas fomos embora (Soldado Policial Militar, 7 anos de serviço).

Para além da diferença de estilo, as diferenças étnicas relativas aos grupos indígenas de Roraima, também suscitam conflitos com a polícia militar. Porém, a informação aqui descrita por um entrevistado suscita como o policial relaciona-se em mais uma das suas ocorrências de trabalho não colocando aparente qualquer sentido de prática oculta da profissão. Um policial militar afirma o seguinte:

Agora que já trabalhei na área indígena, lá a gente tinha certa conduta, aqui em Boa Vista a gente aborda o índio e o caboclo de qualquer jeito que a gente quer, já na região do Uiramutã (Município ao Norte de Roraima) o policial tem que ser mais cauteloso, porque lá o policial fica sozinho e no máximo com mais dois. Lá os caboclos já reagem à polícia, pois lá são grupos de famílias, quando um é preso chamam a família vão para o destacamento da polícia e causam conflito, na cidade é bem diferente. (Soldado Policial Militar, 10 anos de serviço).

Na perspectiva abordada pelo policial num local onde a predominância dos moradores é indígena, o policial tem que ser mais cauteloso, não pelas ocorrências se basearem, em sua maioria, entre índios e “caboclos” ou *cabocos* como é usualmente chamado na região, mas pela situação de fragilidade quanto ao número de policiais naquela localidade, que não conseguiriam fazer frente a uma família de índios bem numerosos em defesa de seu parente ou parentes. Nesse espaço o poder policial parece ficar suspenso a uma negociação com as lideranças locais para uma melhor resolução dos problemas, visando à própria segurança do policial, que, caso venha pedir reforço, demorará horas para chegar.

No entanto, ocorrências policiais que envolvam índios, podem direcionar a apontamentos midiáticos e judiciais a amplitudes nacionais e internacionais, levadas principalmente pelas organizações indígenas e organizações não governamentais que defendem os direitos dos indígenas.

Nesta situação, o poder se inverte, limita a ação policial e cria uma situação de instabilidade, diferentemente da capital, pois se algum grupo de índios, caboclos, bandidos, galerosos ou demais grupos tentarem fazer frente à ação policial o reforço será quase que imediato, pelo próprio aparato de comunicação, policiais e viaturas disponíveis em Boa Vista.

Geralmente, ainda hoje, em localidades que não haja a predominância “indígena”, o policial militar é “juiz”, “delegado”, “conselheiro”, “casa e descasa”, entre outros. Pois ele ou eles são as únicas autoridades representativas do Estado nesses locais e de certa forma têm que resolver situações envolvendo práticas e ações que fogem a atuação legal do policial, sendo praticamente “obrigados” a tomarem decisões perante tais fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a Polícia Militar de Roraima não foi fácil e nem simples como esperava. Por fazer parte da corporação policial tive com certeza muitas aberturas e caminhos que outro pesquisador de fora da polícia jamais possa ter acesso. Porém, esse “livre” acesso ao entendimento da prática policial militar impôs permanente cuidado em lidar com suspeitas sobre a intenção da pesquisa e limitações de ordem ética, corporativa e hierárquica. Participar da comunidade pesquisada impôs um esforço redobrado de desnaturalização e reflexividade na busca permanente de separar o pesquisador do policial.

Com o aprofundamento das concepções sobre o universo policial, questões como o conceito de eficiência apareceu no trabalho em conjunto com hierarquia, relações de poder, ritual e estigmas, mostrando que a subjetividade do conceito de eficiência serviu a certos momentos e ações. A pesquisa evidenciou que as abordagens policiais cotidianas obedecem ao valor social dos grupos sociais indicando que a polícia sofre os mesmos constrangimentos relativos ao processo de dominação histórica dos grupos sociais em Roraima.

Durante o processo de formação policial militar as práticas ditas inerentes e “naturais” foram colocadas em evidência, e refletidas a partir de um seguimento formal e informal. Outro ponto relevante que apareceu durante a pesquisa foram às relações de gênero, principalmente sobre o papel do homem e da mulher, e inserção tida como problemática da mulher nas viaturas policiais o que remete a dominação masculina dentro da corporação e os estereótipos e classificações internos ao grupo.

Esperamos com este estudo ter contribuído para a abertura da compreensão do universo policial militar, deixando de forma mais abrangente de como interage parte desse mundo com a sociedade. Tenho clareza que este trabalho não encerra as discussões sobre o tema, esperamos que o trabalho seja mais um ponto inicial da percepção antropológica para outros trabalhos envolvendo o assunto, e que outros estudos possam completar as situações indicadas, abrindo assim, outras perspectivas que não foram tratadas ou alcançadas no presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUXILIADORA, Maria de Souza Melo. **Metamorfoses do Saber Macuxi/Wapichana: Memória e Identidade**. 2000, 89-123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

BARBOSA, R.I. Ocupação humana em Roraima.II. Uma revisão do equívoco de recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, Série Antropológica**. 9(2): 177-197, 1993.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. [1930]. Espírito de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático. *In*: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996a.

_____. A Opinião não Existe. *In*: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.

_____. Rituais de instituição. *In*. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp. 1996b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. (p. 222).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Amazonas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 13, n. 1, jan./jul. 1997.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Rio Branco, Ponta Porã e Iguaçu. **Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência**. (Org) Dr. Pedro Vicente Bobbio. Ano VII, 1943. (p. 299-301).

BRASIL. Lei n.º 4.182 de 13 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a mudança do nome do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 18 de dez. 1962. (p. 12933).

_____. Lei 6.270 de 26 de novembro de 1975. Dispõe sobre a extinção das Guardas Territoriais e a criação da Polícia Militar do Território Federal de Roraima e em anexo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 27 de nov. 1975. (p. 15881).

_____. Decreto nº 79.108 de 11 de janeiro de 1977. Regulamenta a Polícia Militar do Território Federal de Roraima e em anexo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, Seção 1, 12 de jan. 1977. (p. 369).

_____. Lei n.º 7.815 de 8 de setembro de 1989. Eleva o efetivo do atual quadro da Polícia Militar de Roraima para mil e quinhentos homens. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, 11 de set. 1989. (p. 15.881).

_____. Lei Federal n.º 12.191, de 13 de janeiro de 2010. Dispõem sobre a anistia aos policiais e bombeiros militares de movimento reivindicatório dos Estados de Roraima, Rio Grande do Norte, Bahia, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, seção 1, 14 de jan. 2010. (p. 1).

_____. Retificação da Lei Federal n.º 12.191, de 13 de janeiro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. DF, seção 1, 15 de jan. 2010. (p. 4).

BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia Carioca no Império. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 12, n.º 22, 1998. (p. 219-234).

_____. Observações sobre a falência dos modelos policiais. In: **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP: São Paulo, v. 7 (1-2), outubro de 1995. (p. 79-94).

_____. A Polícia Carioca no Império. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 12, n.º 22, 1998. (p. 219-234).

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado Internacionalmente. In: **Repesando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “boa nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos Wapichana no século XX**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Guanabara, cap. IV, 1990.

DAVID, H. Bayley. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Trad. ALEXANDRE, Renê Belmore. Vol. 1, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

DINIZ, Alexandre M A. ONOFRE.; Reinaldo dos Santos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. 2006, (p. 1-2)**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_345.pdf>.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. São Paulo: Edusc, (cap. 1), 2000.

_____. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco (introdução, Gênese I, V), 1993.

ELIAS, Nobert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa (introdução, cap. I a IV), 1987.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

_____. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

ELIAS, Nobert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SANHS, Wolfgang (org). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento do poder**. Petrópolis: rio de Janeiro, 2000.

FERRI, Patrícia. **Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 28. ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDMAN, Marcio e SANT'ANNA.; Ronaldo. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

HERZFELD, Michael. **Intimidade Cultural: Poética Social no Estado-Nação**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LEMOS, A. **The Macuxi Indians of Roraima: Cattle Raising, Land, and Ethnic Identity**, Gainesville, University of Florida. 1998.

MAIA, Antonio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP: São Paulo, v.7 (1-2), p. 83-103, outubro de 1995.

MARIA, Cidia Lima da Silva. GOMES.; Reginaldo de Oliveira. Vida garimpeira: garimpo de Roraima – Décadas de 80. In: **O Rio Branco se enche de História**. Boa Vista: UFRR, 2008.

MENEZES, Thereza C.C. **Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente no litoral sul- pernambucano em perspectiva comparada**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Ppgas/Museu Nacional, 2004.

MONTEIRO, Carla de Souza. Gaúchos em Roraima: memória, regionalismo e identidade. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 199-207, junho 2006. Disponível em: <[http:// revista seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1310/1015](http://revista.seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1310/1015)>.

MUNIZ, Jaqueline. A Crise de Identidade da polícia militares brasileiras: Dilema e paradoxos da formação educacional. In: **Security and Defense Studies Rewien**, vol. 1, p. 177-198, 2001.

OLIVEIRA, R.C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Cap. I a III.1996.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2001. (p. 171-177).

RORAIMA. Lei Complementar n.º 051 de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Carreira, Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista, 31 de dez. 2001. (p. 1-14).

RORAIMA. Emenda Constitucional n.º 011 de 19 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a emancipação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista, 28 de dez. 2001. (p. 5).

SACHS, Wolfgang (Org). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Ed Unicamp, 2007.

SÉRGIO, Paulo Rodrigues Silva.; VIEIRA, Jaci Guilherme.; A Cobertura da morte do índio Aldo Mota na ótica do jornal Folha de Boa Vista. **Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA**. v. 1, n. 1, Boa Vista/RR: UFRR, 2007. (p. 63-79).

TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO. Decreto n.º 2 de 21 de novembro 1944. Cria a Guarda Territorial (G. T.). **Órgão Oficial do Território Federal do Rio Branco**. Boa Vista, 28 de nov. 1944.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974. (p. 116-159).

_____. **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2005

VALE, Ana Lia Farias Vale. Imigração de nordestinos para Roraima. In: **Estudo Avançados 20 (57)**. 2006. (p. 255-261).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e índios em Roraima: A Disputa pela terra - 1777 a 1980**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de filosofia e ciências humanas – Programa de pós-graduação em História. Recife, 2003.